

seacom

X SEMANA ACADÊMICA DE COMUNICAÇÃO

20
ANOS
DA CRIAÇÃO
DO CURSO
DE JORNALISMO
DA UFAC

DE 15 A 17/09
VIRTUAL



PROEX¹



ANNAIS

**X Semana Acadêmica de Comunicação (seacom):
20 Anos da Criação do Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Acre**

2021



DE **15 A 17/09**
VIRTUAL



ANAIIS

**X Semana Acadêmica de Comunicação (seacom):
20 Anos da Criação do Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Acre**

**Coordenadora Geral do Evento
Tatyana Sá de Lima**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S471a Semana Acadêmica de Comunicação da Universidade Federal do Acre
(10.:2022:Rio Branco, AC)

Anais da X Semana Acadêmica de Comunicação da Universidade Federal do Acre: 20 anos da criação do curso de Jornalismo da Ufac, 15 a 17 de setembro de 2021 / Organizado por Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; coordenação: Prof. Me. Tatyana Sá de Lima – Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 2021.
124 f.: il.

ISSN: 2594- 8911

1.Comunicação Social 2. Universidade Federal do Acre. 3. Jornalismo. I. Lima, Tatyana Sá de (coordenador). II. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 001.4098112

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882

COORDENADORA GERAL DO EVENTO

Tatyana Sá de Lima

CO-COORDENAÇÃO

Fernanda Ribeiro Salvo
Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Wagner da Costa Silva

CORPO EDITORIAL

Aleta Tereza Dreves
Fernanda Ribeiro Salvo
Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Juliana Lofego Encarnação
Luci Maria Teston
Maurício Pimental Homem de Bittencourt
Milton Chamarelli Filho
Tatyana Sá de Lima
Wagner da Costa Silva

ARTES GRÁFICAS

Lucas Silva de Sousa

COMISSÃO ORGANIZADORA

Bruna Giovanna da Silva Dantas Vieira, Daiane Araújo Filocreão, Danna Janaína Anute Brito, Ellem Jady Silva Bezerra, Evander de Oliveira Freitas, Gercineide Maia de Souza, Jorge William César Feitosa, Kamila Silva de Souza, Luana Dourado, Lucas Thadeu de Souza Lins, Marcus Vinícius Bezerra de Almeida, Maylla Oliveira da Silva, Pâmela Celina Macedo Maia, Raquel De Paula Santos, Rebeca Martins de Souza, Renato Freitas de Menezes, Ycla Hemmily Pinto de Araújo.

APOIO

Coordenação do Curso de Jornalismo
Colegiado do Curso de Jornalismo
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Pró-Reitoria de Extensão – Proex

Universidade Federal do Acre



**X SEMANA ACADÊMICA DE COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
DE 15 A 17 DE SETEMBRO DE 2021**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Página 6

A CONDUTA DA IMPRENSA AO RETRATAR A COMUNIDADE LGBTQIA+ EM MATERIAIS JORNALÍSTICOS

Antônio Guilherme de Lima Santos

Página 7

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA DO LABORATÓRIO VIVO DE ELETRICIDADE CAMPUS SUSTENTÁVEL – UNICAMP

Antônio Inácio dos Santos de Paula

Página 19

A IMPRENSA QUE CONDENA VIDAS: VIOLAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Bruna Giovanna da Silva Dantas Vieira

Tiago de Souza Ferraz Maia

Página 36

ELAS DISSERAM QUE ELAS MESMAS IRIAM COMPRAR AS FLORES

Edson José de Almeida Andrade Júnior

Miguel Felipe França Rodrigues

Página 51

SÉRIE JORNALÍSTICA “A ÚLTIMA FRONTEIRA”: O OLHAR DO OUTRO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA ACREANA

Khelven de Castro Correa

Francielle Maria Modesto Mendes

Página 67

O JORNALISTA NO ACRE: UMA ANÁLISE QUANTO À OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Luci Maria Teston

Laryssa Evangelista de Souza

Página 84

JORNALISMO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES QUANTO À AGREGAÇÃO DE UMA NOVA ÓTICA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Luci Maria Teston

Rosa Indira Alves da Silva

Página 97

CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE ACERCA DA AMAZÔNIA: ANÁLISE DE UM DIA NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, O GLOBO E AGÊNCIA DE NOTÍCIAS AMAZÔNIA REAL

Miguel Felipe França Rodrigues

Fernanda Ribeiro Salvo

Página 111

APRESENTAÇÃO

A Semana Acadêmica de Comunicação é um projeto de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac), que acontece desde 2004 – anualmente desde 2014. A Xª edição da Seacom foi realizada de maneira virtual e trouxe como tema os 20 anos da criação do curso de Jornalismo da Ufac, sob a organização do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Jornalismo, com apoio da Coordenação e do Colegiado do curso.

O evento foi realizado entre os dias 15 e 17 de setembro de 2021 e buscou promover debates, diálogos, apresentações e compartilhamentos de experiências entre pesquisadores, professores, alunos, egressos do curso de Jornalismo e comunidade em geral. Nos três dias de evento foram realizadas palestras, mesas-redondas, e apresentação de trabalhos científicos.

Os textos aqui dispostos foram apresentados por professores, pesquisadores estudantes da UFAC e de outras instituições, nas seguintes linhas temáticas: GT1–Jornalismo (história, teoria, gêneros jornalísticos); GT2 – Comunicação organizacional (assessoria, relações públicas); GT3 – Audiovisual (rádio/áudio, TV/vídeo, fotografia); GT4 – Multimídia (cibercultura, conteúdos digitais e convergência tecnológica); GT5 – Interfaces Comunicacionais (meio ambiente, educação, esporte, saúde); GT6 – Estudos interdisciplinares (teoria da comunicação, economia política, cultura, cidadania). GT7 – Comunicação de tema livre.

Tatyana Sá de Lima

A CONDUTA DA IMPRENSA AO RETRATAR A COMUNIDADE LGBTQIA+ EM MATERIAIS JORNALÍSTICOS

Antônio Guilherme de Lima Santos¹

RESUMO

Levando em consideração as diversas situações de vulnerabilidade vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+, este artigo tem como objetivo observar como a imprensa consegue contribuir, de forma positiva ou negativa, e representar estes indivíduos através de reportagens nos veículos de comunicação; além de identificar se os jornalistas profissionais respeitam os limites do código de ética jornalística. Como objeto de observação, o telejornal “Alerta Cidade” foi examinado a fim de identificar como a liberdade de imprensa é explorada ao disseminar caráter LGBTfóbico a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+. Imprensa. Representatividade. Reportagem. Telejornalismo. Ética.

¹ Graduando em Jornalismo. Universidade Federal do Acre, Acre.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a sociedade é dividida em diversos parâmetros de desigualdade social, de gênero, raça e orientação sexual. A comunidade LGBTQIA+, mesmo com algumas conquistas como direitos por igualdade e equidade, continua sendo excluída e perseguida pela ignorância, preconceito e ódio de uma parte da população, comportamento que eventualmente é repetido até por representantes políticos. Como por exemplo, alguns dos pronunciamentos realizados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

A violência direta e indireta executada contra a vasta categoria de indivíduos que pertencem aos LGBTQIA+ (homossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneras, travestis, transexuais e intersexuais) está se tornando uma pauta mais discutida na mídia por consequência do advento da tecnologia e internet. As pessoas conseguem ter mais acesso às informações e assim desenvolvem novas percepções acerca da temática. Contudo, mesmo com maior acesso para obtenção de dados, informações, referências e conhecimentos, a discriminação contra esses indivíduos nos ambientes remotos pode se tornar intensa e brutal, e isto se dá principalmente pela possibilidade de pessoas se sentirem livres para xingar e atacar devido ao suposto anonimato das redes sociais ou mesmo da fraca punição a este tipo de violação.

Mesmo a mídia sendo uma das grandes polarizadoras a tratar com mais alcance na sociedade os assuntos que envolvem orientação sexual e identidade de gênero, antes reprimidos, ainda há preconceito, estereotipificação e uma hipersexualização dos corpos desses indivíduos. “Temos enfrentado problemas, em alguns casos, porque o movimento gay tem uma expectativa de que sejamos apenas divulgadores da causa homossexual sem promover questionamentos a esse respeito” (FISHER, 2004, p. 138).

Este estudo foi motivado pela necessidade de avaliar a ética profissional de jornalistas e âncoras em reportagens e web-reportagens brasileiras que ao retratarem sobre a comunidade LGBTQIA+ acabam as desrespeitando e ferindo o código de ética jornalístico e disseminando preconceito. A mesma sociedade que luta por igualdade também é a que discrimina indivíduos por suas diferenças, inviabilizando o acesso aos Direitos Humanos Fundamentais e à cidadania para uma parte da população. Para isso, foi observado como o apresentador do telejornal Alerta Nacional conduz seu programa diário.

1. PADRÕES SOCIAIS TRADICIONALISTAS E PRECONCEITO COM SEXUALIDADE

Tratar sobre orientação sexual e identidade gênero ainda é um tema inacessível e de difícil compreensão para muitas pessoas. Isto acontece, pois, a sociedade ainda tem preconceitos estruturais, institucionais e culturais quanto aos assuntos relacionados a sexo.

As questões de gênero e sexualidade ainda estão muito ligadas à heterossexualidade cisgênera. A cisgeneridade (quem se identifica com seu sexo de nascimento) ainda é concebida como um padrão social, pois é entendida como uma coerência. Isso acontece pois envolve valores morais e éticos que compõem a sociedade em cada época, e os indivíduos se sentem induzidos a se inserir em um padrão tradicionalista. Muitas vezes o que foge a um padrão social é considerado fora da norma ou anormal.

Quando dizemos que a sexualidade de alguém não é natural ou “normal” não queremos dizer, com isso, que as pessoas são doentes. Apenas queremos dizer que a sexualidade de cada pessoa não é intrínseca ou o resultado de ações exclusivas de cada um de nós. Ou melhor, que as nossas sexualidades sofrem fortes influências do meio em que vivemos. Por isso, provocamos ao dizer que, na verdade, todas as sexualidades são, de alguma forma, “anormais”. O objetivo da provocação é o de retirar o carimbo de “anormalidade” apenas de determinadas expressões da sexualidade. (COLLING, 2018, p. 44)

Para falarmos de identidade de gênero é necessário entender que um indivíduo não precisa se limitar ao binarismo (masculino e feminino). Estes fatores contribuem para a exclusão social de travestis, transexuais e pessoas não-binárias. Dessa forma, muitas questões ligadas à transexualidade e transgeneridade se tornam inacessíveis, corroborando para repulsa a esses indivíduos, além da difusão de preconceitos e suposições infundadas.

Neste entendimento, a heteronormatividade se fundamenta na necessidade de um padrão social estabelecido para toda sociedade. Aqueles que se inserem neste “modelo” conseguem facilmente conquistar locais de privilégio em diversos espaços,

grupos e comunidades que fogem desta “normatividade” são excluídos e reprimidos. Este tipo de “norma social” implica em comportamentos, vestimentas, formas de socialização, o que acaba colocando em prática mais preconceitos, injustiças e desigualdade.

Embora quase sempre associada à heterossexualidade, a heteronormatividade vai “além” dela e está relacionada às normas pelas quais nossa sociedade está organizada. Sendo assim, tudo que se opõe ou se diferencia dela é considerada “o outro”, como “desviante”. Nesse sentido, é interessante observar que mesmo para as tentativas de transgressão da heteronormatividade, ela é o modelo. Ou seja, a norma é importante, inclusive, como paradigma da sua própria transgressão. Desse modo, podemos dizer que a transgressão também é criada pela heteronormatividade (DARDE, 2008, p. 224).

Com o advento da internet, o acesso a esta temática está se tornando mais difundido, principalmente, entre os jovens. Por outro lado, a tecnologia ainda não é uma opção que todos possam ter acesso.

Nesta perspectiva pode-se dizer que a sexualidade sempre foi controlada, pois, analisando-se as diferentes épocas, o homem sempre buscou meios para “organizar” os relacionamentos afetivos e sexuais, ora com explicações pautadas na natureza, ora na afirmação da vontade de Deus, ora nos preceitos médico-higienistas. E, ainda na sociedade contemporânea, estas três formas aparecem – quer separadas, quer interligadas – para justificar ou condenar os relacionamentos sexuais humanos. (SPITZNER, 2005, p. 133).

A sociedade ainda faz associação entre sexualidade e identidade de gênero. Ao distinguir uma mulher transexual de uma travesti, um indivíduo interpreta que esta só pode ser considerada uma pessoa transexual ao fazer uma intervenção cirúrgica de designação sexual, determinando que travestis não possam se considerar mulheres. Outra questão é que muitas pessoas consideram transexuais como homossexuais. Esse é outro grande equívoco cometido acerca das identidades transexuais (COLLING, 2018, p. 36).

Tratar sobre sexualidade ainda é considerado um tabu. Este fator contribui para que o assunto ainda seja reprimido, e para modificar essa construção histórica faz-se necessário políticas públicas educacionais que visem estas prerrogativas.

2. A IMPRENSA COMO DEMOCRATIZADORA

A imprensa como formadora de opinião e também democratizadora social executa suas tarefas por meio das atividades jornalísticas. Sendo seu maior compromisso com a veracidade de fatos, na captação de fontes, apuração de enredos, a necessidade pela qualidade de detalhes daquilo que todos devem saber. E a partir disso, a sociedade consegue antes tudo construir sua própria linha de pensamento a partir dos dados expostos.

Apesar de os recursos tecnológicos puderem facilitar o acesso à informação, a circulação de notícias e reportagens começaram a se acelerar, devido as disputas entre agências jornalísticas, e assim a qualidade e veracidade dos fatos começou a se enfraquecer. Consequentemente afetando a responsabilidade profissional e social e credibilidade do jornalismo com a sociedade. Para Karam (2010, p. 88) A confiabilidade das informações permite ao cidadão comum não apenas se reconectar ao seu tempo e à comunidade a qual pertence, mas possibilita também a tomada de decisões mais ou menos importantes..

À fadiga informacional corresponde uma necessidade de superá-la pela veracidade, transparência, validade de mensagens que, ainda que com pontos de vista conflitados ou mesmo antagônicos, sejam esclarecidos num jogo de diferentes posições em um espaço público normativo em que cada indivíduo é um cidadão (KARAM, 2010. p. 83).

Para a construção da democracia é essencial que a imprensa possa agir e executar seu papel, reforçar o sentido geral de legitimidade do sistema, examinar a adequação do caráter e comportamento das figuras públicas, prover informação objetiva sobre os grandes problemas da sociedade, fornecendo à população informação útil e revelando sua possível incompetência na condução dos problemas. Para Soares (2009, p. 106), a exposição da incompetência à sociedade seria útil para promover a rotação das elites.

No Brasil, no fim da ditadura militar, a democracia estava renascendo e junto o interesse pela tomada de decisões políticas como o direito de voto de seus

representantes. A imprensa, que durante o regime foi constantemente perseguida e censurada, chegando às torturas com quem se posicionasse contra o governo da época, teve a retomada de sua liberdade a fim de abordar necessidades e acontecimentos de interesse público antes ocultados.

Os meios de comunicação jornalísticos têm um papel específico e insubstituível, enquanto a tradição crítica defende que os meios estão corrompendo as bases desse regime político. A avaliação negativa da tradição crítica enfatiza o caráter oligárquico da propriedade dos meios, que os levaria a agendar prioritariamente temas de interesse dos grupos econômicos estabelecidos, enquadrando de forma negativa as ações contrárias a esses interesses, ou seja, usando o espaço de representação próprio dos meios para destacar os temas de forma interessada (SOARES, 2009, p. 267).

Além de desempenhar suas funções de interesse social, o jornalismo pode influenciar nas condutas pessoais. Por isso, a ética jornalística se torna necessária para a execução da profissão, pois a exposição dos fatos se não for de forma responsável pode colocar em risco a vida pessoal de outras pessoas. Sendo o jornalismo, mesmo como qualquer atividade humana e social concebida no contexto de um embate entre forças emancipatórias e forças conservadoras, acaba sendo tangido pelas contradições históricas, atendendo a dois senhores ao mesmo tempo.

Ou seja, a noção de framing dispensa, de certa forma, elaborações dispendiosas sobre as razões pelas quais uma dada notícia vem a assumir determinada feição, e sugere que os esforços de pesquisa devem se concentrar no rastreamento das concepções simbólicas contidas em uma dada apropriação de sentido construída pelas mídias. Os significados veiculados por uma matéria são então entendidos como um complexo resultante de uma cultura hegemônica moldada por news values próprios de veículos em competição no mercado de notícias (CHRISTOFOLETTI, 2010, p.23)

3. REPRESENTATIVIDADE E DIVERSIDADE NO JORNALISMO

O jornalismo é um dos mecanismos das sociedades democráticas que atua representatividade de informação e como porta-voz para a sociedade. Sendo um dos

principais a tratarem sobre a diversidade e as factualidades sem comprometer a dignidade das fontes e personas que fazem parte da manchete produzida.

Ainda que os conteúdos que envolvam a comunidade LGBTQIA+ venham sendo mais discutidos, especialmente a partir de meados do século passado, a forma como estes indivíduos são caracterizados pela mídia e imprensa ainda passa por um processo de desconstrução. Pois ao mesmo tempo que os jornalistas respeitem a integridade das fontes, ainda há falhas cometidas em reportagem, quando, por exemplo, se limitam a evidenciar a personagem apenas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Afinal de contas, a notícia é escrita a partir do olhar subjetivo de uma pessoa (DARDE, 2008, p. 228).

Neste sentido, a imprensa pode pautar assuntos que envolvam a diversidade, mas pode oprimir pessoas se não souber a forma correta de como conduzir e retratar as personagens da reportagem. Pois, levando-se em consideração os estigmas e pré-conceitos da sociedade, esses indivíduos já são tratados de forma pejorativa e marginalizada.

Por isso, é necessário saber a maneira adequada de dar visibilidade a essas questões na mídia, de modo que os espectadores não julguem alguém por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Para Gonçalves (2017, p. 42), o jornalista deve identificar o que motivou as fontes a serem inseridas na construção de sua pauta para que a partir disso tenha reconhecimento de como construir os materiais jornalísticos.

Numa época de atenuação ideológica, as representações da realidade social se disseminam de forma sutil nas reportagens, como vestígios de matrizes doutrinárias. Essas formas discursivas são, no entanto, capazes de indicar inclinações num contexto de sentidos em oposição. No caso de investigações sobre gêneros bem determinados, como o jornalismo, além do mais, é preferível desenvolver conceitos próprios, a fim de conferir uma identidade aos fenômenos em estudo, distinguindo-os nitidamente de investigações políticas e filosóficas (SOARES, 2009, p. 16).

Por isso, os jornalistas devem ter um olhar diferenciado e sensibilizado na forma de tratamento não apenas da comunidade LGBTQIA+, mas de todos os grupos sociais e movimentos que compõem a sociedade, especialmente os oprimidos e marginalizados, que têm menos visibilidade nos noticiários.

O profissional deve manter o compromisso com a verdade e a sensibilidade com o público, cumprindo com os princípios da ética profissional. O jornalista deve respeitar os valores universais e a diversidade cultural, buscando participar na transformação e melhoria da democracia.

Um verdadeiro jornalista zela pelos valores universais de humanismo, acima de tudo paz, democracia, direitos humanos, progresso social e liberação nacional, enquanto com respeito ao caráter distintivo, valor e dignidade de cada cultura, como também o direito de cada pessoa escolher e desenvolver livremente seus sistemas políticos, sociais, econômicos e culturais (FENAJ, 2012).

Até antes da metade desta década, toda a comunidade LGBTQIA+ era resumida e caracterizada apenas por orientação sexual, portanto, todos os que compunham este grande grupo eram chamados GLS (Gays e Lésbicas e simpatizantes). Até conseguirem estruturar suas ideias para a comunidade lutar por igualdade social, estes indivíduos enfrentaram algumas lutas. Uma das primeiras, conhecida como “Rebelião de Stonewall”, em 1969, nos Estados Unidos da América, foi o estopim para que pudessem ter seus direitos conquistados e reconhecidos.

Após longas lutas travadas e mortes avassaladoras, que até hoje acontecem, a mídia começou a investir no público LGBT a fim de lucrar com artigos e produtos que pudessem ser atrativos, pois afinal eram um dos grandes consumidores de cultura pop. Além disso, nudez masculina começou a ser explorada pelos grandes veículos de comunicação da época. Entretanto, segundo Fischer (2004, p. 139), por mais que isto tenha possibilitado uma visibilidade a estes indivíduos, a imprensa jornalística brasileira os estereotipava corroborando para uma visão precipitada ainda mais negativa sobre gays, lésbicas, travestis e transexuais.

4. OBSERVAÇÃO DO ALERTA NACIONAL

Para refletirmos sobre estas situações de risco em que a imprensa pode colocar em vulnerabilidade a integridade de LGBTs, foi observado o telejornal Alerta Nacional, da TV A Crítica, que é afiliada da emissora de telecomunicação Rede Vida.

A programação é caracterizada por um jornalismo policial e popular, transmitida de segunda à sexta-feira, das 18h às 19h20, no horário de Brasília. Apresentado pelo jornalista José Siqueira Barros Junior, popularmente conhecido como Sikêra Junior. A

transmissão do programa também é disponibilizada pela plataforma digital da rede social YouTube, pela qual foi possível realizar as análises dos programas.

Pode-se verificar que durante algumas partes da programação o jornalista violava algumas a Constituição Brasileira, além de ser infiel ao que prevê o Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (MJ) e Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assumindo posicionamentos de caráter LGBTfóbico durante as transmissões ao vivo.

“É no início do programa que peço ao meu senhor Jesus Cristo, filho de Deus pai todo poderoso que blinde a sua casa, seu apartamento, seu negócio, empreendimentos, estudos, projetos. Que Ele blinde contra tudo que é ruim, tudo que é mal, tudo que é ruim. Preguiça, inveja, drogados, preguiçosos-comunas [comunistas] safados longe da sua casa. Amém? E que o senhor Jesus proteja nossos filhos e netos... filhos e netos... que Ele proteja, porque o ataque tá cada dia pior. Agora na televisão, agora não, faz tempo na televisão. As tardes da televisão virou um cabaré, um prostíbulo, né? Que não presta pra criançada, livro LGBT pra criança é uma insistência, né? Um ataque nas crianças. Gibi. Não deixe pela amor de Deus. Não deixe chegar até sua casa, por favor.”, diz Junior.

O apresentador, ao frisar comentários sobre a possível existência de programas de TV e livros que as crianças estão tendo acesso, acaba desrespeitando e insultando a comunidade LGBTQIA+ ao solicitar que os pais e responsáveis por suas crianças não permitam o acesso aos conteúdos, insinuando que abordagens que envolvam a temática podem ser perigosas.

Ainda na mesma transmissão, o apresentador faz comentários homofóbicos a fim de ofender um personagem, após uma reportagem. O jornalista, ao tomar estas condutas, acaba ferindo o art. 6 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, nº VI, VIII e XIV, publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas, que prevê:

VI – não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

VIII – respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

XIV – combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero,

raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza (FENAJ, 2007).

Ao fazer estes comentários, incita ódio contra LGBTs e influencia os telespectadores a adotarem práticas homofóbicas e transfóbicas. Ainda reforça estereótipos envolvendo gênero e sexualidade ao transcrever as características da personagem em questão insinuando que o mesmo troca práticas sexuais por drogas.

“Olha aí o cara de preguiça, cabelo de preguiça. Cabelo de preguiça está solto. Solto. Diz que é o maior trocador de anel por maconha da área. “Queima ou não queima?”. Cabelo de preguiça. Queima, queima desde criança e está solto, viu? Meus queridos policiais tenham cuidado, ele é muito perigoso. Disse que se vê policial atira. Óia... óia. Ai... “queima ou não queima?”, muito. Cabeça de preguiça está solto. Solta aí imagem pra galera reconhecer. Cabeça de preguiça está solto, atenção. Se você o cabeça de coró de preguiça. Ó ele aí. Ó, lá vai ele bravo pra cima de mulher. É brabo. Ó ele aí. Fácil de achar. Tá fácil ou não tá? Ele vai raspar a cabeça hoje ou vai descolorir pra tapear, né? Mas a cara... ei, o povo já sabe. O povo já vai denunciar. Eu peço a você que conheça esse vagabundo, por favor, ligue para o 190. Me ajude a tirar esse vagabundo das ruas, minha querida Manaus, não deixe esse cara fazer isso com a sua filha, sua esposa, com você, não. Ele está a solta. Ele é vagabundo. Como o nome? É coró de preguiça. Cabeça couro de preguiça. E ele tem um desenho na sobrancelha... “Queima ou não queima?””, diz Junior.

Por questões religiosas e conforme a estruturação da cultura machista na sociedade, a sexualidade ainda é caracterizada e limitada ao ato de reprodução entre homem e mulher. Por tanto, as relações sexuais ainda são estigmatizadas apenas pelo ato da penetração. Desde a idade média, por influência do cristianismo, relações homoafetivas eram consideradas perversas e imorais para conduta de um indivíduo.

Nas linhas de pesquisas de Gonçalves (2017, p. 79), a Freud foi responsável por desafiar a centralidade da reprodução sexual e a rígida distinção entre homens e mulheres. Mas, acima de tudo, com sua contribuição, passou-se a se ver a sexualidade como algo mais do que instintos que agitam o corpo. É uma força construída que dá entrada as interpretações do papel da Cultura.

Por isso, ainda se utilizado o mesmo discurso e linha de pensamento ofensivo de repreensão feita pelo âncora do telejornal, ao insinuar que um indivíduo do sexo masculino realiza praticas sexuais que envolvam a penetração anal, o aproximando da homossexualidade a fim de inferioriza-lo ao comparar a um homossexual praticante de relações sexuais penetrável passivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que os veículos de comunicação estão sempre se modernizando devido à evolução tecnológica e assim o jornalismo também está se reinventando constantemente. Com a chegada da internet, na qual os usuários estão informados cada vez mais sobre diversos assuntos que compõem a sociedade, mudou a exclusividade dos jornalistas em pautar o debate no espaço público. Por isso, é dever dos jornalistas ter um olhar mais sensibilizado diante das diversas conjunturas.

Por fim, ainda não possuímos jornalistas capacitados para tratar sobre minorias marginalizadas, tendo em vista a forma como estes indivíduos e outros grupos sociais ainda são retratados dentro dos veículos de comunicação do país.. Quando tratamos sobre a comunidade LGBTQIA+ a carência pela sensibilidade e conhecimento sobre o assunto deixam em evidência quantos alguns profissionais precisam aprender.

As estruturas patriarcais que ainda se fazem presentes na sociedade, deixam em evidência a cultura de machismo que fundamenta os pensamentos morais e éticos de indivíduos. E isso gera uma cidadania desigual e discriminatória. O jornalismo deve possuir profissionais capacitados para que não desrespeite pessoas já oprimidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: Edufba. 2018.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **VITRINE E VIDRAÇA: CRÍTICA DE MÍDIA E QUALIDADE NO JORNALISMO**. [S. l.]: LabCom: Books, 2010. 201 p. ISBN 978-989-654-050-0

DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. **Em Questão**, v. 14, n. 2, p. 223-234, 2008.

DO BRASIL, MAIORES Jornais. Associação Nacional de Jornais. 2012.

FISCHER, André. A influência da mídia na formação da identidade homossexual brasileira. In: RIOS, Luís Felipe et al. (org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Local: Fenaj, 2007.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. 2017. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

HILÁRIO, Pedro Henrique Cardoso. **Educação, gênero e diversidade sexual: os direitos humanos da população LGBT, da criança e do adolescente**. 2018. Trabalho de Conclusão do Curso. Universidade do Extremo Sul Catarinense

KARAM, José Francisco Castillhos. **Jornalismo Contemporâneo: Figurações, Impasses e Perspectivas. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação**. 1ª. ed. Bahia, 2011. P. 79-100.

RIOS, Luís Felipe et al. **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. 2004.

REDE, Tv. TV A Crítica |Ao Vivo|. 2020. (5h29m31s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mK7jeerERtQ>. Acesso em: 01 jan. 2020.

SILVA, Gislene *et al.* **JORNALISMO CONTEMPORANEO: FIGURAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVA**. 1ª. ed. Bahia: Edufab, 2011. 322 p. ISBN 9788523207922.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. 2009.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola**. 2005. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá

JORNALISMO Contemporâneo: Figurações, Impasses e Perspectivas. 1ª. ed. [S. l.]: Eufab, 2011. 322 p. ISBN 9788523207922.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA DO LABORATÓRIO VIVO DE ELETRICIDADE CAMPUS SUSTENTÁVEL – UNICAMP

Antônio Inácio dos Santos De Paula¹

Resumo

Esta proposta apresenta reflexões acerca do trabalho de conclusão do curso de especialização em Jornalismo Científico, oferecido pelo Laboratório de Estudos Avançados (Labjor), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Volta-se para a articulação da elaboração e do funcionamento do Plano de Informação Científica (PIC) do Escritório de Projetos Especiais Campus Sustentável – Unicamp. São apresentadas estratégias que foram desenvolvidas e utilizadas para a produção e a circulação midiática do conhecimento científico, enfatizando informações da ciência da eletricidade. A análise se debruça sobre a editoria intitulada Coluna científica e um texto do gênero entrevista, que são produções do Setor de Comunicação e Divulgação Científica (SCDC). Entre omissões e emissões, a dinâmica do mercado brasileiro de energia elétrica envolve questões urgentes relacionadas à garantia de vida na/da Terra. Da conta de energia aos impactos ambientais, os indivíduos estão diretamente afetados pelas tomadas de decisões das quais, em sua maioria, não participam ou/e nem ao menos sabem se são justificáveis. Compreende-se que o acesso à informação é um percurso possível e promissor para o desenvolvimento de populações mais participativas, ou seja, sociedades mais conscientes e democráticas. Aos profissionais de comunicação, principalmente jornalistas, cabe lançar o melhor olhar acerca dessa perspectiva. Também, é imprescindível que as instituições brasileiras de ensino e pesquisa fomentem a divulgação científica como possibilidade do jornalismo de ciência, por meio de disciplinas e práticas específicas. Os recortes analisados, por exemplo, identificam ruídos e tensões no processo de produção e circulação da informação científica pela prática da divulgação científica. Conforme o processo de análise, a abordagem compreende que toda estratégia de comunicação é também um produto, destacando que a informação científica é feita mais de processos do que de resultados. Por fim, trata-se de uma discussão que mobiliza estudos de Eni P. Orlandi, Fabíola de Oliveira, Wilson da C. Bueno, entre outros pesquisadores.

Palavras-chave: Divulgação científica; Ciência da eletricidade; Campus Sustentável – Unicamp;

¹ Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) e Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1. Introdução

Este trabalho analisa o Plano de Informação Científica (PIC) aplicado nas mídias do projeto Campus Sustentável da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A discussão apresenta estratégias de divulgação científica a partir dos recortes: i) Coluna científica², editoria criada e fomentada durante o segundo semestre de 2020, e ii) um texto do gênero entrevista³, publicado em outubro do mesmo ano, informando sobre a implementação do ônibus elétrico no *campus* universitário Zeferino Vaz.

A análise colabora com reflexões em torno dos formatos dos conteúdos produzidos pelo Setor de Comunicação e Divulgação Científica (SDCD), veiculados no site do Campus Sustentável – Unicamp, durante o segundo semestre de 2020. Além disso, problematiza o funcionamento das plataformas midiáticas como estratégias e ferramentas para a circulação da informação científica, principalmente o *Facebook, Instagram, LinkedIn, YouTube*.

Em certa medida, esta abordagem se aproxima de um estudo de caso (GIL, 2007). Pois, pensando a unidade-caso, o levantamento, a interpretação e a descrição de dados, constitui ao final um parecer-relatório. Essas nuances oportunizaram identificar ruídos e tensões no processo de produção e circulação da textualização da informação científica pela competência jornalística.

Trata-se de um panorama parcial das atividades do PIC que oportuniza reflexões para a ampliação da proposta inicial do plano estratégico do Setor de Comunicação e Divulgação Científica (SCDC) do Campus Sustentável - Unicamp. Além disso, proporciona argumentações teóricas e, ao encontro disso, questionamentos que podem despertar o interesse de mais profissionais da comunicação para a prática da divulgação de projetos e pesquisas relacionados à Ciência da Eletricidade.

A menção, às vezes, alternada entre o SCDC e PIC se dá pela compreensão de que o SCDC antecede o PIC. O segundo é instaurado com a atuação de profissionais da área de comunicação, jornalista e bolsista de

² Acesse neste link: <https://www.campus-sustentavel.unicamp.br/category/coluna/>

³ Acesse neste link: <https://www.campus-sustentavel.unicamp.br/2020/10/06/universidade-em-direcao-a-sustentabilidade-diz-pesquisador-que-coordena-o-projeto-onibus-eletrico/>

midialogia, já o primeiro desponta com a criação do *site* e a publicação de alguns vídeos no *YouTube*. Outro ponto que os diferenciam é que o PIC tem prazo de validade já o SCDC não. Em suma, um é o espaço físico legitimado pela elaboração e pelo funcionamento do outro. Essas (des)aproximações são melhores exemplificadas na subseção da metodologia.

Ao encontro deste trabalho, as justificativas do PIC se voltam para a tríade: jornalismo, ciência da eletricidade e públicos. Elas são compreendidas na relação das estratégias para se pensar as pautas, o desenvolvimento dos conteúdos e a sua divulgação. É um gesto no qual os resultados tocam diretamente na díade: formação acadêmica e exercício profissional do jornalista de ciência. Assim, compreende-se a divulgação científica, neste caso, como uma das possibilidades do jornalismo científico. Em outras palavras, essa prática public(iz)a conteúdos noticiando a produção científica.

Os recortes de análise são mencionados ao longo da escrita, porém suas problematizações ocorrem efetivamente na última seção. No âmbito do Campus Sustentável - Unicamp, essa escrita prioriza a descrição da articulação do SCDC na aplicação do PIC. Todavia, foi necessário realizar arranjos a fim de contextualizar dispositivos condicionantes da produção dos conteúdos (não) divulgados.

A produção do conhecimento da eletricidade e a divulgação desse saber estão atravessadas por questões, como da sustentabilidade e da periodicidade, respectivamente, potencializando a importância desse debate. Agora, a seguir é realizada uma breve reflexão teórica, a partir de autores como Wilson da C. Bueno (2010), Eni P. Orlandi (2001) e Fabíola de Oliveira (2005), dando conta da relação do jornalismo com a ciência e a sociedade no processo de divulgação científica.

2. Por que PIC?

Estudos realizados por Bueno (2010) colaboram para pensar os processos de comunicação e divulgação científica. O olhar do autor destaca diferenças, (des)aproximações e rupturas conceituais, entre esses funcionamentos. Ele observa que o primeiro se destina a um grupo mais

homogêneo, geralmente formado por cientistas e pesquisadores e o segundo, mais heterogêneo, destina-se à maior e mais diversa parcela da sociedade.

A partir dessa conceituação, é proposto aqui um diálogo entre Bueno (2010) e as ideias propostas por Orlandi (2001). Diferentemente de Bueno, pesquisador de comunicação, a linguista se volta para questões do funcionamento do discurso⁴, o que não é o caso desta análise. Porém, nessa empreitada teórica, a pesquisadora oportuniza reflexões interessantes para compreensão da divulgação científica e os efeitos do jornalismo científico na sociedade.

De acordo com a autora, a “divulgação científica desloca o processo de conhecimento científico para a informação científica” (ORLANDI, 2001, p. 150). Este diálogo embasa a abrangência do PIC, pois oportuniza a compreensão de que a informação científica está presente tanto na comunicação quanto na divulgação científica. Mas, precisa aparecer de modo diferente, dependendo a quem seja direcionada, tornando a linguagem o recurso necessário de deslocamento do conhecimento para informação científica metaforizada.

Se atendo mais à DC, Orlandi (2001) ressalta que não esta prática se trata de uma mera somatória entre jornalismo e ciência, nem compreende necessariamente a tradução. Isso porque, segundo a linguista, não se fala necessariamente em idiomas distintos. O que o jornalista precisa fazer é realizar “um duplo movimento de interpretação” (ORLANDI, 2001, p. 151) para textualizar a comunicação em divulgação, ou seja, o conhecimento científico em informação acessível.

Ao encontro disso, a especialização em Jornalismo Científico estimula amplamente esse exercício sinalizado pela autora. Já no primeiro semestre são realizadas práticas escritas, principalmente voltadas para a revista ComCiência, ancoradas nas disciplinas de Oficina de Jornalismo Científico I, II e III.

⁴ Objeto de estudo da Teoria da Análise do Discurso de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux, filósofo e linguista francês.

Tem também a experiência profissional na condição de bolsistas do Programa Mídia Ciência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) ou por meio de contratos geridos pela Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), como é o caso do aporte financeiro que paga os serviços do jornalista de ciência do do Campus Sustentável – Unicamp, autor deste trabalho.

Da sala de aula para a sociedade, Oliveira (2005) esclarece que a divulgação científica precisa partir das fontes primárias responsáveis pela distribuição e aplicação dos recursos financeiros, onde se ancoram as comunidades científicas concentradas “nas universidades e instituições de pesquisa” (OLIVEIRA, 2005, p. 13). Publicado em 2019, o relatório da empresa *Clarivate Analytics* elaborou um panorama da produção científica nacional entre 2013 e 2018. De acordo com os dados, 15 universidades públicas são responsáveis pela produção de 60% da ciência brasileira. Entre elas, a Unicamp.

Nesse sentido, a Unicamp contribui para a DC quando oportuniza os cursos de especialização em jornalismo científico, no caso do Labjor, e do mestrado em Divulgação Científica e Cultural, pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), bem como por meio de iniciativas e parcerias financiadoras das práticas de divulgação científica. A experiência vivenciada pelos(as) estudantes desses cursos perpassa a formação acadêmica e se depara com o exercício profissional, oportunidade também para a auto análise da relação entre aprendizagem e prática.

Este é outro fio que conduz o interesse deste trabalho.

Segundo Orlandi (2001, p. 153) e ao encontro das discussões oriundas da especialização em JC, o jornalista desenvolve habilidades no processo da linguagem recorrendo a analogias e metáforas para produção de conteúdos de divulgação científica. São movimentos que não desprezam o saber da comunidade científica, pelo contrário, mas o afasta da rigidez do tecnicismo, por conseguinte, abdicando dos jargões científicos. Quando bem-sucedida, a divulgação amplia a possibilidade de compreensão do conhecimento científico frente à informação científica.

Para a autora, quando o jornalista não realiza esse processo com a linguagem, acontece apenas um “transporte” e não “transferência” (ORLANDI, 2001, p. 153) de sentidos. De outro modo, não se realizaria propriamente gestos de divulgação, mas de comunicação científica.

Desse jeito, a partir dessa diferenciação entre comunicação e divulgação científica (BUENO, 2010; ORLANDI, 2001), compreende-se que a informação científica pode ser identificada nas duas práticas, exercícios diretamente relacionados ao funcionamento do PIC do Campus Sustentável. Ou seja, foi observado que a informação científica é um dos elementos presentes tanto em uma prática quanto em outra, logo também é o que almeja o jornalista por ser o interesse público.

Apesar do PIC se relacionar intimamente com a comunicação científica, os recortes apresentados nesta análise se firmam na noção de divulgação científica.

2.1 Laboratório Vivo de Eletricidade Campus Sustentável – Unicamp

Da produção de energia solar fotovoltaica e por meio de tecnologias inteligentes (internet das coisas), o Laboratório Vivo de Eletricidade Campus Sustentável tem colaborado na redução dos gastos com eletricidade da Unicamp e acompanha o seu consumo energético, transformando-a em um Laboratório Vivo - Unicamp. Ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 Energia Acessível e Limpa, o modelo fomenta a discussão em torno da produção e do consumo de energia, propondo alternativas mais sustentáveis.

Atualmente, a Unicamp possui sistemas fotovoltaicos instalados para a produção de energia, que se encontram distribuídos no Ginásio Multidisciplinar, na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), no Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético/Centro de Estudos de Petróleo (Nipe/Cepetro), na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC), na Escola de Extensão da Unicamp (Extecamp) e no Museu Exploratório de Ciências.

No ano de 2020, por exemplo, essa minigeração fez com que a Unicamp realizasse uma economia de aproximadamente R\$224.995,57 no gasto com compra de energia. No mesmo ano, houve uma geração de 767.353 kWh, sendo que a referida instituição paga algo em torno R\$0,29321/kWh.

Daí a importância de divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo e no projeto. Trata-se de um modelo que pode ser apropriado por outros setores, seja público seja privado. O PIC do escritório, por meio de conteúdos de divulgação científica, coloca em circulação a ideia de produção responsável e consumo sustentável. Este funcionamento é melhor discutido no recorte de análise, incitado pelo debate da inserção de veículos elétricos no sistema público de transporte.

Em certa medida, assuntos relacionados ao setor elétrico poderiam ser pautados com mais frequência pelos veículos midiáticos, uma vez que estão diretamente ligados ao direito de viver. Ocasionalmente, a circulação desses conteúdos se resume a datas alusivas, como acontece na publicização da Campanha Hora do Planeta, ou estão ligados a acontecimentos catastróficos, por exemplo, o apagão que ocorreu no estado do Amapá, em novembro de 2020.

Ao encontro disso, a professora Sabine Righetti (2018), pesquisadora do Labjor e jornalista, destaca que procurou por pesquisadores brasileiros envolvidos em um estudo que alertava sobre o impacto de hidrelétricas no ecossistema e não conseguiu nenhum contato. A reflexão trazida pela autora está publicada no livro *ComCiência e Divulgação Científica*

A dificuldade de contato com pesquisadores brasileiros foi uma discussão recorrente nas aulas do curso de especialização. Diante disso, o PIC desenvolveu a Coluna Científica, como uma estratégia que tem buscado despertar e estimular o interesse de pesquisadores em se relacionar midiaticamente com a sociedade.

Resta dizer, então, que este trabalho oportuniza reflexões em torno da formação acadêmica e/ou da prática profissional. O diferencial desta pesquisa é, com certeza, chamar atenção para a área da ciência da eletricidade e para a divulgação desse conhecimento tão presente na vida das pessoas.

Para refletir mais sobre as questões que envolvem a divulgação do saber da Engenharia Elétrica, a seguir são feitas sinalizações do primeiro diagnóstico das plataformas digitais do projeto Campus Sustentável - Unicamp. Foi uma ação realizada antes do início da atuação jornalística do autor deste trabalho, buscando identificar ruídos sobre o processo que tem sido discutido até aqui.

Essas primeiras impressões dos canais de comunicação se caracterizam como marco da instauração do PIC no SCDC. Foram importantes para a composição da formulação, produção e circulação da DC do Campus Sustentável – Unicamp.

2.2 Metodologia e condições de produção

Apenas o autor deste trabalho, jornalista e estudante da especialização em JC (Lajor-Unicamp) e a estudante de Midialogia (IA–Unicamp), Giovana Sanches, atuaram efetivamente na produção dos conteúdos de divulgação do Campus Sustentável - Unicamp. Entretanto, integrantes do projeto colaboraram com o desenvolvimento de algumas dessas atividades, exemplo é a participação na escrita para a Coluna Científica e na condição de entrevistados(as) em outros textos, como na notícia “Universidade em direção à sustentabilidade”, diz pesquisador que coordena o projeto ônibus elétrico.

Em junho de 2010, na estruturação do PIC e após verificação das mídias sociais recém-criadas, foi realizada uma verificação dos conteúdos public(iz)ados nos canais de comunicação do Campus Sustentável – Unicamp. Existiam publicações apenas no *site*⁵ e no *youtube*⁶.

Diante dessas informações, considerando o papel do jornalista de ciência e os possíveis impactos da divulgação científica, conforme proposto por Bueno (2010), Orlandi (2001) e Oliveira (2005), surgiram questionamentos, por exemplo, quais públicos buscam atingir? Quais grupos estão sendo alcançados? Existe interesse público no que tem sido noticiado, public(iz)ado?, perguntas que guiaram os passos da primeira edição do PIC.

⁵ Acesse neste link: <https://www.campus-sustentavel.unicamp.br/>

⁶ Acesse neste link: https://www.youtube.com/channel/UCRn_zCC3Rdc8SC7hCFZyHGQ

Estas questões movimentaram os primeiros passos da articulação do PIC incorporando o SCDC. Até julho de 2020, o escritório do Campus Sustentável - Unicamp não possuía um plano de informação científica, mas já contava com um setor de comunicação responsável pela administração do *site* e do canal no *YouTube*.

Os perfis surgem com a iniciativa de Lindinalva Machado, colaboradora do escritório do projeto. Ela e a Bruna Malospirito, estagiária assistente de projetos, foram as responsáveis pelos conteúdos public(iz)ados nas plataformas. O primeiro registro que se tem no site é do dia 05 de fevereiro de 2019. Até o fim de junho de 2020, passados 16 meses, foram realizadas 18 publicações. Uma média de 1.125 de publicação por mês.

O primeiro diagnóstico mostrou que o domínio atendia de modo satisfatório os requisitos: carregamento rápido, navegação intuitiva, informações básicas de contatos, *design* responsivo e *layout* bem elaborado. Por outro lado, boa parte dos *menus* não tinha conteúdos e alguns *links* não funcionavam. Assim, além de resolver esses problemas técnicos, o PIC se debruçaria na produção de conteúdos e periodicidade de publicação, *déficits* identificados no *site*.

O canal no *YouTube*, até junho de 2020, possuía 19 vídeos e todos estavam relacionados à Marcha pela Ciência, um conteúdo que se assemelha ao reducionismo dos assuntos relacionados à eletricidade a campanhas publicitárias (mencionada na subseção 2.1). A plataforma contava com 30 inscritos e 42 visualizações.

Diante dessas informações e ao encontro dos questionamentos supracitados, a meta se tornou realizar também produções diversificadas, objetivas, entrevistas, explorando formatos, para conhecer melhor a preferência e o perfil do público atingido naquele período.

Então, a informação científica passaria a relacionar projetos e pesquisas do Campus Sustentável - Unicamp com a vida das pessoas, preferencialmente aquelas que estão fora da comunidade científica. É uma estratégia de engajamento que propõe a aproximação do conhecimento científico ligado ao benefício social, por uma ótica utilitarista, despertando a atenção do público

pela identificação do conhecimento científico aplicado no seu cotidiano. É neste jogo que a divulgação científica se constrói pela linguagem.

Dadas as condições de distanciamento físico, o PIC recorre a criação de perfis no *Facebook*⁷, *Instagram*⁸, *LinkedIn*⁹ para potencializar a circulação dos conteúdos do projeto. Devido ao *site* não ter até o fechamento deste trabalho o *plugin* que registra o percentual de acesso, a discussão dos resultados apresenta dados gerados a partir das ferramentas das próprias mídias sociais.

Apresentadas as primeiras impressões e a sinalização das estratégias iniciais a serem desenvolvidas, a seguir o funcionamento do PIC é problematizado em cima da produção do texto escrito entrevista, que informa sobre o ônibus elétrico e da criação da “Coluna Científica”. Do mesmo modo, são apresentadas algumas ilustrações, textos imagéticos que compõem a produção do material final.

3. Efeitos da informação científica na divulgação do Campus Sustentável

O diagnóstico do *site* identificou que os conteúdos public(iza)dos naquele domínio se resumiam a seis vídeos acompanhados de um título e nada mais, cinco notícias reproduzidas de outros veículos, textos imagéticos do gênero convite e editais relacionados ao mercado da eletricidade. E, pormenores, a média de intervalo entre uma publicação e outra era de 27 dias. Já no *YouTube*, 18 dos 19 vídeos se referiam à Marcha pela Ciência. O perfil na plataforma foi criado em maio de 2020.

A partir da abordagem teórica realizada neste trabalho, como propõe Oliveira (2005), mesmo a Unicamp assumindo o compromisso com a divulgação científica, as informações obtidas no primeiro diagnóstico dos canais sinalizam que algumas dessas iniciativas escapam da noção que se tem de divulgação científica – principalmente no que diz respeito à acessibilidade pela articulação da linguagem.

⁷ Acesse neste link: https://www.facebook.com/campusustentavelunicamp/?ref=pages_you_manage

⁸ Acesse neste link: <https://www.instagram.com/campusustentavelunicamp/>

⁹ Acesse neste link: <https://www.linkedin.com/company/campusustentavel/mycompany/>

Ao encontro da diferenciação proposta por Bueno (2010), os conteúdos publicados no *site*, durante os 16 meses que antecedem a instauração do PIC, referem-se à comunicação e não à divulgação científica. Nos pensamentos de Orlandi (2001), o que predomina neles é o transporte e não a transferência do conhecimento científico.

O material apresentava informações científicas, mas o conhecimento permanecia cristalizado, principalmente na rigidez do tecnicismo da linguagem (ORLANDI, 2001). Possivelmente, apenas os pares ou uma ínfima parcela da população mais familiarizada com a produção científica dialogariam com tais publicações/conteúdos.

Talvez, algo que se configurava pela ausência de profissionais da comunicação. Que apesar dos esforços das colaboradoras que atuavam no *site*, não havia um engajamento direto na produção dos conteúdos. O que reforça o estereótipo de que os serviços de comunicação são, muitas vezes, “puxadinhos” construídos na clandestinidade da qualificação profissional. É uma falha recorrente do funcionamento da comunicação de muitos setores que, em última instância, investem em profissionais qualificados.

No intuito de proporcionar reflexões sobre a importância do diálogo da comunidade científica com a imprensa, o PIC desenvolveu a Coluna Científica. Nela, pesquisadores, professores e estudantes, ligados ao Campus Sustentável, escrevem textos falando da própria trajetória acadêmica e a relação com o Campus Sustentável - Unicamp. Até a finalização deste trabalho, das nove edições publicadas, seis textos foram escritos por pesquisadores estudantes.

A estratégia proporciona aos leitores informações sobre o funcionamento da comunidade científica a partir de visões e perspectivas distintas do(a) próprio(a) pesquisador(a). No mesmo prisma, essa estratégia incentiva o cientista a divulgar o seu trabalho, quem sabe, fazendo-o refletir sobre a importância de construir e estreitar laços com a mídia e a parcela mais ampla da sociedade. Em outras palavras, horizontalizando o acesso à informação científica pelo processo da comunicação.

A Coluna Científica aparentemente foi uma das estratégias que melhor funcionou durante os primeiros cinco meses (julho-dezembro) de atuação do SCDC. Todavia, foi algo pensado para o recorte deste trabalho. Ou seja, na conclusão do segundo semestre de 2020, não há uma obrigação de continuidade. Mas também não se descarta uma retomada nos próximos semestres.

3.1 Tensões e ruídos

É possível relacionar a estratégia da Coluna Científica com o texto entrevista do ônibus elétrico. A pauta gira em torno de um produto desenvolvido a partir do (sub)projeto Laboratório Vivo de Mobilidade Elétrica para Transporte Coletivo na Unicamp: Integração de Eletroposto Sustentável, Monitoramento Amplo e Conectividade em Tempo Real, ligado ao Campus Sustentável – Unicamp.

É um acontecimento que apresenta valor notícia local, principalmente pelo utilitarismo do transporte interno, disponível para usuários e visitantes, e, de modo mais amplo, por questões de sustentabilidade e do próprio desenvolvimento tecnológico.

Logo, não foi difícil que a pauta circulasse em outros veículos, por exemplo, a própria notícia do EPTV Campinas e Região. No caso do ônibus elétrico, foi o professor Madson Cortes de Almeida, pesquisador do (sub)projeto, quem deu as entrevistas, e a Coluna Científica busca exatamente estimular esse “preparo” do cientista para falar com a imprensa.

No mais, cabem aqui algumas considerações dos impasses na produção e circulação dos conteúdos (não) veiculados em torno desse período, que compete ao segundo semestre de 2020. Trazer para o diálogo o ônibus elétrico não ocorre de modo aleatório. A pauta articula todas as características (valor-notícia) ditas anteriormente e, também, por isso, provocou ruídos por meio de tensões na comunicação (interna) acerca da publicização desse material.

Mesmo com o conteúdo pronto para a public(iz)ação dessa notícia, o SCDC não pôde publicá-la em primeira mão. Isso acarretou a queda da pauta

e, somente depois de quase uma semana, foi publicado outro material — o texto entrevista no *site* do Campus Sustentável. Ao encontro disso, a diferenciação entre jornalismo e divulgação basicamente se dá devido a relação dos fatos, o tempo e a sua publicização. Por esse motivo também que o texto entrevista não é tratado aqui como jornalismo, mas divulgação científica.

De acordo com o que foi decidido pela Lindinalva Machado, assistente técnica, o SCDC do Campus Sustentável não publicaria nada em relação ao ônibus elétrico antes que o assunto fosse publicizado amplamente por outros veículos, como o próprio Portal da Unicamp e na EPTV Campinas.

Foi uma tomada de decisão que despertou divergência de opinião, principalmente no que compreende o autor deste trabalho, jornalista responsável pelo SCDC do Campus Sustentável - Unicamp. Não houve diálogo especializado em torno do potencial da pauta em alavancar o engajamento nas mídias. A respeito da visibilidade dos seus canais de comunicação, o Campus Sustentável – Unicamp deixou de ganhar.

A tensão em torno do SCDC caminha em direção aos ajustes realizados no *site*. Como sinalizado na discussão do diagnóstico, alguns *links* e *abas* do domínio não possuíam conteúdos, ou seja, não tinham utilidade. O problema foi pautado durante reuniões no segundo semestre de 2020 e, por mais simples que fossem as soluções para esses problemas técnicos, o parecer administrativo da supervisão do Campus Sustentável - Unicamp era sempre conturbado, opaco, frente às regras institucionais e os anseios pessoais/profissionais.

Existe uma preocupação em excesso por conta da assistente técnica que antes era responsável pela gestão do *site*. Por vezes, as suas tomadas de decisões e imposições inviabilizaram a autonomia do SCDC do Campus Sustentável - Unicamp, frustrando algumas estratégias de trabalho, como a pauta sobre o ônibus elétrico.

Infelizmente, é um comportamento recorrente e que tem se reverberado no exercício da comunicação, aparentando que qualquer personagem é capaz de tomar as melhores decisões acerca dessa prática, exceto o profissional da

área de competência. Inclusive, é um problema que abre margem para refletir sobre conduta ética profissional, discussão a qual este relato não se aprofunda, mas em alguns pontos se depara com essa questão.

No mais, a subseção seguinte apresenta alguns dados relacionados às mídias do Campus Sustentável.

3.2 Dadificação do alcance da informação científica

O Campus Sustentável conta hoje com um *site* e quatro perfis nas mídias sociais. No *instagram*, por exemplo, ele ultrapassa o número de 2 mil seguidores, enquanto no *facebook* essa quantidade baixa para pouco mais de 500. Já o seu perfil no *linkedin* acumula 499 seguidores e 372 conexões, e o canal no *youtube* possui cerca de 350 inscritos. Outra ferramenta que passou a agregar nesse caixa de recursos foi o *linktree*, que instalada desde o dia 4 de dezembro acumula 1500 acessos. Todos esses números atualizados para esta edição da pesquisa, captados em setembro de 2021.

Essas mídias oportunizam dados relacionados ao engajamento dos públicos e, é a partir dessas informações que são apresentados alguns números acerca do texto que informa sobre o ônibus elétrico. Todavia, eles não significam uma leitura precisa da circulação do conteúdo. Pois, ao utilizar dispositivos tecnológicos diferentes, observando a mesma mídia, foi percebida uma pequena variação entre esses números.

No *Facebook*, a entrevista gerou um engajamento de 145 perfis. Já a métrica do *Instagram* mostra que a mesma publicação alcançou 360 usuários e 20% deste número não seguia o perfil do projeto. Ou seja, o conteúdo atingiu pelo menos 72 novos perfis. Não foi o texto publicado no *LinkedIn*, mas um outro que é resultado da clipagem de duas notícias sobre o ônibus elétrico, oriundas do Portal Unicamp e do G1 Campinas e Região (EPTV). Coincidentemente é no *LinkedIn* que acontece o maior número de interação, com 805 visualizações.

Em diálogo com essas métricas, os perfis alcançados pela publicação pertencem majoritariamente aos estados de São Paulo, Goiás, e Minas Gerais

e a maior parte pertence a estudantes, profissionais desenvolvedores de *software*, pesquisadores e analistas comerciais. As empresas que mais estão envolvidas nesse engajamento são: CPFL Energia, Itaú Unibanco e Raízen.

Com isso, é possível colocar que a maior parte do público atingido hoje pelo SCDC é formada por estudantes e profissionais da área da eletricidade. Um perfil de grupo majoritariamente adulto e comprometido com o setor energético. Inclusive, parte dessas pessoas pode ter migrado das edições dos *workshops* realizados pelo Campus Sustentável – Unicamp, durante o segundo semestre de 2020.

No quesito estratégia criativa, o SCDC tem buscado desenvolver textos imagéticos para as produções, preservando a seriedade da informação científica nos gestos da divulgação desse conhecimento. As ilustrações seguem também para a caricatura dos pesquisadores que escrevem para a Coluna Científica.

Como se percebe, a partir desses dados, há um árduo percurso pela frente para o SCDC. Serão mais dois semestres, tempo restante de duração do PIC, para repensar e gerir algumas estratégias, assim como potencializar outras que mostraram potencial de engajamento, como o perfil no *linkedIn*.

Reflexões finais

De modo geral, este trabalho apresentou o funcionamento da divulgação científica, pairando por vezes na comunicação científica, na publicização de projetos e pesquisas ligados ao setor da eletricidade. Como se trata de uma iniciativa do âmbito da comunidade científica, percebe-se que fica difícil não embutir nas práticas do SCDC a própria comunicação científica. Apesar de enfatizar aqui a divulgação científica, a comunicação científica é uma necessidade setorial do Campus Sustentável – Unicamp. E, por isso, na compreensão de que a informação científica se encontra presente nos dois gestos, seja na comunicação seja por meio da divulgação científica, o PIC realiza esse duplo movimento.

As questões atuais sobre as quais se debruçam o Laboratório Vivo – Unicamp despertam atenção pela necessidade da sociedade repensar hábitos

de produção e consumo, envolvendo a própria questão da sustentabilidade energética. Por meio do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a Unicamp tem assumido gradativamente o seu papel social nesse processo, estimulando tanto novos conhecimentos quanto a divulgação deles.

Na prática profissional, às vezes, o jornalista assume atividades que vão além de pensar pautas e produzir conteúdos, por exemplo, adquirindo a responsabilidade pelo funcionamento do setor de trabalho. No caso do SCDC, apenas dois bolsistas atuaram mais diretamente na produção dos materiais, no caso um jornalista e uma acadêmica de Midialogia. Em certa medida, o excesso de tarefa afeta alguns resultados. É preciso ter resiliência e persistência, e por isso que o processo interessa tanto quanto o resultado.

As condições de um ano atípico de relações remotas podem ter contribuído com as tensões e os ruídos apresentados na relação de trabalho. Talvez se essa comunicação interna tivesse ocorrido presencialmente as estratégias poderiam ter tomado outros rumos, quem sabe, mais promissores. De todo modo, não se trata de uma desculpa para não discorrer sobre comportamentos/práticas recorrentes quando o assunto é comunicação social e prática jornalística.

Compreende-se que o SCDC está assujeitado ao escritório do Campus Sustentável – Unicamp e, coletivamente, com projeto assessorado produz serviços. O funcionamento desse setor se ancora, conforme apresentado, em princípios teóricos, técnicos da Ciência da Comunicação (do Jornalismo), que são tão importantes quanto o conhecimento produzido em torno de qualquer outra área do conhecimento, como da Engenharia Elétrica.

Nesse prisma, áreas distintas do conhecimento se relacionam com objetivo comum: o bem social. Apesar de não ser colocado em discussão, o desdobramento do PIC do SCDC (2020/02 – 2021) inclui a produção do livro que retrata a história do Campus Sustentável – Unicamp. A última seção da obra tem sido escrita pelo SCDC, oportunidade singular que coloca em jogo um exercício final da atuação do autor deste relatório como jornalista do setor.

Por fim, tanto este trabalho quanto o livro podem ser tomados para fins acadêmicos e por profissionais interessados em atuar na área de divulgação do

setor energético. Na mesma medida que se identifica a necessidade de pautar o conhecimento científico na sociedade também se percebe a demanda de jornalistas especializados para atuação no mercado da eletricidade.

Quem sabe, esteja emanando mais um segmento do jornalismo de ciência, o jornalista de eletricidade ou jornalista eletricista? Na dúvida de qual termo recorrer, o importante é que tenham sempre jornalistas nesses espaços de comunicação.

Referências bibliográficas

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais**. Inf. Inf., Londrina, v.15, n.esp., p.1-12, 2010.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil: Funding excellence Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group. **Report**. Retrieved from: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf, accessed in: sep. 21.

GIL, A. C. Como elaborar projetos e pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58. In: VENTURA, M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Pedagogia Médica, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos** – Campinas, SP: Pontes, 2001.

A IMPRENSA QUE CONDENA VIDAS: VIOLAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Bruna Giovanna da Silva Dantas Vieira¹

Tiago de Souza Ferraz Maia²

RESUMO

O presente artigo, busca abordar os desdobramentos causados pela excessiva exposição da imprensa, frente ao Caso da Amanda Knox e o Caso da Escola Base, que consequentemente, resultaram em uma espécie de tribunal paralelo onde os protagonistas passaram de suspeitos a acusados antes mesmo do julgamento oficial. Trazendo à luz a violação do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, que trata sobre o princípio da presunção de inocência, o artigo mostra, a partir de pesquisa bibliográfica e descrição dos casos, como o posicionamento da imprensa foi a grande influência para o desfecho das situações.

Palavras-chave: Presunção de Inocência; Amanda Knox; Escola Base; Julgamento; Imprensa.

¹ Estudante de Graduação do 5º período do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Acre. E-mail: bruna.vieira@sou.ufac.br

² Estudante de Graduação do 4º período do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Uninorte. E-mail: souzatiago2311@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação em geral possuem parte de suas programações voltadas para o jornalismo, onde são realizadas coberturas acerca de fatos de repercussões nacionais e internacionais. O jornalista e seus superiores têm o compromisso e a responsabilidade de divulgar os fatos para a população com objetividade, buscando revelar, descrever ou analisar os acontecimentos reais e baseados na ética profissional. Neste artigo, a principal discussão gira em torno do pré-julgamento da mídia em relação aos casos da Escola Base e Amanda Knox, que não só prejudicou momentos das investigações como também prejudicou a vida das pessoas envolvidas na cobertura midiática.

Nesse contexto, a influência da mídia contribui para formação de opinião sobre os mais diversos assuntos em uma sociedade, mas nem sempre a narrativa jornalística condiz com a situação real. Nesse sentido, é objetivo deste artigo uma discussão sobre a consequência que uma cobertura jornalística equivocada ou sensacionalista pode trazer para a vida dos suspeitos de um crime, que muitas vezes passam por uma morte social em virtude de uma pré condenação influenciada pelo discurso midiático.

Além disso, os casos serão abordados pelo viés do Princípio Constitucional da presunção de inocência, presente no art. 5º, inciso LVII (BRASIL, 1988) que traz a ideia de que ninguém deve ser considerado culpado até que haja uma sentença penal condenatória. Quando a imprensa culpabiliza os suspeitos cria injustiças. Mesmo que posteriormente assumam seu erro e dê início às retratações e direito de resposta, elas provavelmente não terão a mesma potência das divulgações que acusaram os envolvidos.

DESENVOLVIMENTO

O princípio da presunção de inocência é uma garantia da Constituição Federal (artigo 5º, inciso LVII) de que qualquer cidadão brasileiro só deve ser considerado culpado após passar por todas as etapas previstas de uma condenação judicial. "Um dos principais problemas enfrentados dentro deste princípio é o fato de como as pessoas criam um sentimento de impunidade perante as leis, devido a influência que a mídia tem sobre elas" (GREBOGE;

PEREIRA; MACHADO, 2016). Os desdobramentos que podem ocorrer através da violação da presunção de inocência por diversas vezes escapam das previsões da imprensa. Pois a mídia, através do seu poder de fala para multidões, carrega em si uma responsabilidade imprescindível de noticiar o fato apurado, condizendo com a verdade.

“A presunção de inocência está disposta no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal e é compreendida como uma garantia constitucional de que o réu da ação só será considerado ‘culpado após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória’. Trata-se de um mecanismo de extrema importância no Direito Processual, o qual preceitua que só deverá ser realmente considerado culpado o acusado que teve provada sua culpa em sentença irrecorrível, ou seja, contra a qual não existam mais recursos” (MILANEZI, 2017).

O jornalismo cria conteúdo para suprir necessidades sociais, que podem mudar conforme as transformações da sociedade. Mas as lógicas estabelecidas profissionalmente não estão restritas a uma única função ou forma de tratar os acontecimentos. Com base nessas reflexões e ao buscar uma classificação dos gêneros jornalísticos baseado nas práticas atuais, Melo e Assis (2016) distribuem os conteúdos como informativo (notícia, reportagem...), opinativo (editorial, artigo, coluna...), interpretativo (análise, perfil...), diversional e utilitário. Desta forma, compreende-se que o jornalismo cumpre objetivos de levar informação, opinião e diversão para seu público, sendo que esses diferentes conteúdos costumam ser diferenciados em sua apresentação nos diferentes meios jornalísticos (áudio, vídeo impresso e online) visando garantir objetividade/imparcialidade aos conteúdos informativos (considerando que esses conceitos são discussões e controvérsias teóricas no jornalismo que não serão aprofundadas neste texto).

Ao mesmo tempo que os meios de comunicação difundem a informação, eles também formam a opinião. É comum encontrarmos matérias informativas que não são neutras, que explicitamente apresentam a opinião do jornalista. Como também, matérias sensacionalistas, onde o jornalista não aparente ter responsabilidade com os desdobramentos de tal atitude. Quando um suposto culpado for, de fato, considerado inocente, dificilmente a sociedade o verá desta

forma. Tendo em vista que a pessoa já passou pelo “tribunal da mídia”. Dependendo do crime e da forma como a imagem da pessoa foi exposta, sua vida jamais voltará a ser o que era antes.

“É preciso que o jornalista tenha em mente que o julgamento fica a cargo da Justiça e que a sua antecipação não é positiva, podendo interferir no tempo que o Direito precisa para julgar e, enfim, condenar dentro do devido processo legal” (BELEZA, 2013, p.8). O Caso da Escola Base, conhecido como um dos maiores crimes da imprensa brasileira, retrata o que acontece quando a imprensa toma para si o poder do julgamento. A conclusão foi a morte social dos indivíduos, da noite para o dia, pois a informação divulgada sobre abusos sexuais contra crianças, mesmo se mostrando falsa posteriormente, não conseguiu ser remediada.

No Caso da Amanda Knox, tanto ela como seu namorado na época, Raffaele Sollecito, passaram por condenações, pois nem a Justiça e nem a sociedade queriam acreditar que o casal era de fato inocente. A situação acarretou bastante sofrimento para todos os envolvidos. "A dominação dos fatos e a influência perante o povo atinge não apenas os suspeitos/réus de crimes, mas os que giram ao seu entorno, instituindo ao poder judiciário a obrigação de aplicar sanções rápidas e severas com a finalidade de satisfazer a ânsia de justiça dos agrupamentos sociais"(SOUZA; BARBOSA; SILVA, 2019, p.4).

Caso da Amanda Knox

Em 1 de novembro de 2007, na cidade de Perúgia na Itália, a jovem britânica Meredith Kercher, com 21 anos de idade, foi encontrada morta em seu quarto. Ela dividia a casa com mais três jovens, duas italianas chamadas Filomena Rommanelli e Laura Mezzetti e uma americana, chamada Amanda Knox.

Meredith foi encontrada morta por policiais, chamados por Amanda Knox e seu namorado Raffaele Sollecito. Porém, os policiais estranharam a calma do casal que do lado de fora da casa estavam trocando beijos e abraços. Cena essa que foi registrada por diversos jornalistas e pela mídia local que estavam presentes na cena do crime.

Em depoimento Amanda e Raffaele contaram que passaram a noite do crime na casa de Raffaele e pela manhã do dia 02 de novembro, Amanda foi sozinha até sua casa para tomar banho e pegar mais algumas roupas. Após o banho, ela se deparou com a porta de Meredith trancada e ao tentar chamá-la não obteve resposta, motivo pelo qual resolveu contactar Raffaele para ajudá-la a abrir a porta. Após não conseguir, decidiram chamar a polícia.

O promotor responsável pelo caso, Giuliano Mignini ao ver que o corpo de Meredith estava coberto pelo cobertor, julgou que o culpado seria na verdade uma mulher, pois acreditava que as estatísticas apontavam que só mulheres apresentavam esse perfil, de cobrir o corpo da vítima para que não ficasse exposto. Além disso, por Meredith apresentar muitos machucados e haver vários DNAs masculinos na cena do crime, acreditaram que quem cometeu o crime não foi apenas uma pessoa e sim um grupo.

Tanto Meredith quanto Amanda, eram intercambistas, e dessa forma as notícias logo se espalharam não só pela Itália como também pelos outros países ao redor do mundo. Porém, a imprensa estava disseminando manchetes que não estavam sendo claras nem objetivas. A cada dia uma nova especulação era incrementada às notícias com o objetivo de chamar a atenção dos telespectadores.

A partir daí a americana Amanda Knox passou a ser “condenada” pela mídia. Não por um processo justo, com as devidas investigações, e sim por uma condenação feita pela sociedade. Tudo que era encontrado sobre ela era publicado com a intenção de ser uma nova prova acerca da psicopatia e loucura da possível assassina de Meredith Kercher. O fato de Amanda ter ficado durante cinco dias na casa de um rapaz que ela tinha acabado de conhecer alimentou a ideia da garota ser imoral e libertina demais. Chegou a ser chamada pela mídia italiana de “fria e assassina” por seu jeito de agir perante as câmeras.

O casal permaneceu detido, sob o argumento de que soltos eles poderiam fugir ou atrapalhar as investigações. A polícia estava começando a acreditar que na noite do crime Amanda tinha planejado uma noite de sexo grupal na casa onde moravam, e que Meredith não teria gostado da ideia, e como consequência foi abusada e morta. Além de Amanda e Raffaele, o jovem Rudy Guede também

foi acusado por ter praticado o crime, pois segundo a perícia foi encontrado DNA de Rudy no corpo de Meredith. Após isso, Rudy foi localizado na Alemanha e extraditado para a Itália onde permaneceu preso desde então.

Amanda e Raffaele passaram por duas condenações. Em dezembro de 2009, foram condenados por 26 e 25 anos, respectivamente, pelo assassinato de Meredith Krecher. Em 2011, aconteceu uma reviravolta no caso, onde o recurso da defesa culminou na absolvição do casal. Contudo, em 2013 a justiça italiana cancelou a absolvição e pediu um novo julgamento. E então em 2014, Amanda e Raffaele foram novamente condenados. Finalmente, em 27 de março de 2015 a mais alta Corte Italiana absolveu o casal das acusações e determinou o encerramento do caso.

O casal foi inocentado por confirmarem ter ocorrido vários erros judiciais, como a influência da mídia que interferiu tanto na investigação quanto no julgamento do caso. Dessa forma, não seria possível mantê-los presos por um crime que não foi provado e muito menos julgado. Já o terceiro envolvido, Rudy Guede teve seu julgamento em outubro de 2008 e foi condenado pela justiça italiana a cumprir 30 anos de prisão pelo estupro e auxílio na morte de Meredith Krecher. O jovem continua negando que tenha matado Meredith e, após recorrer conseguiu diminuir sua pena para 16 anos. Ele segue preso na Itália.

Caso da Escola Base

Em São Paulo, por meados de março de 1994, o ano letivo nas escolas já estava iniciando, e com a Escola de Educação Infantil Base não foi diferente. O empreendimento era administrado pelo casal de donos Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada. Tudo parecia estar correndo muito bem para o início das aulas, até o dia em que Lúcia Eiko Tanoue e Cléa Parente de Carvalho notaram comportamentos estranhos em seus filhos, alunos da instituição, se dirigindo imediatamente à delegacia com o objetivo de prestar queixa a seis pessoas relacionadas ao colégio.

De acordo com as mães, Lúcia e Cléa, os donos da escola, Icushiro e Maria Aparecida Shimada, a professora Paula Milhim Alvarenga e seu marido, Maurício Monteiro Alvarenga, que também era o motorista da Kombi que levava as

crianças para escola estavam realizando orgias com as crianças de quatro anos de idade no apartamento de Saulo e Mara Nunes, pais de um dos estudantes.

O delegado responsável pelo caso, Edécio Lemos, encaminhou os filhos de Lúcia e Cléa ao Instituto Médico Legal (IML) emitindo também um mandado de busca e apreensão ao apartamento onde, supostamente, aconteciam as orgias. Após nada ser encontrado, as mães foram até à Rede Globo. A partir disso, o Caso da Escola Base deixou de ser algo local e passou a ser um caso acompanhado nacionalmente. No mesmo dia, o laudo do IML foi analisado pelo delegado, apresentando ser inconclusivo, mas dizia que as crianças apresentavam lesões que poderiam ser resultado de atos sexuais. E logo após, uma entrevista foi dada pelo delegado a jornalistas. Os suspeitos passaram a ser, aos olhos da população, acusados antes mesmo de qualquer julgamento.

A imprensa depositou uma enorme atenção ao caso, dando a ele diversas manchetes diárias. Era fácil encontrar notícias recheadas de informações cuja veracidade não havia, ainda, sido comprovada. Houve muitas especulações acerca do caso. Um exemplo foi a manchete do tabloide paulista Notícias Populares, “Kombi era motel na escolinha do sexo”, com exacerbado sensacionalismo, porém mostrando a forma como a imprensa estava passando a lidar com o caso.

Após o afastamento do delegado Lemos, os delegados substitutos encontraram, através de uma denúncia anônima, o fotógrafo americano, Richard Herrod, que morava nas redondezas da escola, e, segundo a denúncia, comercializava as fotos das crianças molestadas. Para comprovar a ligação do fotógrafo ao caso, a filha de Cléa foi levada ao apartamento para reconhecimento e, após perceberem que a menina quis brincar com uma pelúcia que estava no chão do apartamento, concluíram que a criança já havia estado ali. Foi, o suficiente para que a prisão preventiva do fotógrafo Richard Herrod fosse decretada. Enquanto isso, a mídia já fazia o anúncio de seu envolvimento no caso.

Com o tempo, as provas de inocência dos primeiros suspeitos começaram a surgir. Quando a prisão preventiva de Saulo e Mara fora decretada, os advogados do casal tiveram acesso ao processo e puderam constatar o quão

inconclusivo era o laudo do IML. Uma das mães admitiu que o filho sofria de constipação intestinal, uma das probabilidades apontadas pelo laudo para lesões encontradas. A partir disso, houve diversas movimentações por parte de funcionários do colégio e de pais de outros alunos apresentando seus depoimentos em defesa dos supostos acusados.

Três meses depois, Saulo e Mara foram inocentados pelo delegado Gérson de Carvalho, um dos que assumiram a investigação. Entretanto, muita coisa já havia acontecido, os danos psicológicos e morais aos acusados eram imensos. Os diversos gastos com o processo também deixaram as finanças dos envolvidos completamente arruinadas. A culpa da negligência também caiu nos ombros da imprensa, que não foi responsável ao divulgar informações não oficiais ou especulações que lhes eram passadas.

Os meios de comunicação foram acusados de não retratar a verdade de fato, declarando apenas que as investigações só foram encerradas por falta de prova, sem o compromisso de anunciar que os até então os suspeitos eram inocentes. Diversas foram as tentativas de indenizações contra o Estado e a mídia, mas infelizmente Maria Aparecida Shimada e Icushiro Shimada faleceram sem receber o dinheiro que lhes era devido, ela de câncer em 2007 e ele de infarto em 2014. O dinheiro não pode amenizar a destruição causada pelo Estado e a mídia em suas vidas.

A também envolvida Paula Alvarenga nunca mais conseguiu trabalhar como professora pois ficou marcada como abusadora de crianças. Seu casamento com Maurício terminou em virtude das dívidas e da paranoia que ele desenvolveu após o caso. Saulo e Mara, assim como os outros, também enfrentaram dificuldades financeiras. O fotógrafo americano Richard, mesmo após a conclusão do caso, passou anos tendo que mostrar ao Estado que era, de fato, inocente.

O capítulo III do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, diz algumas das responsabilidades profissionais do jornalista, dentre elas, está a do art. 9º que fala sobre a presunção de inocência ser um dos fundamentos da atividade jornalística. A cobertura da imprensa, acerca do Caso da Escola Base foi parcial e monofônica os envolvidos foram condenados socialmente. O erro primordial foi

apenas a voz do delegado equivocado ser ouvida pelos veículos da mídia e não houve direito de resposta proporcional ao agravo que sofreram.

A presunção de inocência nos casos

De acordo com o art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988 “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). Isso significa que mesmo uma pessoa condenada em primeira instância tem a possibilidade de recorrer e ter a sentença inicial alterada, devendo ser considerado suspeito até a última sentença possível no andamento de seu processo. Porém, a mídia muitas vezes tem tomado para si este papel de julgador. Muitos suspeitos foram automaticamente para a “lista de acusados” pelo simples fato de a imprensa ter feito a divulgação do caso de maneira grandiosa e/ou errônea.

“A violação ocorre, em geral, quando o profissional de comunicação, com base apenas em boletim de ocorrência policial, ou em depoimento de policiais, divulga nome ou imagem do (s) acusado (s), afirmando a autoria de ato delituoso, sem que esta tenha sido comprovada e sem que seja mencionada, de modo transparente, a fonte da informação, relativizando-a, portanto” (VARJÃO, 2015, p.15).

A presunção de inocência tem o objetivo de resguardar a integridade do indivíduo que ainda passará por um julgamento, ela traz à tona a ideia de que o suposto acusado pode ter sido acusado de forma errônea e ele na verdade ser inocente. Como citam Carlos Pascoal e Henrique Magalhães (2020) em seu artigo:

“Pretende-se esclarecer que a finalidade do discutido princípio é nem mais nem menos justa e razoável, sendo pensado para obstar a prisão do indivíduo, sem haver concretamente certeza de sua condenação; logo, por não haver certeza de culpa o Estado poderia cometer ascosa injustiça se, ao se finalizar o processo, fosse apontado conclusivamente que o acusado é inocente” (PASCOAL; MAGALHÃES, 2020).

No Caso da Escola Base, é possível observar a preocupação por parte da imprensa em dar o furo, em ser a primeira a divulgar determinado ocorrido. Foi por esse anseio de estar à frente e conseguir o furo jornalístico que o caso se

tornou um dos maiores crimes da imprensa brasileira. “A repercussão desses casos, especificamente e, todas as consequências relatadas, até os dias de hoje, demonstram a necessidade de dizer a verdade e, como jornalista, a não arriscar a credibilidade por um furo de reportagem incerto e instável” (BELEZA, 2013, p.9).

Os desdobramentos causados em decorrência da violação da presunção de inocência tiveram consequências profundas aos envolvidos do Caso da Escola Base, acarretando morte social aos suspeitos, juntamente com problemas psicológicos e financeiros.

A partir do momento em que a mídia começou a divulgar o caso de forma sensacionalista, a indignação da sociedade foi tanta que as pessoas invadiram e destruíram a escola, riscaram os muros e diariamente ameaçavam os envolvidos. "As empresas de grande veiculação e repercussão abrem espaço ao espetáculo punitivo das pessoas, gerando vigilância constante da vida pública. Assim, não existe privacidade do sujeito detentor do direito de uma presunção constitucional de inocência" (SOUZA; BARBOSA; SILVA, 2019, p.8).

É necessário realizar uma checagem apurada das informações que de fato serão relevantes ou não para uma publicação, com responsabilidade sobre os desdobramentos. A notícia deixa de ser informativa quando o que é veiculado não condiz com a verdade dos acontecimentos.

“...é preciso levar em consideração que, como uma das etapas da produção jornalística é justamente a seleção dos dados, determinar o que permanece no relato e o que deve ser descartado pode ajudar a manipular ou simplesmente ser um procedimento habitual. Subjetivismos poderiam contaminar as decisões, é verdade, mas critérios jornalísticos mais nítidos e transparentes tendem a encolher o perigoso terreno das individualidades” (CHRISTOFOLETTI, 2018, p.60).

No Caso da Amanda Knox, a imprensa conseguiu levar a suspeita para o centro do acontecimento, sendo que as informações que não tivessem o nome dela relacionado ao caso se mostrava irrelevante para a divulgação.

"A mídia (livros, filmes, jornais e revistas que foram publicados na época) e a sociedade já tinham criado uma personalidade para ela. A

demonizando e personificando como a assassina. Obviamente, as investigações e o julgamento não ficaram imunes de toda essa corrente. Alguns dos próprios policiais, investigadores e membros julgadores, já tinham sua convicção pessoal sobre ela e sua própria versão da história" (ALENCAR, 2020).

À medida que o caso ganhava mais destaque nos tabloides internacionais, mais os jornalistas se empenhavam em procurar nas redes sociais e afins dos envolvidos algo que pudesse de alguma forma incrementar os acontecimentos. O diário de Amanda Knox foi usado com a intenção de personificar a suspeita, de que ela de fato se tratava de uma assassina fria e imoral. "O problema é esse espetáculo em forma de notícia que a mídia aborda atualmente acaba gerando a impossibilidade de defesa do réu por conta desse julgamento que ela faz, trazendo presunção da inocência e impunidade ao mesmo tratamento" (GREBOGE; PEREIRA; MACHADO, 2016).

Dessa forma, é possível observar a ativa atuação da mídia na violação da presunção de inocência, sendo ela muitas vezes o principal disseminador. A mídia atua como uma espécie de poder que, através das notícias, consegue estabelecer o destino dos envolvidos, seja ele bom ou ruim. "[...] a produção literária, cinematográfica e tem peso e importância sobre a condenação ou inocência de uma pessoa. Ou seja, a influência das mídias nas ciências penais ao redor do mundo" (ALENCAR, 2020).

Presunção de inocência é de imensa importância no meio da justiça criminalista. Quando se acusa alguém, é necessário que provem cada item que o indivíduo tenha cometido, caso contrário, é inocente, como está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 5º, inciso LVII (BRASIL, 1988). Dessa forma, visa impedir de que pessoas sejam presas e cumpram penas de crimes que não cometeram.

Quando se trata da presunção de inocência de crimes de grande repercussão ou envolvendo pessoas públicas / celebridades, sempre estará conectada ao direito e aos meios de comunicação. Estes ligados por um conflito: a imprensa deve ser neutra, para não ferir os direitos de cada indivíduo, os direitos constitucionais não devem ser infringidos por um poder privado (mídia).

É inegável que com o passar do tempo e dos avanços tecnológicos, a mídia fez uma revolução e mudou completamente a forma como as pessoas se informam, agem e pensam, ou seja, um posicionamento amplamente divulgado pode afetar a opinião da população, incluindo a opinião de juízes e pessoas do núcleo jurídico. Em um caso onde há uma ampla cobertura das mídias, será árdua a seleção de um júri. Com base na cobertura feita, é previsto que os jurados tenham desenvolvido mesmo que inconscientemente preconceitos sobre o caso que a mídia expôs, deixando de serem neutros e tomando uma postura unilateral. (SOUZA, Artur, 2015)

Quando uma pessoa não tem experiência e conhecimento, os meios de comunicação podem exercer influências em suas posições e escolhas, realimentadas pela dependência das mesmas mídias para obter notícias e informações. De acordo com Mascarenhas (2010), cada indivíduo é extremamente exposto às informações que a mídia anuncia e assim, molda a opinião (e consumo) do ouvinte. A partir dessas informações recebidas, é possível moldar comportamentos dos indivíduos que são centrais para uma mudança social ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a explanação do Caso da Amanda Knox e do Caso da Escola Base, podemos observar a partir de acontecimentos reais os desdobramentos que a intervenção massiva da mídia pode causar. Isso levou os envolvidos a um julgamento não oficial e de longo prazo, em que suas vidas não nunca mais foram as mesmas. No caso da Escola Base, a professora relata que não pode voltar a exercer sua função, pois foi taxada pela sociedade como abusadora de crianças.

No Caso de Amanda Knox, ela fala em seu documentário – disponível na Netflix - que dificilmente voltará à Itália, pois mesmo após ter sido inocentada pela mais alta corte, a população italiana ainda a vê como a assassina fria e calculista descrita pelos inúmeros tabloides. A presunção de inocência é um princípio relevante na sociedade, pois ele impede que determinada pessoa seja acusada injustamente e punida pelo chamado “julgamento midiático”. E muitas pessoas ainda perdem a chance de comprovarem sua inocência, pois o

destaque que um furo jornalístico ganha jamais será o mesmo que o recebido por uma errata.

A imprensa tem extrema influência entre as pessoas que a consomem, independente de qual meio ela for divulgada. O jornalista deve ser atencioso com a apuração dos dados e responsável pelo conteúdo apresentado, principalmente em casos que ganham muita notoriedade pela sociedade, levando em consideração os exemplos desses erros jornalísticos, onde os acusados não puderam voltar a viver normalmente após um lixamento midiático. No Brasil é necessário que os meios de comunicação sigam e respeitem o Artigo 5º da Constituição Federalista do Brasil, para que não aconteçam falsos julgamentos e conclusões precipitadas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Layse J. R. de A. **Caso Amanda Knox e a influência das mídias no Direito**. Justificando. Acesso em: 21 de dezembro de 2020. Disponível em: ><https://www.justificando.com/2019/12/11/caso-amanda-knox-e-influencia-das-midias-no-direito/><

BELEZA, Ananda Cabral Lelis. **A mídia como tribunal quando a imprensa condena antes da justiça**. UNICEUB, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: *fake news* e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Revista RUMORES**. Vol. 12, n. 23, janeiro-junho, 2018.

Federação Nacional dos Jornalistas. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **FENAJ**. 2007. Acesso em: 03 de setembro de 2021. Disponível em: ><https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/><

GREBOGE, Jeniffer; PEREIRA, Kethlyn C.; MACHADO, Claudia C.L. **Princípio da presunção de inocência**. Jusbrasil. 2016. Acesso em 22 de dezembro de 2020. Disponível em:

><https://ienigreboqe.jusbrasil.com.br/artigos/469084013/principio-da-presuncao-da-inocencia><

MASCARENHAS, Oacir Silva. **A influência da mídia na produção legislativa penal brasileira**. 2010. Acesso em: 3 de setembro de 2021 Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo3

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Acesso em: 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69845297003>

MILANEZI, Larissa. Presunção de inocência e sua relativização. **POLITIZE!**. Acesso em: 03 de setembro de 2021. Disponível em: ><https://www.politize.com.br/presuncao-de-inocencia-o-que-e/><

OLIVEIRA, César Antônio Silva de. **A influência da mídia no Tribunal do Júri à luz dos princípios e garantias constitucionais que regem o Processo Penal Brasileiro**. Artigo, 2014. Acesso em: 01 de setembro de 2021 Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28520/a-influencia-da-midia-no-tribunal-do-juria-luz-dos-principios-e-garantias-constitucionais-que-regem-o-processo-penalbrasileiro>

PASCOAL, Carlos D. A.; MAGALHÃES, Henrique C. A. **O Princípio da Presunção de Inocência e sua Metamorfose ao longo dos anos**. Jus.com.br. Acesso em: 21 de dezembro de 2020. Disponível em: ><https://jus.com.br/artigos/76561/o-principio-da-presuncao-de-inocencia-e-sua-metamorfose-ao-longo-dos-anos><

SOUZA, Artur. **A decisão do juiz e a influência da mídia: Ineficácia da prova divulgada pelos meios de comunicação para o processo penal e civil**. eBook Kindle. Amazon do Brasil Ltda, 2015.

SOUZA, Érika. BARBOSA, Igor. SILVA, Valdirene. Influência midiática na condenação popular antecipada. **Revista Observatório**. Vol. 5, n. 6, Outubro-Dezembro, 2019.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa.** Volumes 1. Brasília, DF: ANDI, 2015. 80 p.

ELAS DISSERAM QUE ELAS MESMAS IRIAM COMPRAR AS FLORES

Edson Jose de Almeida Andrade Junior¹

Miguel Felipe França Rodrigues²

RESUMO

O novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi inicialmente identificado em 31 de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China. Em menos de três meses o vírus se espalhou pelo mundo e recebeu o nome técnico Covid-19. O Ministério da Saúde do Brasil confirmou em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de coronavírus. Em 17 de março, o Ministério da Saúde confirmou a primeira morte por coronavírus no Brasil. No estado do Acre, a Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) confirmou, no mesmo dia 17 de março, os três primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19) no estado do Acre. Nesse contexto desenvolvemos um diálogo com cinco jovens mulheres, de 20 a 29 anos, para compreender como elas têm vivenciado as questões que a Pandemia da COVID-19 impôs sobre elas e a sociedade. Esse diálogo se desenvolveu por meio virtual, especificamente por meio da plataforma Google Forms. As principais referências foram artigos e reportagens sobre a COVID-19 e a fala as entrevistadas. Como resultado alcançado obtivemos a reportagem intitulada *Elas disseram que elas mesmas iriam comprar as flores*.

Palavras-chave: COVID-19; Mulheres; Vivencias.

¹ Graduando em Jornalismo. Universidade Federal do Acre, Acre.

² Graduando em Jornalismo. Universidade Federal do Acre, Acre.

1. Introdução

Em pé, no centro do Museu Provincial de Hubei, é possível observar a exuberância do jardim com árvores frondosas da própria região, em tons de verde, roxo, laranja e vermelho, criando caminhos em arcos e em linhas retas, por onde os visitantes podem passear ou optar por passar pela ponte de pedra no meio do museu, que o direciona aos três complexos que combinados formam o museu. São mais de duzentas mil peças, relíquias culturais ancestrais, que vão desde antigos vasos, instrumentos musicais a ornamentações de antigos imperadores do reino Chu (770-476 aC). Tais peças estão distribuídas entre os edifícios de telhados inclinados, cinzas, em formato de trapézio, com beirais amplos que tem por característica arquitetônica o estilo tradicional da cultura Chu³.

Mas não foi por sua diversidade cultural e atrativo turístico econômico que Wuhan ganhou as manchetes mundiais no começo do ano de 2020, mas sim pelo comunicado emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre uma pneumonia of unknown etiology – uma pneumonia de causa desconhecida. No comunicado de 5 de janeiro de 2020, a OMS afirmou que “o Escritório da OMS na China foi informado de casos de pneumonia de etiologia desconhecida (causa desconhecida) detectados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Em 3 de janeiro de 2020, um total de 44 pacientes com pneumonia de etiologia desconhecida foram notificados à OMS pelas autoridades nacionais na China. Dos 44 casos relatados, 11 estavam gravemente doentes, enquanto os 33 pacientes restantes estavam em condição estável. De acordo com relatos da mídia, “o mercado em questão em Wuhan foi fechado em 1º de janeiro de 2020 para saneamento e desinfecção ambiental.”.

Mesmo diante dessa situação, no mesmo comunicado, a OMS “[...] desaconselha a aplicação de quaisquer restrições de viagens ou comércio na China com base nas informações atuais disponíveis neste evento.” Assim iniciava-se um novo capítulo na história da humanidade, novamente as

³ Cultura Chu corresponde a todos os artefatos, técnicas artísticas e modos de vida que estiveram presentes durante o reinado um dos mais importantes pequenos estados que disputaram o poder na China entre 770 e 223 DC. Hoje a memória desse povo está guardada no The Hubei Provincial Museum (em chinês: 湖北省博物馆).

populações teriam de passar por uma situação “comum”, levando em consideração as epidemias de menor escala que ocorreram nos últimos anos, mas agora as proporções ficaram maiores, comparadas a da Gripe Espanhola, e agora como a humanidade enfrentaria a pandemia da SARS-CoV-2, ou a Pandemia de Covid-19.

2. A Gripe Espanhola, Pandemia da Gripe A, Pandemia da Covid-19

A Gripe Espanhola, que atingiu principalmente pessoas idosas e/ou com o sistema imunológico comprometido, se tornou um forte operador de mudanças na vida cotidiana social, pois alguns locais conseguiram manter o influenzavírus A (subtipo H1N1), estirpe mutante que gerou a Gripe Espanhola, afastado optando por fechar locais que aglomerassem pessoas e impedir acesso às vias principais das cidades, e não só isso, como afirma a jornalista Jéssica Almeida, do Jornal O Tempo, em seu Twitter pessoal, a cidade de Belo Horizonte passou por um momento de decisão de medidas drásticas: suspensão de aulas, missas e fechamento do comércio; higienização dos bondes elétricos e a Escola de Medicina suspendeu suas aulas e adaptou-se para ser um espaço com 120 leitos para atender as pessoas mais carentes.

Em abril de 2009, o mundo recebeu uma declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em que divulgava a existência da pandemia da gripe H1N1, que na época era conhecida como "Gripe Suína". A variante do vírus que foi descoberta no México, com o surgimento dos primeiros casos em março do mesmo ano, com isso toda a população ficou em estado de alerta para o que iria acontecer em seguida. No Brasil, os primeiros 20 casos foram descobertos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins e São Paulo, um mês após o comunicado oficial da OMS. Após o surgimento no país, o governo implantou um sistema de barreira sanitária de influenza em todos os aeroportos do país que acabou tendo a informação que o primeiro caso aconteceu no Rio Grande do Sul, após um dos pacientes ter chegado de viagem de um dos países que tinham o vírus confirmado.

Após 10 anos desde sua notificação pela OMS, novos casos de H1N1 (influenza) foram notificados no norte do país, mais especificamente nas cidades de Rio Branco e Brasileira, no estado do Acre. Sabendo disso, o estado logo

montou unidades de monitoramento da doença, duas na capital Rio Branco e uma na cidade de Brasileira. Não se sabe como os pacientes contraíram a doença, apenas que uma pessoa veio de Porto Velho, RO, com o vírus e acabou vindo a óbito na capital acreana.

A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome*, é uma doença respiratória de origem zoonótica altamente infecciosa em humanos com mortalidade significativa. Embora a questão ainda esteja sendo debatida na comunidade científica, o que se sabe é que o coronavírus que causa a Síndrome Respiratória Aguda Grave, que posteriormente mudou para a Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2) pertence ao betacoronavírus, um dos quatro gêneros da subfamília Orthocoronavirinae da família Coronaviridae, e que embora não haja confirmação, são encontrados em morcegos-ferradura.

O SARS-coronavírus (SARS-CoV) teve sua origem no começo do século XXI, na China. O genoma, ou seja, a sequência completa de DNA do organismo, quando analisado não apresentou nenhuma relação com os coronavírus humano ou animal previamente conhecidos. Na época, ocasionou um surto global, tendo 8098 casos confirmados e 774 mortes registradas. A possibilidade do SARS-Cov ter se adaptado à transmissão de humano para humano é muito recente, se levar em consideração esse primeiro surto, o que deixou explícito que uma nova reinfeção do vírus seria possível no futuro recente. Infelizmente, foi o que aconteceu. Sem nenhum novo caso desde 2004, em dezembro de 2019, surgiu a Sars-Cov-2. Iniciando assim a Pandemia de Covid-19.

A cidade de Wuhan, China, foi o epicentro do novo surto. Em 1 de janeiro de 2020, as pessoas com os sintomas foram isoladas, posteriormente 700 indivíduos, incluindo 400 profissionais da saúde, foram monitorados. A primeira morte ocorreu em 9 de janeiro de 2020. Em 23 de janeiro Wuhan foi colocada em quarentena. Em 24 de janeiro foram confirmados os primeiros casos na França. Assim, novos casos de Covid-19 foram aparecendo em todo mundo: Japão, 16 janeiro; Hong Kong, 22 de janeiro; Cingapura, 23 de janeiro; Austrália, 25 de janeiro; Canadá, 26 de janeiro; Alemanha, 28 de janeiro; Itália, 30 de janeiro; Reino Unido, 31 de janeiro. Em 13 de fevereiro Robert Redfield, diretor do Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC), disse à CNN

haver transmissão assintomática do novo coronavírus. Em 26 de janeiro, um homem de 61 anos é confirmado com SARS-CoV-2 na cidade de São Paulo, Brasil.

Desde então, o Brasil soma 20.958.899 casos, até o dia 10/09/2021, e em mais de um ano de pandemia, mais de dois ministros da Saúde foram trocados e o mais recente deixou o ministério. Uma pequena amostra do desgoverno que conduz o Brasil nesse ano de pandemia. Em especial, no estado do Acre, a Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) confirmou, no dia 17 de março, os três primeiros casos do novo coronavírus no estado do Acre. A informação foi confirmada em coletiva junto ao governador Gladson Cameli. Hoje, mais de um ano após os três primeiros casos, o Acre já conta com 87.903 casos e 1.815 mortes. De um ponto do mundo ao outro, como viver a maior crise sanitária em quase cem anos?

3. Elas disseram que elas mesmas iriam comprar as flores

Em 14 de maio de 1925, a escritora Virginia Woolf lança ao mundo seu mais recente livro, Mrs Dalloway, se consolidando como uma autora modernista, ao explorar a forma de escrita, então recente, fluxo de consciência. Em Mrs Dalloway, Clarissa Dalloway divide protagonismo com Septimus Smith, mas é durante os pensamentos de Clarissa que Woolf apresenta o sentimento social pós-Primeira Guerra Mundial e Gripe Espanhola: “Ultimamente, a experiência do mundo havia feito brotar em todos, homens e mulheres, uma fonte de lágrimas. Lágrimas e sofrimentos; coragem e resistência; uma postura perfeitamente apurada e estoica.”.

Em matéria publicada no dia 4 de março de 2021, a BBC News Brasil, trouxe o resultado de uma pesquisa feita pelo Instituto Ipsos, que afirma que os brasileiros são o povo que mais se sente solitário no mundo. “Para Marcos Calliari, presidente da Ipsos no Brasil, os efeitos da pandemia de covid-19, que já matou 259,2 mil pessoas no país até esta quarta-feira (3/3), foram preponderantes para aumentar o sentimento de solidão da população brasileira.”

Tendo em vista as conexões informativas feitas até o momento, vale fazer uma pergunta: como compreender alguém? Buscar se aprofundar em alguém por meio das várias janelas que a tecnologia nos possibilita – computador,

celular, whatsapp, facebook, instagram, twitter, google meet – é se questionar se o que está sendo mostrado é verdadeiro, é confiar que a pessoa que está do outro lado vai ser honesta, não tem como saber por uma postagem, por mais explicativa que seja. No meio digital, tudo se resume a aspas, mas a vida é bem mais complexa que isso; tanto que no intuito de *hackear* o sistema através do sistema, usando a plataforma *Google Forms*, foram feitas perguntas abertas e fechadas a cinco jovens mulheres, perguntas sobre elas mesmas, sobre suas casas e sobre como é viver em um país de solitários, no mais distante estado, o que elas veem no mundo e o que pensam?

Todos se perguntaram o que iriam fazer da vida após o pronunciamento da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como iriam enfrentar essa pandemia? Como iriam trabalhar para se sustentar, manter suas casas, o que viria após isso? Como iriam viver? O medo se fez presente em todos os seres humanos ao redor do mundo e não poderia ter sido diferente com Jeissyane, jovem de 25 anos, moradora do bairro Nova Esperança em Rio Branco, Acre, doutoranda e graduanda em Direito, pela Universidade Federal do Acre, que foi obrigada a parar e ficar em casa. Junto de suas irmãs, enfrentaram o luto. Jeissyane teve que assumir responsabilidades antes compartilhadas, agora mesmo não sendo a única fonte de renda da casa, é ela quem faz a feira. Para ela, o processo de adaptação “foi bastante complicado, porque implica em uma mudança no estilo de vida e de alguns cuidados que, anteriormente, não se tinha, como o uso de máscara e todo o processo de higienização.”, e complementa “Devido aos aumentos nos diversos produtos, consigo manter a feira parcialmente, pois nem tudo o que gostaria de comer, consigo. Logo, hoje é só o básico.”, em relação a vida financeira afirma “Me sinto um pouco frustrada. Pelo aumento de preços e o não reajuste dos salários, se manter está um pouco difícil.”.

O privilégio de ficar em casa infelizmente não perdurou, Jeissyane precisou sair, sair para trabalhar, pois as contas não param de chegar mesmo ocorrendo uma pandemia mundial, contas de luz, internet. Tendo que manter sua rotina que consistia em trabalhar e assistir aulas a distância, modelo de ensino que “vejo o ensino remoto de modo limitado, ainda que eu o use como professora. Percebo que, por diferentes razões, não há uma preocupação

metodologia em pensar o processo de ensino-aprendizagem, em uma vivência onde os achismos são presentes, haja vista que a aprendizagem é bem inferior ao sistema presencial. Se puder optar, prefiro o ensino presencial. Mas sei que hoje é inviável. O híbrido, que tantos defendem, também deve ser repensado metodologicamente.”, afirma Jeissyane.

Semanas se passaram e ela via o aumento de sua ansiedade, pois se via em uma situação sem saída, com conhecidos vindo a óbito, ela foi ficando cada vez mais insatisfeita com a situação e principalmente com o governo que supostamente deveria “primeiramente, que não tivesse apoiado o negacionismo e relativizado a tragédia causada pelo covid, quando tantas vidas foram perdidas por negligência estatal. Se tivesse um investimento logístico e financeiro nos setores da saúde, aliado a extensão que o SUS proporciona (mesmo quando muitos defendem o seu fim), poderia ter amenizado a proliferação da doença, por meio de medidas de segurança que atendessem as diversas situações. Afinal, não vivemos em um Brasil igualitário.”. A relação de Jeissyane como a política brasileira “não é a das melhores, ainda mais quando se privilegia pautas desumanas e segregatórias, quando muitas vidas estão sendo ceifadas. Diante de um governo genocida e negacionista, a situação econômica, política e social brasileira só piorou.”.

Após mais de um ano de pandemia, de muitos desafios, medos, traumas e esperança de dias melhores, Jeissyane continua “Exausta, desestimulada e ansiosa por um “retorno” à rotina que eu tinha anteriormente, mesmo que eu ache impossível, pelas circunstâncias”, é feliz “às vezes, sim. às vezes, não.”. Ainda que muita coisa boa (e ruim) tenha acontecido, ainda me sinto exausta e desestimulada. Ainda continuo ansiosa por um retorno, mesmo sabendo que nem todas as pessoas cumprem as regras básicas de distanciamento. Neste sentido, os comportamentos agressivos e reacionários do Brasil contemporâneo, também se somam a essas preocupações.

Porém, mesmo com tudo isso ela continua tomando todos os cuidados necessário, encontrando no quarto, o lugar favorito da casa, o lugar onde ela se deita, descansa, assiste televisão, lê e sai para comer. Ela ainda afirmar sobre o processo de adaptação às situações ocasionadas pela COVID-19: “Todo processo não foi nada fácil, mas digo que hoje já estamos nos adaptando e

normalizando alguns processos, da mesma forma que acho estranho comportamento comuns antes da covid.”.

Juliana, 26 anos, nascida em Belém (PA) e criada em Rio Branco (AC), onde reside até hoje, têm sua casa adquirida por herança localizada no bairro Quinze. Psicóloga pela Universidade Federal do Acre, mora sozinha com duas cachorras, três gatos e diversas plantas, sua companhia que a faz defletir sobre como ela adquiriu o lugar onde vive: “Uma série de fatores. Sofri violência doméstica e assim me afastei do familiar que a praticou, não consigo convencer minha avó a vir morar comigo (ela mora com o abusador, meu pai) e ao mesmo tempo gosto muito da paz de estar só; tomar as decisões sozinha e fazer tudo no meu tempo.”.

Sobre a casa, meio de alvenaria, meio de madeira, de porta branca em parede amarelada, por onde se sair encontra cadeiras dispostas em uma pequena varanda, por onde transitam gatos e cachorros, Juliana afirma: “Gosto da minha casa, mas ela poderia melhorar bastante. E minha casa alagou em 2014, o que foi traumático. Apesar disso, gosto muito daqui porque tem muito espaço e área verde.”. Mesmo morando sozinha, e passando por muitas dificuldades, Juliana não está sozinha para manter esse espaço, “Algumas vezes recebo ajuda da minha vó ou de amigos. Recebo ração e toda assistência da ONG com as cadelas que me disponibilizei a cuidar. ”. Essa situação vem de um ciclo “quando sofri violência saí de casa, morei 6 meses com uma amiga e depois fiquei pulando de casa em casa até recuperar minha casa (meu agressor morava nela com minha vó e eu)”, mas isso não quer dizer que está tudo bem agora “Sou psicóloga mas penso em investir fora da minha área, ubereats algo assim, pois o lugar onde eu fazia diária está fechado por tempo indeterminado e estou vivendo de uma pequena poupança e diárias que consigo cobrindo a folga de alguém num lance.”.

Em relação a vida financeira, Juliana afirma: “[Sou] cautelosa. Consigo me manter no momento com o auxílio e eventuais bicos mas o aumento da luz, comida, água me afeta muito e estou me preparando para o fim do auxílio e para depender exclusivamente da psicologia, no qual fiquei habilitada a atender pelo Conselho Regional recentemente, e quero já ter pelo menos dois clientes antes do auxílio acabar. Também mando currículos para diversas vagas, na minha

área ou não, pois gostaria de ter uma renda fixa para assim poder investir com mais facilidade na minha casa e na minha carreira e ter mais estabilidade.”.

Atualmente sem emprego fixo, pois “O local onde eu fazia diária está fechado devido a pandemia e eu não tenho vínculo empregatício”, Juliana buscar exercer sua profissão de psicóloga enquanto mantém uma rotina que consiste em “Acordo, dou comida aos animais, dou alguma atenção as plantas, tomo café, arrumo a casa ou lavo a roupa ou algo do tipo se preciso, almoço, fico vendo vídeos, brincando com meus animais e falando com meus amigos no celular, janto, tomo meus remédios e vou dormir”, tendo em vista que a Pandemia da Covid-19 influenciou muito na rotina dela “Eu tenho muitos amigos e saia muito, é muito difícil pra mim não poder vê-los porque sempre achei que redes sociais não substituem contato face a face mas estou buscando me adaptar.”

Quando questionada como vivia, ela disse “Vivo buscando melhorar minha situação a cada dia e tentando cada vez mais valorizar cada tijolo e madeira e telha da minha casa e o privilégio que é tê-la. Mas também vivo com medo. Tenho duas cachorras de porte grande e durmo com uma faca do meu lado. Também tenho medo da fome, da miséria, e do covid.”.

Ao ser questionada sobre a covid-19, Juliana não sabe informar se foi infectada ou não, mas conheceu pessoas que pegaram, e mais do que isso, pessoas que não pegaram e faleceram, a vivencia de um luto é difícil, mais ainda quando não se pode chegar muito perto ou tocar nas pessoas, é sentido isso em suas respostas. Ela se sente muito sozinha, mesmo com os amigos sempre online para ela. Ainda sobre sobreviver a pandemia, Juliana diz que o processo de adaptação é difícil “Até hoje me sufoca usar a máscara, odeio não poder abraçar ninguém, foi e é todo dia muito difícil” e a situação se agrava, pois, ela é “depressiva crônica - transtorno depressivo maior”.

“Não, nem um pouco, muito pelo contrário” foi o que Juliana respondeu quando questionada sobre as medidas do Governo Federal para enfrentamento a covid-19, sobre o governo estadual “De forma alguma” ela se sente segura com as medidas de segurança. Para ela o governo falhou miseravelmente no combate a pandemia, para o governo deveria ter imposto “Lockdown desde o

início, auxílio de um salário mínimo desde o início, manutenção das relações internacionais quanto a vacina, incentivos a pesquisa de uma vacina brasileira, e, no mínimo, presidente poderia ter usado máscara, cumprindo não só as medidas básicas de segurança mas também, como figura de importância no cenário nacional, incentivar o uso das mesmas.”

Em relação a política brasileira, Juliana afirma: “Nunca me filiei a nenhum partido, porém me considero de esquerda, fiz parte de dois mandatos do centro acadêmico do meu curso e busco estar sempre informada sobre. Minha opinião é que elegemos uma pessoa despreparada para dizer o mínimo e agora estamos lidando com as consequências.”.

A psicóloga Juliana, muito provavelmente de dentro do seu quarto, seu cômodo favorito da casa, se mostra uma sobrevivente, de fortes opiniões sobre a vida, sobre o mundo a sua volta e sobre o governo.

Todos passaram pelas "mesmas" coisas, mas de uma forma diferente como foi com a Larissa, 23 anos, que também reside em Rio Branco, Acre, no bairro Novo Eldorado, na capital acreana, junto com seus gatos de estimação e seu namorado, que ajuda com todas as despesas, como a feira, luz e internet.

Durante a pandemia, Larissa fez a quarentena, ficou em casa junto com seu namorado e mesmo não estando sozinha, se sentiu despreparada com a situação que tinha que enfrentar, se sentiu também desesperada pelo descaso que vinha ocorrendo por parte do governo, mas mesmo assim se manteve forte com tudo. Claro que toda essa nova forma de viver influenciou a sua rotina, como por exemplo os hábitos de higiene que triplicaram, como usar álcool nas mãos e objetos, ter cuidados em ambientes cheios, mas mesmo assim ela confessa que algumas vezes acabou por esquecer a máscara, porém imediatamente voltava para pegá-la. Mas hoje, empregada Larissa mantém uma rotina fixa, “Acordo às 6h30, tomo meu café e depois minha mãe vai me deixar no trabalho pois entro às 08h. Fico no meu emprego até às 16h. Meu namorado vai me buscar no trabalho e quando chego fazemos serviços de casa, assistimos tv e jantamos.”

Não só Larissa, mas como muitos brasileiros, sua insatisfação com o modo em que o governo estava lidando com a situação só aumentava, pois de

acordo com ela, as autoridades poderiam ajudar bem mais a população com um auxílio maior para os brasileiros se manterem dignamente e tomarem medidas rigorosas em relação a quarentena, para que assim a propagação do vírus viesse a diminuir.

O governo brasileiro que tem deficiências em relação a lidar com os brasileiros e a pandemia, segue prescrevendo remédios sem eficácia comprovada, mesmo após um ano de isolamento social, como é o caso da hidroxicloroquina, que muitas vezes o atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro, insistiu em dizer que funciona sem ao menos um laudo de comprovação médica e infelizmente muitos seguiram a fala e acabaram não obtendo resultados positivos e muitos vieram a óbito.

A tristeza gerada pelo luto da perda de ente querido, infelizmente se fez presente em muitas famílias ao redor do mundo, como foi o caso de Carol, 24 anos, que além de ser notificada pelos jornais das mortes por Covid-19, presenciou isso na própria família com o triste falecimento do seu pai, causado por câncer. Carol, que vive com sua mãe no bairro, Xavier Maia, mas também passa um tempo na casa do namorado, ambos na capital acreana, trabalha presencialmente para ajudar com as despesas na casa, tendo que depender de transporte público, ela mantém todo o cuidado possível quando usa o transporte, como o uso de máscara e álcool constantemente, pois mesmo se protegendo, “sempre ficamos com medo, ainda mais usando um transporte coletivo, que muitas vezes acaba vindo lotado.”, mas Carol afirma viver uma “situação socioeconômica até equilibrada comparada com a maioria dos brasileiros que, devido à crise que estamos passando, estão comprando até mesmo gordura no mercado, para não passar fome.”.

Sobre manter uma rotina, ela afirma que “sim, ultimamente eu tenho uma rotina. Trabalho, academia, estudos, ainda é difícil de equilibrar devido o cansaço do trabalho, mas está funcionando. Infelizmente, não são todos os jovens que podem se dedicar integralmente aos estudos ou a um hobby, por exemplo. Ainda mais no nosso país.”. Para se divertir no dia a dia, Carol afirma que gostar de “Dormir kkk pq quando tenho tempo é isso que eu gosto de fazer, mas gosto de ler e jogar jogos online (tipo Valorant) assistir série.”.

Atualmente fazendo sua pós-graduação em gestão pública e em engenharia da computação, todas em forma online, ela sente um pouco de dificuldade em ficar nas aulas e sente que seria melhor que as aulas fossem presenciais, mas continua todas com louvor e se adaptando. A pandemia do coronavírus a influenciou diretamente, que tem certeza que não será mais a mesma de antes do isolamento social, fazendo a quarentena e seguindo os cuidados na medida do possível, faz a feira da casa e confessa que sente falta de poder ir a espaços públicos como biblioteca e a universidade.

Sobre se contraiu a Covid-19, antes ela não tinha certeza, mas agora sabe que “sim, eu peguei Covid – 19 e atualmente estou vacinada com a primeira dose #ForaBolsonaro”. No último ano ela ainda teve muitas enxaquecas, que depois “Descobri que as enxaquecas eram ocupacionais, devido ao estresse no trabalho. Já que eu cobria outro colega na maior parte das vezes, então ficava com uma carga de trabalho bem expressiva”.

Se adaptar a uma nova realidade nunca é fácil, mas sempre tentamos dar o melhor e com Carol foi assim, mesmo tendo que dar conforto e explicar a sua mãe como iria ser o novo estilo de vida, ela se adaptou rápido, mas mesmo assim se sentiu ansiosa e apreensiva em vários momentos.

Voltando ao governo, Carol assim como milhões de brasileiros, se sente totalmente infeliz com a despreocupação que vem ocorrendo e tem certeza que o governo federal em conjunto com o estadual, deveriam ter oferecido outros subsídios além do auxílio emergencial e tendo políticas de assistência para população que precisa se manter e não tem condições.

Em uma casa de alvenaria, localizada no Loteamento Santa Helena, uma jovem graduanda em direito e história, enfrenta as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 com sua irmã e um gato, seu nome: Caiany. Aos 24 anos, ela afirma “com a pandemia, meu local de trabalho fechou e estou desempregada. No momento a única fonte de renda é em virtude de uma pensão por morte, que só passamos a receber em outubro de 2020.”, essa situação levou a dificuldades financeiras, principalmente entre “abril de 2019 à outubro de 2020”, mas no momento “é possível manter uma feira com uma quantidade

variada de alimentos e produtos além do essencial, mas não foi sempre assim e ainda assim feito com muita cautela, em virtude do aumento dos preços.”.

Sobre suas aulas na faculdade, em específico o ensino remoto, afirma que “o ensino remoto dentro do possível foi satisfatório. Acredito que os professores já estavam mais adaptados a plataforma, não tive dificuldade em assistir as aulas e entregar trabalhos e provas. Pude recorrer as gravações em caso de dúvidas e/ou algum contratempo em que não fosse possível assistir simultaneamente.”.

Em virtude de sua irmã ser mais jovem e se dedicar integralmente a formação básica, Caiany, diz ter recorrido a amigos e familiares em momentos que precisava de ajuda, “tivemos um período em que todas as despesas eram pagas por familiares e busquei ajuda de alguns amigos também para completar ou quando algum familiar não tinha como ajudar.”, mas hoje “Fico um pouco mais tranquila por saber que pelo menos o básico não vai faltar e sem ser necessário recorrer a outros para isso, mas ainda assim me mantenho muito atenta aos gastos, deixando um valor máximo para cada despesa.”.

Sem rotina definida, Caiany divide seus dias entre “serviços domésticos, tentativas de estudo, acompanhando as redes sociais e assistindo séries e leituras. Podendo ser todas essas atividades em um dia só, apenas uma durante o dia todo ou nenhuma delas em momento algum.”. As tentativas de estudo se dão principalmente por conta do semestre da faculdade de direito, seu primeiro contato com o ensino remoto, o qual ela ainda não tem opinião formada sobre.

O gato de pelagem cinza, com rajadas escuras que descem pelas pernas até as patas, e cruzam a cabeça até o focinho, dorme gentilmente de lado, muito provavelmente ele está no como favorito de Caiany, o quarto. Lugar onde ela vive um dia de cada vez, fazendo tudo que ela mais gosta de fazer: “Ler, ouvir música, assistir séries asiáticas e conversar um pouco com alguma amiga.”.

Sobre a Covid-19, Caiany afirma que mesmo fazendo quarentena, foi contaminada, mas que felizmente sua irmã não. “Uso de máscara e álcool em gel, quanto ao distanciamento de 2 metros que é difícil em espaços como filas de lotérica, mercado e ônibus, por mais que eu tente não dá certo.”. Ela conheceu pessoas que morreram tanto de covid quanto de outras causas, e que

vivenciou o luto em sua plenitude. A vida de Caiany foi diretamente influenciada pelo vírus, “Ficar em casa para mim, por exemplo, não era algo difícil, gosto de estar em casa e tinha poucos momentos fora, além do que era essencial como trabalho e estudos. Mas sair ainda era opção, enquanto agora é o mais seguro e sempre que saio sinto medo, tento ser a mais prática possível e retornar para casa o quanto antes, às vezes me acho até exagerada, paranoica com receio de pegar o vírus novamente e morrer ou passar para alguém. Sem contar que faz muito tempo que não sabia o que ter tanto tempo disponível sem saber o que fazer com ele ou com tantas restrições. ”.

As adaptações às situações ocasionadas pelo coronavírus até foram de certa forma fáceis para Caiany, “Utilizar máscara, passar álcool, higienizar alimentos foram tranquilas, mas o distanciamento para outras pessoas é muito difícil, seja no dia a dia ou em momentos familiares em que nos recusávamos a estar presente e alguns serviços tive dificuldade para saber como estavam atendendo. ”.

“Você se sente uma pessoa feliz?”, perguntamos a Caiany, e ela foi categórica: não. Um dos fatores ligados à sua resposta está na opinião que ela tem as medidas adotadas pelos governos Federal e estadual, ambos não cumpriram o papel em relação a segurança pública durante o período da pandemia, para ela o governo deveria “já teria sido diferente se desde o início tivessem levado a sério o vírus e o quanto antes começado a implantar e incentivar as medidas de segurança, bem como uma fiscalização”.

Desse modo, mesmo achando o atual governo um desastre, Caiany segue vivenciando um dia de cada vez, pois como ter perspectiva de um futuro quando o presente é tão incerto, como ter esperança de dias melhores sem ações no presente, o que nos resta é encontrar nos silêncios e nas janelas virtuais o conforto dos dias.

A todas as entrevistadas foram feitas as mesmas perguntas, mas em especial aqui vale ressaltar uma pergunta e suas respostas.

Como você se sente após um ano de pandemia?

Estagnada e assustada. Não quero normalizar essa vivência.

Cansada. Triste e com raiva.

Exausta, principalmente mentalmente.

Exausta, desestimulada e ansiosa por um "retorno" à rotina que eu tinha anteriormente, mesmo que eu ache impossível, pelas circunstâncias.

Cansada, mas acreditando ainda em dias melhores

Percebe-se que, em uníssono, há um desgaste muito grande de se estar vivendo uma pandemia, e que se somam a isso ser jovem e ter um lar para cuidar. Partimos de um pressuposto, de ligar mulheres ao ambiente doméstico, que talvez tenha sido uma escolha inconscientemente machista, mas que ao mesmo tempo possibilitou perceber as variantes que a vida privada toma, as mulheres aqui entrevistadas, mesmo sozinhas, ou acompanhadas de familiares, animais ou plantas, tem a característica comum de serem jovens. Na contramão de ligar juventude e disposição, o que se percebeu foi que a forma de lidar com papéis pré-impostos e com o contexto de pandemia, fez as entrevistadas se esforçarem para manter a esperança. O sonho utópico é o que nos move a superar as dificuldades. E é nos sonhos e nos esforços de manter a esperança e o desejo utópico por dias melhores, que as entrevistadas nos inspiraram.

Bibliografia

Hubei Provincial Museum, Wuhan, China. Disponível em:

<<https://artsandculture.google.com/partner/hubei-provincial-museum-%E6%B9%96%E5%8C%97%E7%9C%81%E5%8D%9A%E7%89%A9%E9%A6%86>

WAN, Willian. WHO declares a pandemic of coronavirus disease covid-19.

Washington Post. Disponível em: <

<https://www.washingtonpost.com/health/2020/03/11/who-declares-pandemic-coronavirus-disease-covid-19/>> . Acesso em: 20, março de 2021

WOOLF, Virginia. Mrs. Dalloway. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

Brasileiro é povo que mais sente solidão na pandemia, aponta ranking. BBC

News Brasil. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56275133> >

Acesso em: 20 de março de 2021

ROBSON, David. Gripe espanhola: por que a epidemia que matou milhões foi tão letal?. BBC Future .Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46358947> > Acesso em: 20 de março de 2021

Coronavírus. BBC News Brasil. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/topics/clmq8rgyvj> > Acesso em: 20 de março de 2021

Painel Coronavírus. Disponível em: < <https://covid.saude.gov.br/> > Acesso em: 10 de setembro de 2021

Boletim. Disponível em: < <https://agencia.ac.gov.br/categoria/boletim/> > Acesso em: 10 de setembro de 2021.

>. Acesso em: 20, março de 2021.

SÉRIE JORNALÍSTICA “A ÚLTIMA FRONTEIRA”: O OLHAR DO OUTROACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA ACREANA

Khelven de Castro Correia
Francielle Maria Modesto Mendes

RESUMO

Este artigo tem por objetivo estudar as representações (re)criadas na série de reportagens da Record TV intitulada A última fronteira (2013) sobre a Amazônia brasileira acreana e povos amazônidas. O *corpus* é formado por três matérias produzidas para o Jornal da Record sobre os seguintes temas: os Ashaninka, os geoglifos e os 25 anos de morte de Chico Mendes. O estudo é feito a partir da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2009). As narrativas midiáticas produzidas sobre a Amazônia brasileira acreana são marcadas pela dicotomia inferno/paraíso e as mais diversas populações amazônidas (indígenas e não indígenas) são identificadas, muitas vezes, como signo do exotismo e do atraso. Percebe-se na análise das reportagens que o olhar do outro sobre o Acre ainda é um olhar colonizador, onde há necessidade de renomear e redescobrir terras desconhecidas para o restante do Brasil. O Acre é visto, então, como um lugar distante, perigoso e atrasado. A pesquisa tem suporte bibliográfico de autores como: Stuart Hall (2016), que analisa os conceitos de representação; Ana Pizzaro (2012), Durval Albuquerque Júnior (2012), João de Jesus Paes Loureiro (2015), Ailton Krenak (2019), Netília Silva dos Anjos Seixas (2010), entre outros autores, que discutem questões relacionadas às Amazônias e aos povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVES: Jornalismo; Representações; Amazônia.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo geral estudar as representações (re)criadas na série de reportagens da Record TV intitulada “A última fronteira”. As matérias são sobre a Amazônia brasileira acreana e os povos amazônidas e foram veiculadas em maio de 2013. Vinícius Dônola e o repórter cinematográfico Thompson Lee Brito produziram seis matérias para o Jornal da Record sobre os seguintes assuntos: os Ashaninka¹, os geoglifos², os 25 anos de morte de Chico Mendes, os imigrantes haitianos, a violência nocampo, e a produção de peixe em cativeiro no Acre. Todavia, neste artigo, serão estudadas somente as três primeiras reportagens por questões didáticas e metodológicas.

Esse conjunto de reportagem foi selecionado para pesquisa por se tratar de matérias jornalísticas televisivas que foram apresentadas em rede nacional, o que não é comum quando se trata do estado do Acre. Esta unidade da federação não é frequentemente pauta, principalmente, quando não está envolvida em problemas sanitários, tragédias ou questões ambientais, caso de enchentes, desmatamentos, queimadas etc.

Os objetivos específicos deste estudo são compreender de que forma o jornalismo produzido pelo repórter Vinícius Dônola pode ser usado para a criação e manutenção das representações a respeito desses povos que vivem no Acre; averiguar como as multiplicidades sociais e culturais dos povos amazônidas aparecem nas três reportagens selecionadas para pesquisa e investigar as relações homem/mulher/natureza.

Como dito antes, o *corpus* será estudado por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2016). Nesta pesquisa, foram criadas três categorias para melhor entendimento, sendo elas: 1) inferno/paraíso tropical; 2) ideia de vazio, monotonia e distanciamento; e 3) homogeneização cidade/floresta.

Para auxiliar na construção dessa pesquisa, o referencial bibliográfico é

¹ De acordo com o pensamento de Evanildo Bechara (2002), “por convenção internacional de etnólogos, está há anos acertado que, em trabalhos científicos, os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: os tupi, os nambiquara, os caiuí, os tapirapé, os bântu, os somali, etc.” (BECHARA, 2002 *apud* MANUAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA FUNAI, 2016, p. 19). Desse modo, opta-se neste artigo científico pela utilização da etnia Ashaninka no singular. O termo aparece pluralizadas somente na fala do repórter Vinícius Dônola.

² Segundo Denise Schaan *et al* (2010), geoglifos são “marcas na terra” de formatos especiais e grandes dimensões, cuja perspectiva aérea permite perceber adequadamente sua dimensão e configuração.

formado por autores como Stuart Hall (2016), que analisa os conceitos de representação; Ana Pizzaro (2012), Durval Albuquerque júnior (2012), João de Jesus Paes Loureiro (2015), Ailton Krenak (2019), Netília Silva dos Anjos Seixas (2010), entre outros autores, que discutem questões relacionadas às Amazônias e aos povos indígenas.

AMAZÔNIA E REPRESENTAÇÃO

O signo Amazônia habita o imaginário dos brasileiros na contemporaneidade. Todavia, aquilo que se pensa sobre a região ganha contornos ainda no século XVI com a chegada dos primeiros europeus à região. Os diversos cronistas³³ que passaram por aqui, conceituaram, nomearam e explicaram aquilo que viam e ouviam para que pudessem informar ao império as mais variadas descobertas na região denominada Amazônia.

No século XXI, este discurso ainda permanece apesar de toda a informação midiática (rádio, tv e internet). Os mais diversos veículos de comunicação ajudam na divulgação e manutenção das representações que já existem sobre a Amazônia brasileira e seus povos. Em geral, a região é conhecida como um lugar marcado pela presença da floresta e de água em grande quantidade.

Para conceituarmos essa região, precisamos primeiro entender que ao longo do tempo ela foi cercada por histórias que a transformaram em um lugar misterioso, paradisíaco, mas que vive a dicotomia inferno/paraíso. Desde os séculos XVI, cronistas e viajantes já significavam a região. No século XX, Euclides da Cunha, em seu texto “À margem da história”, descreve a Amazônia da seguinte forma:

É, sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enormemoldura que se quebrou, as serranias¹ de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas das Guianas. E como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares. (CUNHA, 1999. p. 1-2)

E complementa falando da fauna e flora local:

³³ Como exemplo, citam-se os seguintes cronistas de viagem: Frei Gaspar de Carvajal (1541-1542 – *Descobrimiento do rio de Orellana*), Alonso de Rojas (1639 – *Descobrimiento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias*) e Christóbal de Acuña (1641 – *Novo descobrimiento do rio das Amazonas*).

A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos - porque as noites são fantasticamente ruidosas. [...] Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. [...] Completa-a, ainda sob esta forma antiga, a fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozóica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva. (CUNHA, 1999. p. 2)

A Amazônia possui uma particularidade por ter sido construída por um pensamento externo a ela. De acordo com Pizarro (2012), essas imagens eram retificadas em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes de missionários. “Somente no final do século 19, foram recuperadas as linguagens que deram pluralidade ao discurso amazônico, de forma que hoje podemos escutar vozes distintas” (PIZARRO, 2012, p. 31).

Assim, a Amazônia é uma construção discursiva, e é através dessa construção que chegamos à imagem da região e de seus moradores. Durante muitos anos, só tínhamos uma versão, a do colonizador, como afirma Pizarro na passagem a seguir:

Como espaço físico e cultural, a Amazônia possuía elementos que atuavam como dispositivos simbólicos no invasor, instigando nele conexões semióticas do imaginário, permitindo que comparasse com o que via no universo mítico, que respondia a suas carências, expectativas, necessidades físicas e espirituais. O resultado disso foi a elaboração de textos com elementos em comum, cujas relações representam as formas dos imaginários da sociedade europeia em determinadas condições de existência. (PIZARRO, 2012, p. 33).

A imagem que foi construída passou a ser registrada pelos europeus em documentos e relatórios. Até então não havia conhecimento sobre os discursos dos nativos. Os descobridores abraçam tanto essa ideia de terra nova, sem dono, que aos indígenas resta a ideia de que são bestiais, não domesticados, argila moldável, página em branco.

É notável que o conceito que temos da Amazônia é homogeneizado, tanto pela sua construção discursiva, quanto pelos meios midiáticos que ajudam na manutenção de suas representações. Loureiro (2015) diz que um dos discursos homogeneizadores sobre a Amazônia é a cultura do mundo rural: “A cultura do mundo rural de predominância ribeirinha constitui-se a expressão como a mais representativa da cultura amazônica” (LOUREIRO, 2015, p. 77). E isso é possível pelos seus traços de originalidade, como produto de acumulação de experiências

sociais e da criatividade dos habitantes. Para Euclides da Cunha, essa imagem da região sempre teve o dom de impressionar:

Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais remavam de referência às suas plagas desconhecidas. (CUNHA, 1999, p.9)

As representações são fatores importantes para que o discurso sobre as Amazônias não se perca ao longo do tempo. Stuart Hall (2016) pondera que a representação é uma parte essencial do processo pelo qual “os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31).

Para Castro (2020), a linguagem é a fonte crucial para que aconteça o processo de representação, é por meio dela que damos sentidos as coisas, pessoas, objetos e também nos expressamos uns aos outros. Hall pontua que “a representação é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (HALL, 2016, p. 34), onde podemos nos referir tanto ao mundo real quanto ao imaginário. Isso ocorre não somente com as representações indígenas, que foram criadas primeiramente no imaginário dos colonizadores, que estiveram nesta região hoje denominada Brasil/Amazônia/Acre e, posteriormente, foram propagadas por meio de expressões e linguagens, como também com os ribeirinhos.

A representação alia-se junto ao estereótipo, transformando a cultura do mundo rural como algo homogêneo que serviria para descrever a herança cultural dos povos amazônidas. Vale ressaltar que Durval Muniz de Albuquerque Junior (2012) conceitua esse discurso da estereotipia como “um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural”. E completa: “É uma fala arrogante de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura que é autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 13).

Ainda hoje, no século XXI, podemos observar alguns traços discursivos dos colonizadores, quando assistimos algumas reportagens, é notável a tentativa da mídia de levar aos seus espectadores a ideia de que a Amazônia sempre será um lugar para se redescobrir, um lugar de mistério e encantamento. Na série de

reportagens de Vinícius Dônola, a seu modo, ele nos faz ver uma parcela do mundo amazônico, conservando estereótipos já dados sobre o norte e suas gentes. Isso comprova o pensamento de Seixas(2010), quando afirma que mesmo no século XXI, “é possível supor que esse imaginário é alimentado sobremaneira pela televisão, e de algum modo pela internet.” (SEIXAS, 2010, p. 65).

Ainda sobre esses traços discursivos dos colonizadores na reportagem, podemos rememorar a fala do indígena e escritor Ailton Krenak (2019) que diz:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p. 18)

Seguindo esse pensamento, é notável como a grande mídia em pautas relacionadas à cultura e aos povos amazônicos busca por aqueles que estão em lugares considerados menos acessíveis para que sejam alcançados. Dessa forma, a mídia sente-se responsável pela visibilidade desses povos. No processo de criação, a televisão, por exemplo, elabora formatos, selecionando aquilo que é considerado importante e deve ser lembrado, entretanto o que não é dito, pode cair no esquecimento. Assim, o telespectador que assiste a programação acaba sofrendo influência pelo formato da televisão, definindo automaticamente os conceitos amazônicos perpassados pela emissora.

Em sua pesquisa, Netilia Seixas (2010) acrescenta ainda que “a televisão tem o poder de instituir realidades, ampliando algumas vozes e silenciando outras, propondo sentidos e negando sentidos” (SEIXAS, 2010, p.65). A partir desse pensamento, podemos afirmar que o jornalista Vinícius Dônola constrói uma narrativa televisiva de modo a influenciar as percepções de seus telespectadores. Um dos aspectos dessa narrativa é o exotismo, presente desde o processo de formação nos escritos sobre a região: “a exploração do exótico é a maneira encontrada pelos autores dos relatos de viagem de assegurar o direito de passagem de experiências cuja veracidade era, a priori, duvidosa” (SEIXAS, 2010, p. 67). Logo, percebemos assim como Seixas, que de uma maneira ou de outra, “a Amazônia foi e é hoje mencionada nos mais diversos ambientes da sociedade, envolvendo produções de

sentido locais, regionais, nacionais e internacionais” (SEIXAS,2010, p. 61). A autora segue afirmando que em tais “produções de sentido se pode observar, por exemplo, a caracterização da cultura e os movimentos de atribuição de identidades, que podem envolver interesses e olhares distintos, dependendo do ponto de vista adotado” (SEIXAS, 2010, p. 61).

ANÁLISE DO CORPUS

A abordagem usada para a análise das três reportagens neste artigo é a Análise de conteúdo e o processo de categorização de Laurence Bardin (2009). O *corpus* de estudo, como dito na Introdução, é composto por reportagens, que foram ao ar no ano de 2013, na Record TV, sobre os Ashaninka, os geoglifos e os 25 anos da morte de Chico Mendes. Com o estudo deste *corpus*, é possível identificar as representações dos povos amazônidas da Amazônia brasileira acreana por meio do jornalismo.

A pesquisa é organizada nas etapas descritas por Bardin (2009), sendo: pré-análise (organização propriamente dita – escolha dos documentos, formulação das hipóteses, objetivos); exploração do material (codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas); categorização (divisão dos textos em grupos) e interpretação do material coletado.

No primeiro momento, houve a leitura adequada do referencial bibliográfico para melhor compreensão das imbricações entre culturas, representações e jornalismo. Após a leitura desse material, houve a exploração do *corpus*, as três matérias televisivas, pertencente ao acervo do Grupo de Pesquisa Mídias, Imaginário e Representação: uma cartografia das Amazônias (Mirca). Dessa forma, foi possível organizar as seguintes categorias para esta análise: 1) inferno/paraíso tropical; 2) ideia de vazio, monotonia e distanciamento; 3) homogeneização cidade/floresta.

Todas as categorias estão ligadas a dimensão exótica descrita por Seixas (2010). A localização da Amazônia acreana, junto a sua descrição feita pelos colonizadores, fortalece a ideia de um lugar sujeito ao exotismo, onde situações “misteriosas”, “encantadas” acontecem e que precisam ser mostradas para o mundo por meio das mais diversas mídias.

INFERNO/PARAÍSO TROPICAL

A ideia de inferno/paraíso tropical foi organizada ainda pelos cronistas europeus, como já exposto neste artigo, e, posteriormente, reforçada pelo escritor, engenheiro e jornalista, Euclides da Cunha. Para este autor, a Amazônia brasileira era um lugar monótono, vazio, perigoso e imperfeito. Este discurso idealizado se mantém até hoje pelas pessoas de fora das Amazônias. É possível considerar que essa primeira categoria é mantida pelos meios de comunicação, entre eles, a televisão.

A autora do livro “O perigo de uma única história”, Chimamanda Ngozi Adichie, explica como é problemático ouvirmos apenas uma história sobre determinado lugar e o quanto isso caracteriza de forma negativa a região e seus moradores. Ela expõe que: “A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (ADICHIE, 2015, online).

Dessa forma, percebemos o quão nocivo é o imaginário amazônico ter sido criado ao pensamento externo à região e ser mantido pelos autóctones no mundo contemporâneo. Nas reportagens de Vinícius Dônola sobre os Ashaninka, os geoglifos e os 25 anos da morte de Chico Mendes, podemos observar falas e cenas carregadas com estereótipos reproduzidos a partir desse pensamento de uma Amazônia singular, distante, exótica e de um local que precisa ser constantemente (re)descoberto.

O Acre narrado por Dônola reúne essa dicotomia de inferno/paraíso tropical, é ao mesmo tempo lugar que acolhe, mas também que repele; lugar exuberante, porém, igualmente, desconfortável em relação à cidade de origem dos viajantes. É “misterioso”, local de “extraterrestre” e “objeto voador”, termos usados na matéria sobre os geoglifos. Ou, ainda, local de assassinatos, desmatamentos, queimadas, derrubadas de árvores comodiscutido no vídeo sobre os 25 anos de morte de Chico Mendes.

Ao mesmo tempo em que a reportagem dos 25 anos da morte de Chico Mendes mostra Vinícius Dônola alimentando macacos junto ao seu entrevistado por mais de 3 minutos de vídeo, apostando em imagens pitorescas em meio à floresta, ela também apresenta esse mesmo local como espaço de disputa de poder pelo

desenvolvimento econômico, discorrendo especificamente sobre o seringal Cachoeira, em Xapuri, no interior do Acre.

A reportagem revive a morte de Chico Mendes, mostra sua casa, que é patrimônio histórico no Acre; apresenta também as marcas de sangue que existem até hoje na porta da residência, discorre sobre os assassinos condenados pelo crime, deixando explícitas astensões e disputas por terras que existiam na cidade quando o defensor do meio ambiente, Chico Mendes, foi assassinado.

Enquanto isso, a matéria sobre os Ashaninka enfatiza a ideia de revelar o desconhecido. No começo da reportagem, o jornalista vai descrevendo como chegar ao lugar, ressaltando muito mais as dificuldades. Ele descreve que irão subir o rio de canoa e que esse é o meio mais rápido: “[...] o rio amônia está seco e o único meio de chegar à aldeia é este, a canoa. Desviamos de galhos e troncos imensos. A viagem é lenta ... tem imprevistos.” (DÔNOLA, 2013, 2’31”).

Ao longo da reportagem, o jornalista vai descrevendo “o que vê”, e o que ele vê já está previamente definido antes de chegar à região. Ele ressalta que as paisagens são bonitas, mas de difícil acesso. Em um jogo de imagens alternadas entre a paisagem do rio e o balanço do barco, as falas do jornalista vão de certa forma ganhando legitimidade. Um dos destaques é a ideia de que o Acre é longe e “só depois de três horas e meia de navegação encontramos sinais da presença dos índios” (DÔNOLA, 2013, 3’14”).

Para complementar todas as reportagens, Dônola usa do apoio sonoro para criar conotação de sentido. Em todas as matérias, há músicas para cada situação descrita pelo jornalista. Música mais lenta e tranquila ao percorrer o rio amônia de barco ou voar de balão no seringal Cachoeira, para que seja atribuída a sensação de lentidão. E um som mais instrumental na chegada da aldeia Ashaninka, no primeiro contato com esse povo. É nesta aldeia que a matéria apresenta uma música mais dramática no nascer do sol, dandoum ar de suspense e misticismo. As trilhas sonoras calmas que são usadas na travessia dorio também remetem a sensação de um lugar parado, monótono onde o tempo passa mais devagar, e o jornalista reforça isso em sua própria fala: “O sol parece mais preguiçoso quando nasce na Amazônia” (DÔNOLA, 2013, 9’33”).

Todos esses fatores ajudam a montar uma narrativa sobre esse lugar que o jornalista traz em sua reportagem, reafirmando assim uma ideia de paraíso, ao ver

suas belezas, um lugar encantador, som dos pássaros e calma. Mas também de inferno tropical, com dificuldades, obstáculos no rio, uma vida mais “difícil” a partir da perspectiva que ele mostra sobre os indígenas, e mais perigosa, como no caso do seringal Cachoeira, que é lugar de disputa de terra, desmatamento, queimada etc.

IDEIA DE VAZIO, MONOTONIA E DISTANCIAMENTO

Essa categoria é mais uma retratada a partir da ideia pré-definida não só pelos cronistas europeus e viajantes, mas como também nas matérias do repórter da Record TV, Vinícius Dônola. Essa ideia de lugar vazio, distante sem a movimentação dos grandes centros, persegue historicamente o pensamento sobre as Amazônias, além disso, há também outras ideias que são enfatizadas sobre esta região, caso da monotonia e da distância.

Durval Albuquerque Júnior (2012) define esse pensamento como sendo um preconceito geográfico. Na Amazônia brasileira, as pessoas são marcadas/identificadas pela sua origem e pelos signos que compõem esta localidade:

O preconceito à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 11)

Esse tipo de preconceito afeta não somente a região em seu significado, mas também aqueles que vivem nelas, reforçando representações e estereótipos que ajudam na construção de sentidos sobre os sujeitos amazônidas. Os mais diversos tipos de povos indígenas, por exemplo, são identificados como atrasados, sem civilização.

Na série de reportagem “A última fronteira”, Dônola visita o Acre para produzir algumas matérias sobre o que acontece no estado, porém não fica claro o critério de seleção das pautas do jornalista. Em todo caso, na matéria sobre o Chico Mendes, é possível perceber imagens de caminhada na mata com apenas barulho

de animais, imagens de casas e ruas vazias, destacando que a vida segue solitária, lenta e monótona nesta região.

Na reportagem sobre os Ashaninka, o jornalista traz um mapa mostrando exatamente onde a comunidade está localizada, para qual aldeia ele vai e a distância que existe entre esses lugares. Nas palavras dos jornalistas, ele vai falar sobre “os últimos brasileiros” (2013, 31”) e mostrar um pedaço do Brasil “quase desconhecido e muito distante” (DÔNOLA, 2013, 47”).

A monotonia aparece no discurso construído pelo jornalista: “O sol parece mais preguiçoso quando nasce na Amazônia” (DÔNOLA, 2013, 9’33”), assim declara Dônolana aldeia Ashaninka. O amanhecer na Amazônia brasileira, na fronteira com o Peru, é carregado de imagens que induzem o pensamento do telespectador a confirmar a ideia de lentidão e marasmo. O cenário é uma manhã de neblina com alguns raios de solescondidos, cena comum na Amazônia acreana por ser uma região úmida, mas que ganha contornos de vagarosidade e mistério.

Na reportagem sobre os geoglifos, é possível ver traços de outros discursos construídos sobre a Amazônia singularizada, caso dos textos de Euclides da Cunha. Para o autor de *Os Sertões*, a Amazônia já era vista de forma singular, monótona e horizontal, e constantemente dicotômica (paraíso/inferno tropical), como observado na passagem a seguir:

o maior quadro da terra; porém, chatamente rebatido num plano horizontal (...) à feição de uma enorme moldura que se quebrou (...) E como lhe falta a linha vertical, preexistente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares (CUNHA, 1999, p. 1-2).

Essas mesmas características são observadas na reportagem sobre os geoglifos. Há uma trilha sonora calma quando o balão sobrevoa os geoglifos no Acre, o destaque é para uma paisagem horizontal e tranquila. As imagens aéreas mostram a floresta e os desenhos no chão, reafirmando a ideia de vazio e falta de urbanização do Acre.

Quando Dônola começa a descrever os geoglifos, a trilha sonora muda de repente, um instrumental toma conta, dando um teor mais exótico à explicação. A narrativa criada busca suscitar dúvidas sobre o surgimento dos desenhos em meio

à floresta, e dá a entender que sua criação é inexplicável. O jornalista afirma que os desenhos no chão são “versões de algo sobrenatural” (DÔNOLA, 2013, 4’50”), “mistério guardado pela floresta por mais de 1000 anos” (DÔNOLA, 2013, 38”), “figuras enigmáticas” (DÔNOLA, 2013, 50”), “desenho complexo” (DÔNOLA, 2013, 3’44”), elaborado por “populações pré-históricas” (DÔNOLA, 2013, 4’37”), segundo o piloto de balão, Cassiano Marques, entrevistado na reportagem.

A partir da primeira entrevista, o jornalista começa a questionar o surgimento dos geoglifos e quem os criou. Ele conversa com um morador local, o proprietário rural Severino Calazans, que vive dentro de um dos desenhos. O jornalista explicita que este senhor “tem histórias estranhas para contar” (DÔNOLA, 2013, 5’30”). O morador relatou ter visto luzes não identificadas que apareciam no seu terreno pela noite e disse relacionar esse fato com a presença dos desenhos geométricos, sem explicar exatamente essa imbricação.

Dônola entrevista também a pesquisadora ligada a um projeto da Universidade Federal do Pará, Antônia Barbosa, e explica que a criação dos geoglifos foi feita em rituais de povos indígenas que viveram na Amazônia a mais de 1.500 anos atrás e que eles eram os responsáveis pela elaboração desses grandes desenhos. A estudiosa destaca que os geoglifos foram “lugares de rituais, lugares de encontro, lugares de adoração, só não foram lugares de moradia” (DÔNOLA, 2013, 8’35”) dos povos indígenas. Ainda assim, ao final da matéria, o jornalista indaga aos telespectadores sobre quem teria construído essas formas geométricas e deixa dúvidas sobre a sua origem, apesar de todas as explicações.

Essa dúvida dialoga com a ideia de que na Amazônia há sempre algo a ser descoberto, de origem duvidosa, onde pode haver “aparições” (DÔNOLA, 2013, 6’26”) e “extraterrestres” (DÔNOLA, 2013, 9’23”), pois o lugar é exótico, misterioso e guarda uma série de encantarias que o distanciam muito da civilidade e da vida urbana.

HOMOGENEIZAÇÃO CIDADE/FLORESTA

As três matérias analisadas neste artigo apresentam a floresta como cenário e um discurso homogeneizador que não diferencia esses dois ambientes (cidade/floresta). As reportagens tratam a cidade e a floresta como se fossem a mesma coisa ou um complemento nas Amazônias, como se tivessem a mesma

dinâmica e o mesmo “mistério”. Na verdade, a ênfase é sempre para imagens e discursos que ressaltam a mata, a selva e lugares vazios, quase nunca aparecem vestígios das cidades amazônicas. Quando aparecem são sempre como extensão da floresta.

Na matéria sobre “os 25 anos de morte do Chico Mendes” é possível perceber isso entre o município de Xapuri e o seringal Cachoeira, na reportagem sobre os geoglifos, isso fica evidente, pois não se faz diferença entre a zona urbana de Rio Branco e as fazendas na zona rural onde se encontram os desenhos. O mesmo acontece na reportagem sobre os Ashaninka onde não se diferenciam Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo e a própria aldeia. Tudo é imensidão de água e rio.

Essa homogeneização é notável na reportagem relacionada aos Ashaninka. O jornalista narra a chegada até a aldeia, mas em nenhum momento discorre sobre a zona urbana, os lugares por onde passou, como a capital do estado Rio Branco e o município de Cruzeiro do Sul onde pegou voo para Marechal Thaumaturgo, rumo a aldeia indígena. Pelo contrário, sua câmera sempre se volta para o mato, os animais (pássaros, macacos, entre outros) e os rios, escondendo a zona urbana dos holofotes.

Na mesma reportagem, ele entrevista Alexandrina, uma indígena Ashaninka que já viveu um ano em São Paulo e pede para ela contar sobre essa experiência, ressaltando as dicotomias – vida na cidade grande/vida na aldeia.

Ela diz não ter se adaptado, pois a vida urbana é ‘muito diferente’ e ela se ‘sentia presa’. (...) A não adaptação é vista como uma incapacidade, uma incivilidade dos sujeitos que vivem no meio da floresta amazônica e não apenas como o direito de ter outras possibilidades de vida, outras formas de ser, dizer e saber longe dos espaços urbanos não amazônicos⁴⁴.

Geralmente, os espaços amazônicos são vistos com homogeneidade, não se difere zona urbana e rural amazônicas. Todavia, a cidade não amazônica é narrada como sendo melhor e mais confortável do que a floresta. É o que acontece nesta conversa jornalista/indígena, onde fica evidenciado que São Paulo, por exemplo, é uma metrópole onde a Ashaninka não conseguiu morar por muito tempo devido à sua falta de adaptação ao que é considerado pelo jornalista como moderno.

⁴ Trecho extraído do artigo no prelo “Um Brasil quase desconhecido habitado por homens gigantes”: As representações do povo Ashaninka na reportagem *A Última Fronteira* de Vinícius Dônola, escrito por Francielle Maria Modesto Mendes.

A opção pelo cenário em meio à floresta, a selva amazônica, também é perceptível no vídeo “25 anos da morte de Chico Mendes”. O início da matéria é com o Vinícius Dônola entrevistando o primo de Chico Mendes, Nilson Mendes, ambos estão no meio das árvores, enquanto conversam, e alimentam dois macacos com bananas.

A vida na floresta é uma realidade na Amazônia brasileira acreana, mas é apenas uma versão possível: “Sim, existem povos indígenas, existem sistemas antigos de povoamento pré-colombianos, como também existe uma Amazônia multiétnica, multicultural, que passa por uma mudança dinâmica” (NENEVÉ; SAMPAIO, 20, P. 2015). Por isso que Chimamanda Adichie ressalta que a consequência de uma única história é a perda da dignidade das pessoas. “Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes” (2015, online). E por meio dessas diferenças que as pessoas tiram suas conclusões sobre os povos amazônidas. Eles são sujeitos que aparecem sempre vivendo na floresta, sem urbanização, distantes dos grandes centros econômicos, que são interpretados como modernos.

No livro “Literaturas e Amazônia: colonização e descolonização”, os autores Miguel Nenevé e Sônia Sampaio recomendam que tenhamos outro olhar para a Amazônia, para que possamos pensar na construção de novos discursos que não sejam aqueles que já nos cercam desde o Brasil Colônia. Nenevé e Sampaio dizem:

[...] Reimaginar de dentro significa redizer e desdizer, significa ressignificar e repensar as definições e conceitos sobre o local. Se no passado milhares de povos indígenas foram dizimados pela colonização, ainda hoje muitas vozes são apagadas, desvirtuadas, aniquiladas ou negligenciadas porque o que se ouve são os rumores externos que se impõem sobre os internos. (NENEVÉ, 2015, p.21)

Partindo dessa compreensão é possível que o jornalista Vinícius Dônola pudesse proporcionar através de suas reportagens outra reflexão sobre os povos amazônidas e sua região. Apesar disso, ele optou pelo discurso já dado, o pré-estabelecido, e os reafirmou, por meio das imagens, textos, entrevistas e efeitos sonoros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante questionarmos o que fez com que essas pautas apresentadas ao

longoda série de reportagem de Vinicius Dônola fossem selecionadas e porque elas tomam um rumo cercado por estereótipos e fatores homogeneizadores para identificar os povos amazônidas.

Abordar os povos Ashaninka da fronteira Acre-Brasil/Peru como se representassem todos os outros povos desta etnia, reforça um estereótipo já pré-estabelecido que os indígenas possuem uma identidade única e defasada. A problemática surge em reafirmar em sua reportagem mesmo de forma indireta que esses sujeitos vivem de um modo diferente, que não é moderno, atual, que optaram por viver como no passado. Essa construção narrativa possibilita que mais pessoas possam absorver e amplificar esses discursos e essas representações preconceituosas.

Outro aspecto importante observado nas reportagens é o olhar sobrenatural que é dado à região. Há exemplo, temos os geoglifos, onde por mais que a pesquisadora entrevistada tenha dito que existem estudos que comprovam a existência dos geoglifos, como desenhos feitos por povos indígenas que viveram anos atrás no estado do Acre, e que eram utilizados para reuniões ou para realizar seus rituais, o jornalista insiste em deixar na reportagem a dúvida do verdadeiro surgimento e significado dos desenhos, utilizando de palavras como “versões de algo sobrenatural” (DÔNOLA, 2013, 4’50”), “mistério guardado pela floresta por mais de 1000 anos” (DÔNOLA, 2013, 38”), “figuras enigmáticas” (DÔNOLA, 2013, 50”), “desenho complexo” (DÔNOLA, 2013, 3’44”).

Essa forma de narrar na reportagem remete aos primeiros cronistas de viagem que narraram a região. Andar de barco pelo rio, filmar o amanhecer e o entardecer e a paisagem do horizonte vista do bolão, com uma sonora tranquila e calma, é rememorar de forma sutil os trechos de Euclides da Cunha ao se referir a Amazônia como um lugar monótono, vazio e lento.

Ao longo das suas três reportagens, o jornalista explicita as dificuldades enfrentadas na região em meio à paisagem tranquila. Em diversas passagens, ele comenta como o lugar é bonito, mas sempre busca mostrar o quanto é lento, preguiçoso e “vazio”.

Dônola poderia ter utilizado do cenário que tinha para mostrar que na Amazônia acreana existem centros urbanos e que ao contrário do que é dito, os sujeitos são plurais, cada região possui costumes diferentes, assim como existem

etnias diferentes vivendosobre o mesmo estado. Ao invés disso, buscou manter o mesmo cenário nas três reportagens analisadas, e apesar de passar pela capital do Acre, Rio Branco, ou os municípios de Cruzeiro Do Sul e Xapuri, ele optou por manter de pano de fundo a floresta, homogeneizando os espaços cidade/floresta.

Apesar de manter firme o pensamento colonizador, o jornalista abriu espaço para mostrar questões importantes, como a preservação do meio ambiente o legado deixado pela liderança de Chico Mendes. Mostrou ainda que o legado do seringueiro, o Seringal Cachoeira, ainda é preservado e muitos no Acre ainda estão mobilizados pela sua causa.

Contudo, para aperfeiçoar a narrativa seria mais interessante repensar os apoios sonoros, como fundo instrumental para cenas onde mostram os Ashaninka, os geoglifos e os conflitos na história de Chico Mendes. O instrumental prejudica a interpretação, que somada com a fala do jornalista cria uma sensação de algo exótico ou místico. Os sons calmos e tranquilos para cenas como muita árvore e água, reafirmam o pensamento de lugar monótono, criando a sensação de ser um lugar bonito, mas que está marcado pelas noções de passado. Ao invés disso, ele poderia ter optado por manter o som ambiente original ou preparado uma seleção de imagens e textos mais pluralizados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. In: **Papo de Homem**. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/>. 29 de março de 2015. Acessado em 10 de junho de 2021

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREIA, Khelven de castro; MENDES, Francielle Maria Modesto. Narrativas jornalísticas: um estudo sobre as representações e os (pré)conceitos a respeito dos povos indígenas no site G1/Acre (2015 a 2018). In: **43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Virtual**, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 01 a 10 de dezembro de 2020.

Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1455-1.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2021.

CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições70, 2016.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica – Uma poética do imaginário**. Manaus: Editora Valer, 2015.

MANUAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA FUNAI. Organizado pela Comissão Especial de Elaboração do Manual – Portaria nº. 540/2015/ Pres-Funai. – Brasília: Funai, 2016.

NENEVÉ, Miguel; Sônia Sampaio. Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região. In: ALBUQUERQUE, Gerson; NENEVÉ, Miguel; Sônia Sampaio. **Literatura e Amazônia: colonização e descolonização**. Acre: Nepan Editora, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Produção de sentidos sobre a Amazônia: dos colonizadores aos tempos atuais. In: AMARAL FILHO, Otacílio; HORÁCIO, Fábio; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos (Org.). **Pesquisa em Comunicação na Amazônia**. Belém: FADESP, 2010.

SCHANN, Denise *et al.* Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre. In: **Revista de Arqueologia**, v. 23, n. 1, p.30-41, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/286-Texto%20do%20artigo-550-2-10-20171019.pdf>. Acessado em: 11 de junho de 2020.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

O JORNALISTA NO ACRE: UMA ANÁLISE QUANTO À OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Luci Maria Teston¹

Laryssa Evangelista de Souza²

Resumo

As novas tecnologias vêm transformando a forma de transmitir as informações, o que requer maior agilidade dos profissionais. Atrelado a isto, observa-se um aumento expressivo no uso de redes sociais que possibilitam o compartilhamento em massa de informações, em sua maioria, sem apuração jornalística. Diante da não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista surge a questão da responsabilidade social do jornalismo para com a sociedade. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar o perfil profissional do jornalista no estado do Acre, a partir da análise de temas como a formação acadêmica, as condições e as perspectivas de trabalho, bem como renda e registro profissional. Para isto, foi elaborado e aplicado um questionário semiaberto com dezenove questões abordando temas sociais, profissionais e, mais especificamente, relacionados às políticas e aos regulamentos que regem a profissão. Autores como Muniz Sodré (2008), Fernanda Lopes (2013), Celso Schröder (2008) e Clovis Rossi (1980) alicerçaram a discussão. A pesquisa alcançou um total de 205 jornalistas que atuam nos 22 municípios do estado do Acre, abrangência considerada importante no sentido de serem identificados padrões de comportamento dos jornalistas participantes em todo o estado. Entre os resultados, observa-se que a maioria dos jornalistas tem idade entre 25 a 35 anos, possuem formação superior em jornalismo, desenvolvem atividades nas mais diversas funções e não possuem registro sindical. Desta forma, conclui-se que, apesar do diploma não ser obrigatório, a maioria dos profissionais participantes da pesquisa acredita que a formação superior em jornalismo é importante para a valorização da profissão.

Palavras-chave: Profissão; Graduação; Jornalismo; Acre.

¹ Professora do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: luci.teston@ufac.br

² Bacharela em Jornalismo pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: laryssaeva95@gmail.com

Introdução

O jornalismo surge no mesmo momento em que o capitalismo se consolida na sociedade contemporânea (SODRÉ, 2008). Nos anos 1900, no Brasil, há a disseminação de jornais, os quais veiculam não apenas notícias, mas também artigos de opinião e literatura.

Com a criação da Associação Brasileira de Imprensa, em 1908, fundada por Gustavo Lacerda, dá-se início a uma atuação política com vistas à melhoria de condições de trabalho e de salário dos profissionais que atuavam no jornalismo. Porém, foi somente em 1938 que a legislação trabalhista em prol da formalização dos direitos do jornalista foi criada, a partir do Decreto-Lei nº. 910, de 30 de novembro de 1938. Para Lopes (2013, p. 59), este Decreto, “além de determinar que o governo criasse escola de jornalismo, fez determinações impactantes para o processo de profissionalização na atividade”.

Neste percurso histórico, o primeiro curso específico no campo do jornalismo foi efetivamente oferecido pela Cáspes Libero em 1947 (LOPES, 2013). Três anos mais tarde, em 1950, foram criados manuais de redação jornalística pelas empresas de comunicação. Para Schröder (2008), foi na década de 1950 que o curso de jornalismo e a obrigatoriedade surgiram no Brasil, a partir do momento em que a profissão deixou de ser um trabalho avulso típico de funcionários públicos. A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista veio a ser instituída por meio do Decreto Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969, durante o período da ditadura militar no Brasil.

Entretanto, em 2009, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício profissional foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois, no entendimento dos ministros daquela Corte, contrariava a liberdade de expressão assegurada na Carta Magna. Este fato gerou repercussão por todo o país, havendo uma diversidade de pensamentos em relação ao tema. Desta forma, as mudanças na legislação, aliadas ao avanço de novas tecnologias, evidenciam que a profissão de jornalista passou e tem passado por diversas alterações e, com isso, os profissionais tiveram que adaptar e moldar sua rotina de trabalho conforme os processos e organizações aos quais foram inseridos durante os anos.

Portanto, tendo em vista estas alterações no âmbito da profissão, torna-se importante a realização de pesquisas relacionadas ao cenário atual no sentido

de identificar e compreender as mudanças e sua relação com processos contemporâneos, as quais, por exemplo, pode-se supor estarem conectadas a um movimento de precarização das relações de trabalho.

Desta forma, o objetivo deste estudo é o de investigar o perfil profissional do jornalista no estado do Acre, a partir da análise de temas como formação acadêmica, atuação, condições e perspectivas de trabalho, renda e registro profissional. Neste contexto, intenciona-se possibilitar a identificação das necessidades de formação, precariedades nas relações de trabalho e trazer reflexões no sentido do fortalecimento da categoria, assim como levantar hipóteses de pesquisa voltadas para alunos ingressantes no curso de jornalismo.

Procedimentos metodológicos

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa quantitativa, com caráter exploratório. Foi enviado um questionário semiaberto, disponibilizado por meio de um formulário eletrônico, para 300 jornalistas via plataformas de mídias digitais. O questionário foi dividido em 19 questões e em duas etapas. A primeira etapa foi elaborada em forma de múltipla escolha com questões em relação ao perfil pessoal incluindo a área e o tempo de atuação, bem como o nível de escolaridade, a faixa salarial e o registro profissional. A segunda parte do questionário apresentou perguntas dissertativas relacionadas, em especial, à visão profissional quanto à profissão no estado do Acre.

Dos 539 jornalistas sindicalizados (conforme relatório de 2017 do SINJAC) foi enviado o convite para participação na pesquisa por meio de formulário *online* para 300 profissionais durante o período de março de 2020 a dezembro de 2020. Dos 300 convites enviados obteve-se o retorno de 205 participações, compreendendo 68,33% de respostas do total enviado e 38% equivalente ao total de sindicalizados. Os participantes da pesquisa estão distribuídos entre todos os 22 municípios do estado do Acre, sendo obtidas respostas de profissionais que atuam em todo o estado, com concentração maior na capital, Rio Branco.

Para a análise de resultados foi utilizado o programa Excel. Sua utilização foi necessária para o aprofundamento e a interpretação dos dados coletados nos questionários. As respostas obtidas foram organizadas em uma planilha e os dados gerados foram transformados em formato de gráficos para que fosse

possível a produção de informações relacionadas às respostas dos jornalistas participantes.

Resultados e discussão

Formação dos profissionais que atuam no jornalismo

Apesar da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão ter sido declarada inconstitucional pelo STF ainda em 2009, os resultados da pesquisa indicam que 58% (118) dos profissionais que atuam no estado do Acre possuem formação em jornalismo ou em comunicação social com habilitação em jornalismo. Um total de 18% (36) dos entrevistados alegam não possuir graduação em jornalismo e 24% (50) dos profissionais atuam como jornalistas, mas possuem formação em 26 áreas distintas, dentre elas, Ciência Política, Ciências Sociais, Psicologia, Geografia, Filosofia, Letras, História, Economia, Direito, Contabilidade, Biologia, Administração, Ciências Econômicas, Aeronáutica, Sistemas de informação e Licenciatura plena em música (gráfico 1).

Vale destacar que a maioria dos profissionais entrevistados são jovens na faixa etária de 25 a 35 anos.

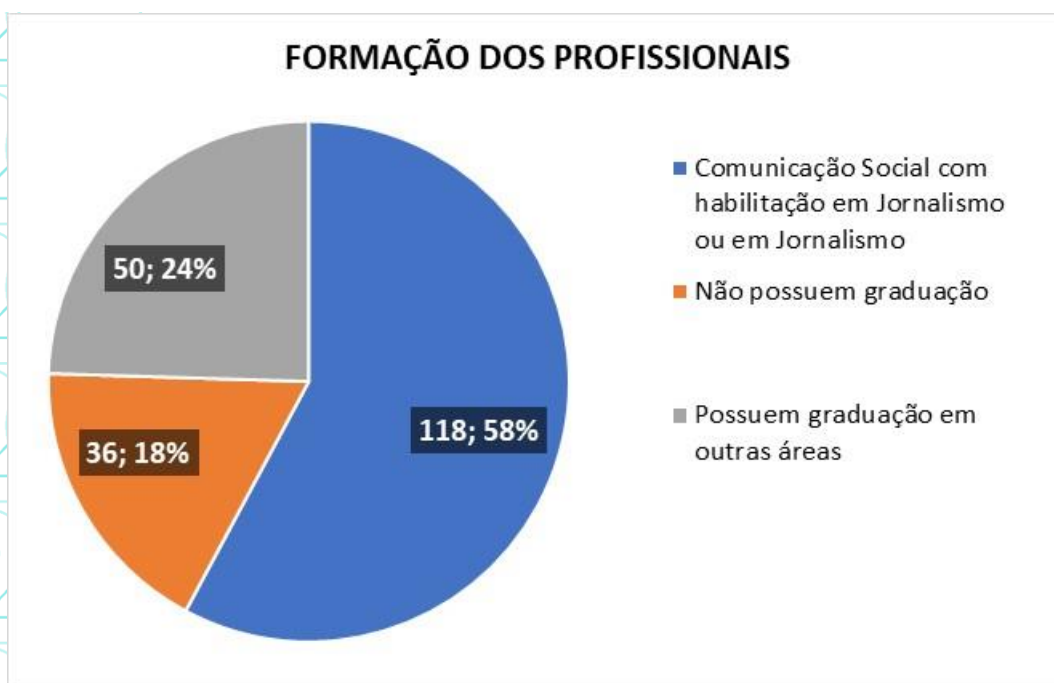


Gráfico 1: Formação dos profissionais que atuam no jornalismo no estado do Acre.

No entendimento de Rossi (1980), a função social do jornalista e sua responsabilidade perante a sociedade vão muito além da definição acadêmica, sendo uma construção conquistada entre o jornalista e seus espectadores. Tendo em vista que a comunicação entre o ouvinte/leitor com o autor/falante se dá em estabelecer uma relação de confiança no trabalho jornalístico, é como afirmar que há uma ligação direta entre autor e o leitor.

Local e tempo de atuação no mercado de trabalho

Por meio das respostas obtidas pode-se observar que 20% (41) dos jornalistas estão atuando no mercado entre 1 a 5 anos, 28% (58) dos profissionais atuam entre 6 a 10 anos, 12% (25) desenvolvem atividades jornalísticas entre 11 a 14 anos, 13% (27) dos entrevistados dizem estar no mercado de trabalho entre 15 a 20 anos e 25%, equivalente a 50 respostas, apontam atuar no mercado de trabalho há 20 anos ou mais (gráfico 2). Apenas 2% dizem que nunca atuaram como jornalistas, apesar de terem formação na área. Estas respostas permitem considerar que 48% dos profissionais atuam no mercado de trabalho há menos de 11 anos, ou seja, pode-se dizer que estão em um processo de consolidação na profissão, ao passo que se observa, por outro lado, que 25% dos profissionais que responderam à pesquisa já estão consolidados no mercado de trabalho, atuando há 20 anos ou mais.

Importa destacar que os 205 jornalistas participantes da pesquisa estão distribuídos entre todos os 22 municípios do estado do Acre, em sua maioria concentrando-se na capital Rio Branco, tendo em vista ser a capital e o local com a maior população e veículos de comunicação.

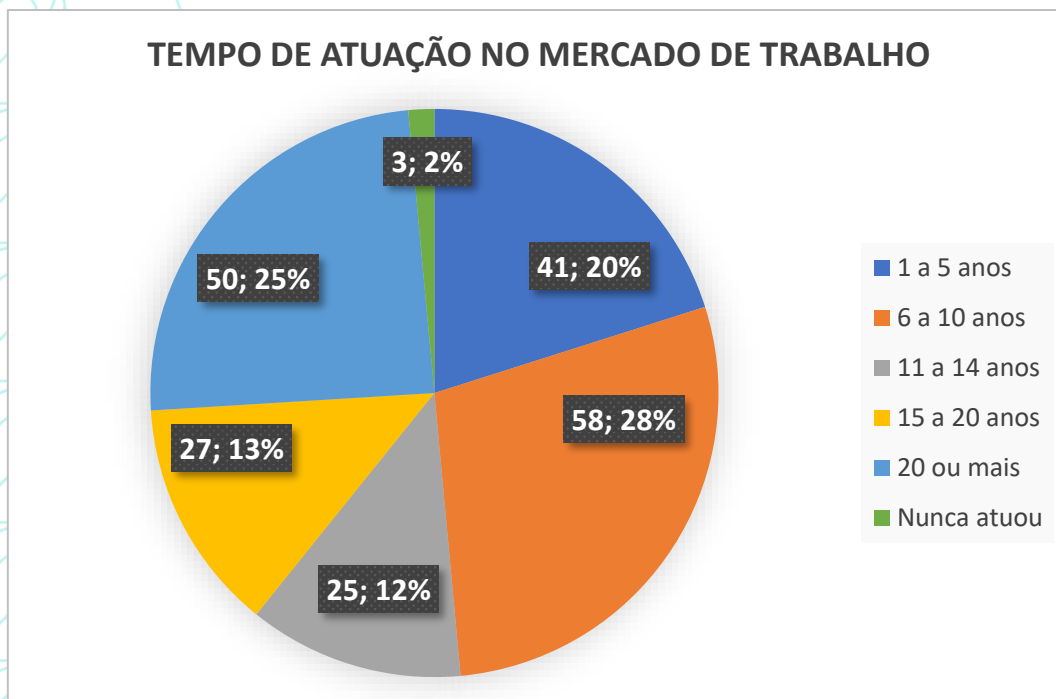


Gráfico 2: Tempo de atuação no mercado de trabalho, segundo os profissionais.

Além disso, das 204 respostas obtidas, observou-se que 42% (82) estão alocados nos setores da administração pública. Por outro lado, 53% (107) dos jornalistas atuam no setor privado e 2% (3) são autônomos e exercem suas funções de forma livre, mais conhecida como *freelancer*. Além disso, 3% (7) dos jornalistas responderam que atuam nos dois setores simultaneamente (público e privado).

Para Lopes (2013), a formação do jornalista depende de vários fatores sociais, sejam universidade, sindicatos, mercado de trabalho, conselhos e autoridades, poder público ou donos de empresas de comunicação. Visto isto, cabe ao jornalista analisar o conteúdo que está sendo apresentado e como ele deve ser transmitido para a sociedade, tendo em vista que toda notícia publicada na imprensa é editada e adequada conforme os olhares dos editores e diretores estabelecidos em determinado meio jornalístico. É preciso averiguar o que será exposto ao público e quanto mais imparcial e não tendenciosa a informação for, mais credibilidade terá para quem entrar em contato com ela.

Funções exercidas, condições e perspectiva de trabalho

Perguntados quanto à função que exercem, condições e perspectivas de trabalho, observou-se que a função de assessor de comunicação foi apontada como a mais recorrente, representando 21% (40) das respostas. Em segundo lugar está a função de repórter, obtendo o percentual de 20%, totalizando 38 respostas. Além destas, cabe ressaltar as funções de editor-chefe e diretor geral, as quais figuram entre as mais citadas (gráfico 3).

Para além da função exercida, foi perguntado se os entrevistados consideram que a empresa em que trabalham oferece a estrutura necessária para atuação na função como, por exemplo, computador, internet, telefone, mesa e impressora. Os resultados obtidos permitem indicar que para 79% dos entrevistados há estrutura adequada para desenvolverem suas atividades, ao passo que 20% acreditam que são necessárias melhorias nas condições de trabalho e 1% responderam que não trabalham na área.

A situação do mercado de trabalho e a oferta de mão de obra também são pontos relevantes para o grupo de entrevistados. De acordo com 61% dos jornalistas, há espaço para atuar no mercado de trabalho no estado; entretanto 25% acreditam que há excesso de profissionais, apontando para a saturação do mercado e 12% dos entrevistados entendem haver ressalvas na perspectiva de trabalho, apontando que a maior oferta de emprego se encontra em assessorias de comunicação, mas que existem profissionais que se submetem a condições salariais baixas. Outro ponto considerado relevante diz respeito ao fato de entenderem que a quantidade de vagas pode não ser fator relevante, mas apontam para problemas na seleção de profissionais que, por vezes, é feita considerando indicações e não por um processo seletivo, bem como por um mercado cada vez mais direcionado para as mídias sociais.

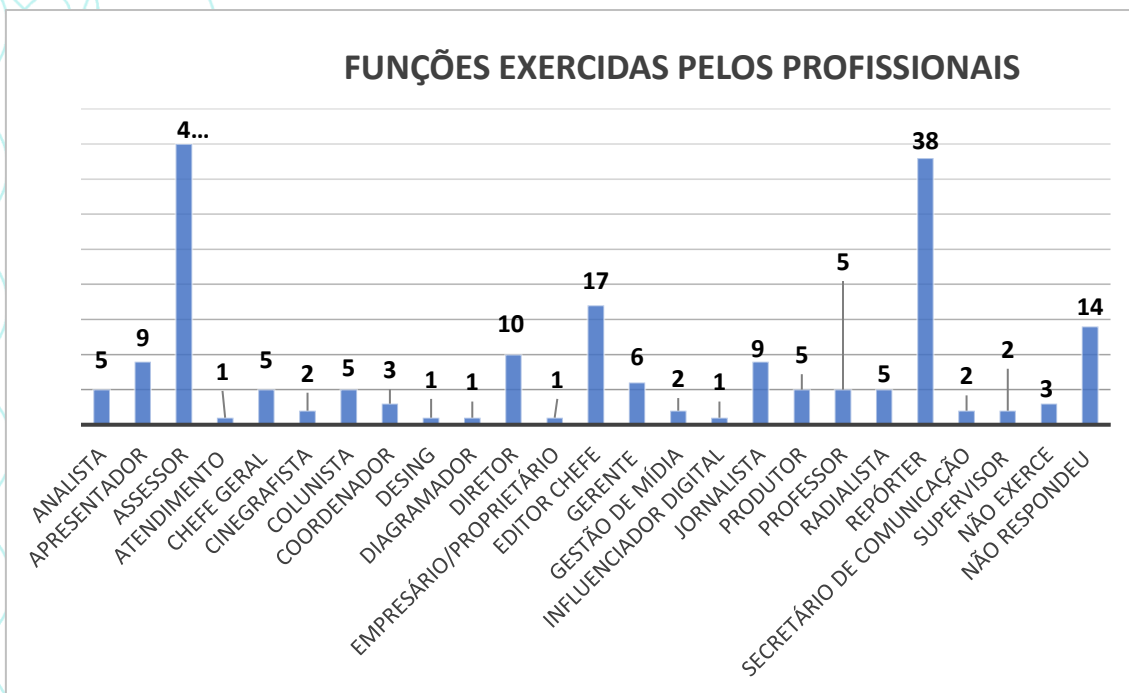


Gráfico 3: Gráfico quantitativo de funções e cargos citados pelos participantes da pesquisa.

De acordo com a pesquisa, os veículos de comunicação em que estão concentrados o maior número de jornalistas são as assessorias e o jornalismo digital, sejam em sites, portais, agências de notícias e até mesmo relacionados à produção de informações específicas na linguagem para as redes sociais. Identifica-se, neste contexto de escrita para os meios digitais, que se abre espaço para a atuação em *home office*, o que poderia estar descerrando precedentes para o trabalho sem registro formal.

Segundo Lopes (2013), os donos dos meios de comunicação acreditavam que os profissionais formados na academia possuíam um privilégio de mercado, visto que dispensar a qualificação profissional era uma estratégia para explorar mão de obra barata, considerada a grande estratégia iniciada pela revolução industrial e que permanece até hoje. Com isso, a chance de um processo evolutivo de melhorias no jornalismo pode se tornar menor e pode possibilitar pensamentos tendenciosos, principalmente em relação a ideologias políticas de classes específicas da sociedade, não contemplando a população como um todo e a sua realidade.

Renda salarial

O salário mínimo, como o próprio nome diz, é o valor mínimo a ser pago pelo empregador ao seu funcionário no Brasil. Desta forma, conforme a Medida Provisória 910, de 10 de dezembro de 2020, o salário mínimo vigente (ano base 2021) é de R\$1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais). Levando em consideração que a presente pesquisa foi iniciada em 2020 cujo valor do salário era, à época, de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), torna-se importante esclarecer que as respostas foram baseadas no valor do salário mínimo referente ao ano de 2020.

De acordo com informações da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2021), o piso salarial do jornalista no Acre é de R\$ 2.258,48 (dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), considerando a data base de 2018, ano do último dado enviado à FENAJ pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre. O gráfico 4 representa a média de renda salarial que os participantes da pesquisa recebem como jornalistas.

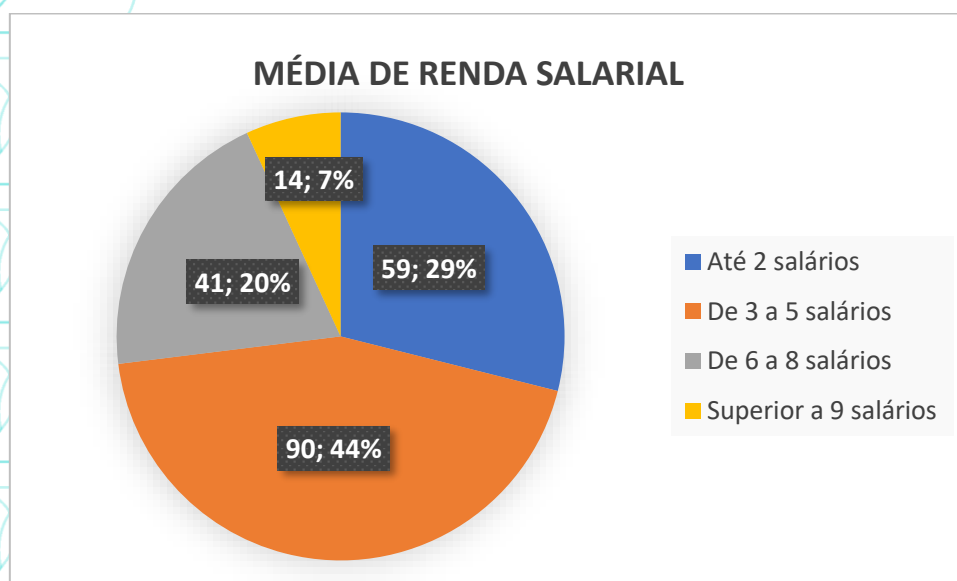


Gráfico 4: Renda salarial recebida pelos jornalistas no estado do Acre

Com base nas informações obtidas, observa-se que a grande maioria dos profissionais, ou seja, 73% (149) receberem pelo seu trabalho até cinco salários mínimos, ou seja, até R\$ 4.990,00. Somente 7% possuem uma renda salarial acima de nove salários o que correspondeu, à época da pesquisa, a um valor igual ou maior que R\$ 8.982,00 mensais.

Carteira de Trabalho e Previdência Social

A Carteira de Trabalho e Previdência Social é um documento oficial de uso obrigatório para prestar serviços formais no Brasil. Contudo, algumas empresas podem não assinar a carteira de trabalho do profissional contratado, acordando com este apenas um termo de prestação de serviço. Conforme enfatiza Garcez (2020, p. 211) “alastram-se no país as ocupações sem carteira assinada e por conta própria, uma expansão sem precedentes do mercado de trabalho informal no Brasil que contribuem para avanços maiores na precarização do trabalhador”.

No sentido de identificar o percentual de profissionais que trabalham como jornalista com registro de carteira assinada, nesta análise, observou-se que a maioria dos profissionais, ou seja, 65% (133) trabalham com a Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. No entanto, 35% (72) atuam em sua profissão sem registro na carteira de trabalho, muitos deles, autônomos registrados como microempreendedores individuais.

Registro no Sindicato dos Jornalistas

A carteira ou registro sindical consiste em um documento de comprovação profissional não obrigatório e que representa a profissão pelas entidades sindicais. Cada sindicato possui regras e taxas de contribuição específicas de acordo com a categoria. A Federação Nacional dos Jornalistas, por exemplo, exige registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego para possuir a Carteira Nacional de Jornalista. De acordo com o relatório mais recente (ano base de 2017), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre possui 539 jornalistas registrados. Dentro do campo de pesquisa, 42% dos jornalistas apontam que possuem registro profissional no SINJAC e 58%, ou seja, a maioria, não possuem registro no sindicato.

O registro sindical não é um documento obrigatório e a Carteira de Trabalho e Previdência Social é recomendada para garantir direitos trabalhistas do profissional. Quanto a este tema, 88% dos jornalistas acreditam que o registro profissional é importante para a profissão, no entanto, 12% dos participantes apontam que o registro não é essencial. Alguns complementam que a falta do

registro sindical não impede o exercício da profissão e, para eles, seria mais importante o registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Importa considerar que a auto-regulamentação é o termo para se referir à organização e fiscalização de atividades que definem um comportamento dentro de um grupo como, por exemplo, profissionais, grupos empresariais, grupos religiosos, etc. Para Cardoso (2013), é fato que as taxas de filiação sindical caíram, mas esse dado pode não ser alarmante, tendo em vista as mudanças em curso no mercado de trabalho, fruto do crescimento econômico centrado nos serviços.

Para os profissionais entrevistados, entretanto, há a defesa da criação de um órgão regulador da profissão. Observa-se que 77% são a favor da criação de um órgão responsável por cuidar e preservar os direitos e deveres do jornalista, 19% são contra a necessidade de um órgão e oito pessoas, representando 4% das respostas, optaram pela abstenção.

Considerações finais

Existem diversas propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que visam o retorno da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, dentre elas a PEC nº 386/2009 que se encontra na Câmara dos Deputados para debate. Dentre os argumentos de defesa desta proposta estão as consequências perante a sociedade como um todo, tendo em vista a precarização da formação jornalística e da relação trabalhista da área, refletindo na questão salarial.

Embora não se exija mais o diploma para exercer a profissão, o mercado de trabalho continua com vagas para profissionais na área e as universidades permanecem abrindo novas turmas para ingresso no curso de jornalismo. Possuir o diploma de ensino superior pode garantir algumas vantagens como alcançar vagas em concursos públicos ou ser ponto de desempate em processos seletivos específicos para a área. Estes argumentos não desvalidam o diploma nem o exercício da atividade por profissionais de carreira.

Durante a pesquisa, observou-se que a maioria dos entrevistados são jovens com idade entre 25 a 35 anos e possuem graduação acadêmica em jornalismo e atuam na área, em sua maioria, entre seis a dez anos. Percebe-se, também, que há profissionais que desempenham diversas funções no veículo de comunicação em que atuam, bem como trabalham em empresas privadas com

carteira assinada e recebem uma renda mensal de até cinco salários mínimos. Apesar da maioria dos participantes ser formado em jornalismo, 42% não tem formação ou tem formação em outras áreas acadêmicas, compreendendo um total de 26 graduações distintas.

Os participantes da pesquisa indicam, em sua maioria, não possuir registro no Sinjac, e que o registro sindical é um documento complementar na profissão, no entanto não obrigatório. Porém 158 participantes entendem que a criação de um órgão autorregulador local seria importante para contribuir e auxiliar os jornalistas nas questões de direitos e deveres, tendo em vista, inclusive, que o registro no Ministério do Trabalho e Emprego por meio de carteira de trabalho e previdência social é essencial para garantir direitos do trabalhador como, por exemplo, a aposentadoria.

Embora os profissionais que participaram da pesquisa exerçam múltiplas funções, eles consideram que a empresa onde trabalham oferece a estrutura necessária para atuação, por exemplo, computador, internet, telefone, mesa e impressora e que ainda existe espaço no mercado de trabalho no Acre.

Em tempos de pandemia da COVID-19, em face de todos os cuidados sanitários a serem tomados, paralelamente à crise política, social e econômica e a urgência de preparação médica e equipamentos necessários, a população acaba por estar cada vez mais dividida e desinformada do que é necessário para se passar por esse período. São em momentos como estes que se observa a importância da profissão de jornalista.

O cenário em relação aos profissionais formados e os de carreira é relevante em torno da valorização das diferentes formas de trabalho, sejam no jornalismo digital, agências de notícias, assessorias, academia e pesquisa. É importante valorizar o papel que cada profissional desempenha na sociedade, sem banalizar os jornalistas que fizeram suas carreiras sem passar pela universidade, uma vez que antes mesmo da inserção do curso de jornalismo havia a necessidade de profissionais para atender as demandas relacionadas à comunicação no estado.

Pela análise das respostas dos participantes da pesquisa, observa-se, portanto, que, em linhas gerais, a questão ainda se encontra dividida, com opiniões contraditórias sobre o tema, não sendo possível determinar qual pensamento é mais forte perante a sociedade. Porém, conforme o estudo, é

possível inferir sobre a importância do diploma na área do jornalismo, tendo em vista o papel que o jornalista desempenha no sentido de contribuir com a sociedade, disponibilizando as notícias do cotidiano e possibilitando que as pessoas possam discernir sobre todas as informações que chegam ao seu alcance.

Referências

CARDOSO, A. **Os Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Pisos Salariais Atuais**. Disponível em < <https://fenaj.org.br/sindicatos/convencoes-e-acordos-coletivos/pisos-salariais-atuais/>> Acesso em: jan. 2021.

GARCEZ, R.M. Crescimento Econômico, Uberização do Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. In: PAVOWSKI, Luciana; SILVESTRE, Franco (orgs). **Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2020, p. 211/223.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: Identidade Profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSSI, Clovis. **O que é jornalismo**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense, 1980.

SCHRÖDER, Celso. O jornalismo como missão impossível. In: Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ. **Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: FENAJ, 2008, p. 15/22.

SODRÉ, M. Muito além do diploma, In: Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ. **Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: FENAJ, 2008, p. 51/56.

JORNALISMO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES QUANTO À AGREGAÇÃO DE UMA NOVA ÓTICA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Luci Maria Teston¹

Rosa Indira Alves da Silva²

RESUMO: A inserção da temática do meio ambiente na sociedade contemporânea remete para a centralidade dos meios de comunicação, no sentido de serem indutores de reflexões ao pautarem ações tanto por parte da população quanto pelos agentes públicos. Neste sentido, o objetivo deste estudo é o de refletir acerca das práticas vigentes de jornalismo ambiental, no que diz respeito aos fatos divulgados e sua relação com as iniciativas de desenvolvimento e de proteção ao meio ambiente. Para isto, optou-se pelo ensaio teórico como modalidade textual por trazer a possibilidade de transpor as fronteiras disciplinares, algo que a rigidez metodológica tenderia a impedir. Desta forma, se fará uso de referencial teórico abordando o jornalismo ambiental, mas também o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a formação acadêmica dos estudantes nos cursos de jornalismo, a partir de autores como Ignacy Sachs (2002), Paul Little (2003), Henrique Left (2004) e Lúcia Helena Mendes Pereira (2014). As reflexões dos autores selecionados partem do entendimento de que, nas coberturas da temática ambiental, os meios de comunicação tendem a evidenciar as grandes catástrofes, os acidentes, as previsões sombrias, os desastres, mas deixam de lado ou simplesmente não abordam questões mais profundas relacionadas às causas, seus responsáveis e métodos de prevenção. Aponta-se para possibilidade de mudanças na cobertura da temática ambiental realizada pelos meios de comunicação, na incorporação do tema aos futuros profissionais da área, bem como na premência do debate público sobre os problemas ambientais serem incorporados de forma adequada pela mídia.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Mídia e Meio Ambiente; Meio Ambiente; Cidadania.

¹ Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: luci.teston@ufac.br.

² Graduanda do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), 7º período. E-mail: rosa.indira@sou.ufac.br.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 determinou que o meio ambiente sadio é um direito de todos e impôs ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. Nos anos posteriores à Carta Magna, vários programas e instituições governamentais foram criados para atender a crescente demanda por soluções para os problemas ambientais do país, com destaque para o Ibama (1989), o Fundo Nacional de Meio Ambiente (1990) e o Ministério do Meio Ambiente (1993).

Na década de 1990 houve avanços quanto à inserção de questões ambientais na agenda política nacional, bem como na promulgação de leis relacionadas ao tema. No entanto, para Little (2003), essa inserção não foi suficiente para reduzir a degradação ambiental, especialmente na Amazônia. Para o autor, as décadas passadas têm demonstrado a dificuldade em colocar o desenvolvimento sustentável em prática, tendo em vista que a mudança nas “práticas vigentes de desenvolvimento requer que as formas atuais de atividade produtiva sustentadas por pesados interesses econômicos, sejam confrontadas” (LITTLE, 2003, p. 19). E isto, entende, tem sido uma tarefa difícil, conforme é demonstrando nos embates internacionais envolvendo as mudanças climáticas.

Entendimento semelhante é observado em Scalabrin (2008, p. 8), para a qual a questão ambiental tem sido um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, sendo fundamental incorporar a discussão quanto à ameaça à existência diante dos problemas ambientais e dos danos provocados em nível mundial. Para a autora, a situação “exige educação, conhecimento da natureza, técnicas e políticas que tornem eficiente a ação do homem no espaço em que habita”.

A inserção do debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento ambiental na sociedade traz a centralidade dos meios de comunicação neste processo, no sentido de proporcionarem reflexões e pautarem ações tanto por parte da população quanto pelos agentes públicos. Em sentido mais estrito, o jornalismo ambiental, segundo Bueno (2007, p. 35) assume destaque, na medida em que aborda a “explicitação das causas e soluções para os problemas

ambientais”, bem como a “indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais”.

Logo, o objetivo deste ensaio é o de refletir acerca das práticas vigentes de jornalismo ambiental, no que diz respeito aos fatos divulgados e sua relação com as iniciativas de desenvolvimento do meio ambiente. A opção pelo ensaio teórico como modalidade textual traz a possibilidade de transpor as fronteiras disciplinares, algo que a rigidez metodológica tenderia a impedir. Para isto, se fará uso de referencial teórico abordando o jornalismo ambiental, mas também o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a formação acadêmica dos jornalistas.

Para conduzir a argumentação, este ensaio está estruturado em quatro partes. A primeira apresenta, de forma breve, questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, incluindo a educação ambiental. A segunda parte traz a discussão sobre o jornalismo ambiental, com destaque para as relações econômicas e políticas que o envolvem. Este debate relaciona-se com a terceira parte do estudo, na qual se discute uma nova ótica do jornalismo ambiental no sentido de ser meio para a promoção de reflexões quanto à forma de as pessoas pensarem e se relacionarem com o ambiente. Na quarta parte é enfatizada a importância do jornalismo ambiental na formação acadêmica de jornalistas e, por fim, são apresentadas breves considerações finais, do que, na visão dos autores, pode ser um caminho para adensar este debate.

A institucionalização da questão ambiental no Brasil

A institucionalização da questão ambiental no país teve início após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também chamada de Conferência de Estocolmo, realizada na capital da Suécia em 1972 e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste evento, segundo Sachs (2002), ficou evidenciado o necessário equilíbrio entre o meio ambiente e os interesses econômicos.

O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e

implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB (SACHS, 2002, p. 52).

A partir de então, a sustentabilidade passa a ser um objetivo que extravasa as capacidades das ciências, para converter-se em um projeto político mediante a constituição de atores sociais movidos por propósitos e interesses inscritos dentro da racionalidade. A proteção do meio ambiente torna-se uma questão política e científica que depende da mudança de hábitos da sociedade, como afirma Left:

Aprender a aprender a complexidade ambiental implica um processo de “desconstrução” do pensado para pensar o por pensar, para destranhar o mais entranhável de nossos saberes e para dar curso ao inédito...(LEFT, 2004, p. 74).

Os argumentos apresentados trazem a perspectiva de um aprendizado da natureza de forma equilibrada, que pode ter início, por exemplo, a partir do envolvimento das pessoas que vivem em áreas de floresta, bem como dos atores sociais e políticos nacionais e locais no sentido do estímulo à conscientização da comunidade local quanto ao valor e à necessidade de proteção do meio ambiente.

Neste sentido, Scalabrin (2008, p. 7) expõe a necessidade de o tema ambiental ser tratado em uma perspectiva educacional. A autora considera a educação ambiental essencial para a formação de cidadãos, no sentido de promover atitudes de cuidado com o meio ambiente, “proporcionando oportunidades de obtenção de conhecimentos, valores, atitudes e empenho ativo de protegê-lo e melhorá-lo”.

Entretanto, a referida autora aponta para o enorme desafio da implementação de uma educação ambiental na medida em que se observa uma degradação ambiental em ritmo crescente. Para Loose e Camana (2015, p. 121), na questão da degradação ecossistêmica deve ser considerada “a complexidade

das relações que estão envoltas nas problemáticas ambientais, assim como revelar a possibilidade de outros caminhos, a partir de outra racionalidade que seja integradora”. É neste contexto que se situa a discussão acerca da função social do jornalismo, aqui ressaltado o jornalismo ambiental.

O termo sustentabilidade foi sintetizado em torno dos intensos problemas ambientais nos anos 1970. A expressão que “simbolizava todo esse mega projeto ambiental, ganhou escala nos meios de comunicação” (CAMPOS, 2012, p. 6). Neste sentido, novas práticas no jornalismo dedicado ao meio ambiente são defendidas por pesquisadores e profissionais que estudam a temática, uma vez o fato de acreditar-se que uma mudança conceitual possa refletir em mudança de práticas, visando melhorar a qualidade da notícia, que muitas vezes é veiculada “intencionalmente em defesa de interesses da empresa ou mesmo de clientes patrocinadores que não seriam beneficiados pela divulgação de determinadas matérias” (ALVES, 2002, p. 1). Nesta mesma linha, Campos (2012, p. 10) argumenta que não se pode “ignorar o papel que os meios de comunicação exercem para cobrar leis cada vez mais eficientes e para esclarecer sempre mais a população”.

Para alguns dos autores consultados (LOOSE; CAMANA, 2015; ALVES, 2002; CAMPOS, 2012), ao invés de limitar-se a responder a interesses econômicos e políticos, torna-se essencial que a mídia paute e traga reflexões acerca do meio ambiente e dos efeitos coletivos de sua degradação. Isto implica em incluir, na tomada de decisões relacionadas à temática, a opinião dos cidadãos comuns e não somente o discurso da elite. Esta narrativa única, para Loose e Camana (2015, p, 124) compreende o discurso “que importa somente a uma elite em detrimento de bilhões de pessoas, e que, por ser repetido e legitimado através dos meios de comunicação de massa, passa a ser compreendido como ‘verdade’”.

Estas questões remetem à necessidade de se refletir sobre as práticas do jornalismo ambiental e as relações políticas e econômicas que o envolvem.

O jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental se consolidou em meados do século 20. No Brasil, segundo Belmonte (2015), está associado ao surgimento e ao desenvolvimento do jornalismo científico. Na atualidade, segundo Bueno (2007, p. 35), pode ser conceituado como envolvendo um processo de “captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. A prática dessa especialidade “pode contribuir para o enfrentamento e compreensão dos riscos inerentes à sociedade contemporânea” (LOOSE; CAMANA, 2015, p. 121).

A facilidade em confundi-lo com a comunicação ambiental é comum, porém o jornalismo ambiental refere-se exclusivamente às questões jornalísticas enquanto a comunicação ambiental não envolve critérios de noticiabilidade, a exemplo da atualidade, pode tratar de qualquer informação relacionada ao meio ambiente e pode ser desempenhada por qualquer pessoa com interesse no assunto, tanto na defesa do meio ambiente quanto em sua degradação. A comunicação ambiental, inclusive, pode ser realizada por empresas que visam usufruir da matéria prima que a natureza oferece, podendo se utilizar da comunicação para divulgar fatos enganosos para incentivar o consumo de produtos, conforme esclarece Bueno (2007, p. 34):

Comunicação e Jornalismo estão aqui subentendidos como processos que têm como objetivo a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos. É importante perceber, no entanto, que eles têm amplitudes diferentes.

Neste contexto, um dos objetivos do jornalismo ambiental é o de manter o público informado sobre questões envolvendo o meio ambiente. Pela sua natureza, o jornalismo ambiental se propõe não apenas à informar sobre os problemas, mas também em questionar, investigar e oferecer soluções para questões ambientais.

Os autores referenciados neste estudo, a exemplo de Campos (2012) e Bueno (2007) concordam que, nas coberturas da temática ambiental, os meios de comunicação tendem a evidenciar as grandes catástrofes, os acidentes, as

previsões sombrias, os desastres, mas deixam de lado ou simplesmente não abordam questões mais profundas relacionadas às causas, seus responsáveis e ao método de prevenção.

Atualmente, com a expansão dos meios de comunicação, a pauta ambiental tem sido mais frequente nos noticiários. O jornalismo ambiental, importa destacar, se depara não apenas com interesses privados, vindo de empresas que exploram a natureza, mas também internamente, inerente aos próprios meios de comunicação, nos casos em que possuem vínculo econômico com aqueles que se beneficiam da destruição do meio ambiente.

Por exemplo, ao aventar-se a possibilidade de uma montadora de veículos se instalar em determinado local há preocupação política “ambiental” indireta, uma vez que, tal estrutura necessitará de uma série de estudos e autorizações ambientais para isso; porém, as principais questões trazidas nas tratativas anteriores à construção dos estabelecimentos normalmente se dão acerca dos “empregos”, incentivos fiscais, lucros, mobilidade do local (MARION, 2013, p. 660/661).

Neste sentido, Marion (2013) destaca que a temática ambiental normalmente está presente nas discussões, entretanto, quanto se torna um obstáculo para a realização de certos acordos, acaba por se deslocar para um segundo plano. Neste contexto, Bueno (2007), comenta que algumas empresas e ramos administrativos acabam por prejudicar o meio ambiente na obtenção de vantagens financeiras. Destaca, ainda, a conduta de governantes que, “por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental” (BUENO, 2007, p. 36).

A cobertura jornalística, neste sentido, direciona-se principalmente para um olhar econômico ou político, trazendo especialistas e cientistas para confirmar ou refutar questões. Além disso, costuma fazer uso dos desastres considerados ambientais para “ilustrar suas páginas e telas, sem investigar o fenômeno que a originou.” (BUENO, 2007, p. 38). Para Alves (2002, p.1), na

mídia, seja comunicação impressa, eletrônica ou digital, as questões relacionadas ao meio ambiente comumente recebem “conotação errônea, duvidosa, sensacionalista pela veiculação de imagens distorcidas”.

Segundo este último autor, há uma urgência em atentar sobre o dever da mídia para com a informação correta em defesa do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. O jornalismo, neste contexto apresentando, deveria encarregar-se de informar, educar e mobilizar o público, já que “a comunicação é um processo participativo de compreensão mútua e multidireccional” (SORHUET GELÓS, 2003, p. 35).

Ao se considerar que o homem amplia sua capacidade de interferir no meio ambiente para satisfazer, não raro, sua cobiça, causando abalos à natureza, caberia à mídia a vigilância social do poder, pois um dos grandes deveres do jornalismo é para com a sociedade.

Reformulando as práticas de jornalismo ambiental

Apesar das questões ambientais serem complexas, vê-se no jornalismo ambiental uma possibilidade de promoção de mudanças na forma das pessoas se relacionarem e refletirem em relação ao ambiente em que vivem. Neste sentido, esta ideia de jornalismo ambiental deve ser engajada “independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada” (GIRARDI, et al., 2012 p. 137).

Segundo Dornelles (2008), essa sugestão de jornalismo “engajado” refere-se a uma prática com a participação do público. A aposta é sair da rotina do jornalismo de regras e manuais que simulam ter uma base neutra e imparcial. Neste cenário, torna-se importante dispensar certa formalidade para dar espaço para reflexões acerca do bem-estar socioambiental. Isto porque, para o autor, o jornalismo que segue de forma rigorosa os processos editoriais dificulta a atividade pedagógica para solucionar problemas. Neste contexto, o acesso do cidadão às redes sociais deve ser utilizado pelos jornalistas como forma de interação com o público. Isto alimentaria a pluralidade de fontes e da informação, que atualmente ainda é limitada.

Esta perspectiva pode sustentar a pluralidade de fontes e confrontar a informação veiculada pelos grandes grupos e conglomerados de mídia. Vale ressaltar, neste sentido, que 50% dos meios de comunicação são controlados por apenas cinco pessoas no Brasil, como mostra a pesquisa realizada pelo Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM). Neste cenário, informações valiosas a respeito do meio ambiente caem no esquecimento devido às opiniões dominantes publicizadas pelos grandes oligopólios da mídia ganharem força e se estabelecerem, formando a opinião pública.

Para Sorhuet Gelós (2003), falar em comunicação ambiental dentro do universo jornalístico significa reconhecer a imaturidade que a sociedade ainda vive quando se trata do tema. A população ainda é ofuscada com dados e acaba relegando o conjunto de necessidades que cercam a temática.

O jornalismo ambiental, dessa forma, deveria fazer um movimento no sentido de manter seu compromisso com a natureza contrariando quaisquer interesses que façam oposição ao meio ambiente, conforme relata Campos (2012, p. 10), o qual enfatiza que o jornalista “deverá cumprir o papel social de denunciar os casos em que, por trás do belo discurso, esconde-se a destruição das condições de vida futura”.

O jornalismo que se conhece, para Lopes e Lemos (2013, p. 1) precisa mudar com urgência, pois “a degradação ambiental tornou-se uma preocupação de todos, pois diz respeito à qualidade de vida das populações”. Os jornalistas devem, com efeito, ir além do que se é esperado pela sua profissão e gerar debate sobre temas importantes, conforme ressalta Sorhuet Gélos:

Os jornalistas foram formados para produzir e enviar mensagens; agora lhes incumbe uma missão mais transcendente: devem gerar debate sobre os temas importantes apresentando as diferentes opiniões que existem a respeito. Dessa forma se promove a participação da comunidade (SORHUET GELÓS, 2003, p. 38).

Essa nova ideia de jornalismo “exige sensibilidade e abandono da pretensão de verdade absoluta, sem, contudo, se entregar à ficção própria do

campo artístico, evidentemente” (PEREIRA, 2014, p. 17). Os cidadãos, as ONGs, agricultores, pescadores não industriais, ambientalistas e indígenas devem deixar de ser fontes secundárias. Com isso, pode-se engajar toda uma mudança na construção social ao serem promovidas reflexões quanto ao meio ambiente.

Jornalismo ambiental na formação acadêmica de jornalistas

No contexto de fortalecimento e redefinições acerca do papel do jornalismo ambiental, ganha destaque a importância do tema ser abordado no âmbito dos cursos de graduação. Para Loose (2010, p. 22), este jornalismo deve ser inserido no contexto acadêmico para que os futuros profissionais entendam que “mais que informar sobre nomes, números e a ‘exatidão’ dos fatos que, observados e/ou investigados, as notícias – que são fruto do trabalho dos jornalistas - colaboram com a ordenação humana” através da mídia.

Nesse sentido, segundo Lückman (2006), é preciso deixar claro aos estudantes que eles não só têm capacidade, como também podem fazer a diferença para o futuro do meio ambiente. O autor não os considera como impotentes, algo que muitas vezes os estudantes pensam quanto a si mesmos e esta sensação, para o autor, os impede de tomar atitudes para melhorar o planeta. Por isso, “encontrar dentro da universidade jovens interessados em discutir as formas como a mídia representa a questão ambiental foi uma experiência bastante rica” (LÜCKMAN, 2006, p. 12).

Se o jornalismo ‘engajado’ começar dentro das salas de aula haverá mais chances de ser incorporado na sociedade. Neste sentido, um caminho a ser trilhado é o de conceder a oportunidade de pensarem no jornalismo ambiental de forma livre, sem a interferência das necessidades comerciais e industriais, conforme destaca Pereira (2014, p.17):

Pensar a atividade do Jornalismo Ambiental com possibilidades de se tornar uma tradução cultural na contemporaneidade se torna mais perto do possível se pudermos vislumbrar projetos alternativos de comunicação, ou seja, projetos contra-hegemônicos que permitam à informação ambiental se configurar na sua natureza política e

performativa de luta em prol da vida, como tradutora entre saberes diversos.

Os futuros profissionais, neste sentido, seriam apresentados ao tema ambiental relacionado às mídias desde a sua formação, no sentido de obterem conhecimento mais aprofundado sobre o tema, porque “é preciso estar bem informado para entrar nesse debate, sob pena de aceitar propostas imediatistas com graves consequências socioambientais no futuro” (BITTENCOURT, 2015, p. 10). Para este autor, devem-se criar alternativas no sentido de os acadêmicos poderem ver a atividade jornalística na área socioambiental como um dever não apenas social, mas também pessoal. E, com isso, se comprometam em tratar o assunto de formas alternativas.

Trata-se de um movimento sociopolítico que exige um jornalista livre de ingênuos voluntarismos, mas consciente da tradição democrática de seu trabalho, bem como das escolhas morais a que se obriga como mediador social. Desse jornalista exige-se comprometimento e ética pessoal, na intenção de divulgar o que for de interesse público. Fora do mercado de trabalho da mídia de massa, o profissional do jornalismo depara-se com uma realidade que exige autonomia intelectual e política, com direto impacto sobre a prática (BITTENCOURT, 2015, p. 3).

A contribuição pode estar no profissional dos meios de comunicação e nos futuros profissionais também, pois cabe a eles educar e transformar a sociedade. Para Mendes e Araújo (2015, p. 3/4) “é importante que o jornalista entenda que seu papel é maior do que de um cidadão comum, afinal ele não só informa como também forma conceitos”.

Esta autonomia intelectual e política deve perpassar os cursos de graduação no sentido de se provocar reflexões acerca do meio ambiente a partir de novas abordagens sobre a temática aos profissionais de jornalismo que ainda estão em formação e são plenamente capazes de construir novas práticas na área.

Considerações finais

A fala do desenvolvimento sustentável muitas vezes é articulada com aquilo que se identifica como propostas que resultam na ampliação da fronteira agrícola, no desperdício de áreas que poderiam ser reutilizadas, em mais desmatamentos e problemas ambientais e humanos de difícil solução. Isso porque há um entendimento hegemônico de que não existe produção de riqueza sem uso e transformação dos recursos naturais.

Neste sentido, a exclusão da opinião e experiência dos cidadãos comuns, que são a maioria da população, nas notícias ambientais é uma realidade no jornalismo brasileiro. Muitas vezes associada à baixa qualidade da cobertura na área, as fontes se reduzem a pessoas com um currículo acadêmico ou técnico, quando poderia dar abrangência a outros olhares, já que esse é um assunto de interesse e conhecimento local, além de científico.

No âmbito dos cursos de graduação, há a importância da implementação de disciplinas e projetos relacionados ao meio ambiente. E com isso possibilitar a consciência sobre a relação que os discentes, como futuros profissionais, terão com a natureza, pois levar em consideração a necessidade de zelar pelo meio ambiente é assumir um compromisso com um mundo mais inclusivo e cidadão.

Apesar de ser um tema delicado e complexo, que se encontra em meio a conflitos envolvendo interesses econômicos, o jornalismo ambiental deve cumprir sua função no sentido de proporcionar reflexões quanto à preservação do meio ambiente. O jornalismo deveria ser praticado com ética, porque ele tem uma obrigação com a qualidade de vida das pessoas e, portanto, tem o dever de promover o debate, sem estar reduzido apenas ao progresso econômico. O jornalismo ambiental pode mudar o futuro do meio ambiente, mas para isso ele terá primeiramente que mudar suas práticas e passar a ver o cidadão como peça fundamental do seu ofício.

Referências

ALVES, Jane Magali Rocha. O papel da mídia na informação ambiental. **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**; Salvador, 03 setembro, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2492148821254533288705961341240980056.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

BELMONTE, Roberto Villa. História do Jornalismo Ambiental Brasileiro. **10º Encontro da História da Mídia**. Porto Alegre: UFRGS, junho de 2015.

BITTENCOURT, Maurício P.H. Meio ambiente e jornalismo alternativo na Amazônia. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**. Rio Branco, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/199>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BUENO, W.C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Anais do II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental**. Porto Alegre: UFPR, 2007, p. 33-44.

CAMPOS, P.C. Jornalismo e Meio Ambiente: a contribuição dos meios de comunicação e o conceito de sustentabilidade. **Revista Rumores**. São Paulo, ed. 11, ano 6, n. 1, janeiro-junho 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51287/55354>>. Acesso em: 22 out. 2018.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian Journalism Research**. V. 1, n. 1, 2008, p. 121-131. Disponível em: <<file:///F:/Leituras%20Dirigidas/O%20fim%20da%20objetividade%20e%20da%20neutralidade%20no%20jornalismo%20c%3ADvico%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (et al.). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Revista Comunicação e sociedade**. São Paulo, v. 34, n. 1, 2012, p. 131-152. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/CSO/article/view/2972/3136>>. Acesso em: 23 out. 2018.

LEFT, Henrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental**; da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LITTLE, Paul E. (Org). **Políticas Ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.

LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo Ambiental em Revistas: das estratégias aos sentidos. **Revista Lume**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21591/000738061.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 out. 2018.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatorio (OBS*)**. Lisboa v. 9, n. 2, 2015, p. 119-132. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542015000200006>. Acesso em: 23 out. 2018.

LOPES, Camila Aguiar de Oliveira; LEMOS, Daniel Dantas. Jornalismo Ambiental no Brasil: homem e natureza na série de reportagens Viúvas do Veneno. **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, AM, set. 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0010-1.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

LÜCKMAN, Ana Paula. Possibilidades Educativas do Jornalismo Ambiental: Algumas Reflexões. **EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Joinville, SC, abr. 2006. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR34.pdf> Acesso em: 16 jan. 2019.

MARION, Cristiano Vinícius. A Questão Ambiental e suas Problemáticas Atuais: uma visão sistêmica da crise ambiental. **Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria, RS, jun. 2013, p. 657 - 669. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/5-4.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MENDES, F.M.M; ARAÚJO, P.C.M. A pauta ambiental: um estudo de caso da revista Amazônia. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**. Rio Branco, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/search/search?simpleQuery=A+PAUTA+AMBIENTAL%3A+UM+ESTUDO+DE+CASO+DA+REVISTA+AMAZ%C3%94NIA&searchField=query>>. Acesso em: 23 out. 2018.

PEREIRA, Lúcia Helena Mendes. Jornalismo e Meio Ambiente: possibilidades e dificuldades da informação como tradutora de uma política ambiental democrática. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**. Brasília, DF, v. 1, ed. 5, 2014. Disponível em: <<http://rbpc.lapcom.unb.br/index.php/RBPC/article/view/65/44>>. Acesso em: 22 out. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCALABRIN, Izabel Cristina. A Educação, a Sociedade e o Meio Ambiente. **Secretaria de Estado de Educação, PDE**. Realeza, PR, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1976-8.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SORHUET GELÓS, Hernán Luis. El mediador social deste siglo. **Tópicos en Educación Ambiental**, México, Samanarp-Unam, v. 3, n. 9, 2003. Disponível em: <<http://www.anea.org.mx/Topicos/T%209/Paginas%2033-48.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE ACERCA DA AMAZÔNIA: ANÁLISE DE UM DIA NOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO*, *O GLOBO* E AGÊNCIA DE NOTÍCIAS *AMAZÔNIA REAL*

RODRIGUES, Miguel Felipe França¹
SALVO, Fernanda²

RESUMO

Esse artigo pretende fazer uma análise de como os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e a agência de notícias *Amazônia Real* trabalharam a temática “Amazônia” em um mesmo dia. Nosso percurso compreenderá, inicialmente, uma reflexão sobre como se deram, historicamente, as construções discursivas acerca da Amazônia, para tal usaremos os autores Ana Pizarro (2012), Márcio Souza (2019) e Otávio Ianni (1979). Em seguida, abordaremos a construção dos critérios de noticiabilidade no campo do jornalismo, as reflexões que nos guiaram foram Nelson Traquina (2005), Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2021). Logo após, comentaremos como os três veículos construíram as notícias sobre a Amazônia em uma das semanas em que coletamos notícias sobre a temática diariamente, pois observamos as divergências de conteúdo sobre a Amazônia nos três veículos e tal divergência nos parece significativa. Esse trabalho é resultado da pesquisa de PIBIC *Entre imagens e alteridades: um estudo sobre as representações amazônicas em narrativas jornalísticas*.

Palavras-chave: Amazônia; Noticiabilidade; Narrativas jornalísticas.

¹ Graduando em Jornalismo na Universidade Federal do Acre. Possui bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre.
<http://lattes.cnpq.br/9846507502049164>

² Doutora em Comunicação Social. Professora adjunta do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC).
<http://lattes.cnpq.br/5803224869064285>

1. Introdução

A Amazônia é uma área geográfico-cultural antiga, permeada de ancestralidade, que sofreu com o a transposição e o apagamento diante da cultura europeia do século XV ao século XX, e em recente período com as ordens governamentais, no século XX e XXI.

Neste artigo, o propósito é analisar os discursos criados à respeito da Amazônia por dois principais jornais do Brasil e uma agência de notícias, a saber: *Folha de São Paulo*, de São Paulo; *O Globo*, do Rio de Janeiro e o *Amazônia Real*, de Manaus, com atenção para as notícias divulgadas na mesma semana, e em especial para dia 12/03/2021.

O interesse se justifica, pois os veículos lançam perspectivas diferentes ao abordarem acontecimentos sobre/ da Amazônia. A *Folha* e *O Globo* (re)produzem uma cobertura homogênea, que invisibiliza e silencia as especificidades da região, em contrapartida, o *Amazônia Real* parte de seu local privilegiado, no coração da Amazônia, para abordar a heterogeneidade do espaço, dando foco e voz às questões dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e a outras minorias presentes em espaços urbanos e rurais. Tais veículos de notícia já têm definidos seus critérios de noticiabilidade, enquadramentos jornalísticos bem formados e os sentidos de suas notícias bem direcionados.

Contextualizando a reflexão, primeiramente apresentaremos historicamente como a Amazônia foi construída discursivamente desde o século XV, por crônicas, cartas, relatos, relatórios e informes de viagem de exploradores europeus, que transplantaram discursos, nomearam espaços e criaram imagens sobre a Amazônia. Depois, estabeleceremos uma discussão sobre os critérios de noticiabilidade, levando em conta a relação intrínseca que o jornalismo mantém com a sociedade. Finalmente, faremos uma análise das notícias dos jornais e da agência de notícias supracitada.

Este trabalho resultado da pesquisa de iniciação científica *Entre imagens e alteridades: um estudo sobre as representações amazônicas em narrativas*

jornalísticas, que faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFAC, de 2020.

2. Amazônia como construção discursiva

A Amazônia é uma construção discursiva. A propósito de desenvolver melhor a afirmação, a autora Ana Pizarro¹ parte de compreender a Amazônia como uma área geográfico-cultural: um universo plural de configurações culturais específicas, por conta dos seus vínculos internos e externos, que são pouco explorados pelos estudos culturais, e por fazer parte do campo dos imaginários utópicos. Estudos sobre essa área seriam uma chave para compreender melhor as crises ambientais que vivemos e nossa própria unidade histórica enquanto América Latina.

Segundo Pizarro, a construção dos discursos acerca da Amazônia têm uma característica comum: os rios. Os rios acompanhados de fauna e flora diversificada estendem-se por nove países: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, cobrindo uma área calculada em 5 500 000 km². No Brasil, em 1966, foi criada a Amazônia Legal, área correspondente aos estados pertencentes à Bacia Amazônica: Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins.

É por meio dos vários caminhos criados pelos rios, que os seres humanos que viviam na Amazônia desenvolveram modos de vida distintos, línguas distintas, imaginários distintos, em diálogos estreitos com o meio ambiente, que ditava o tempo da vida, tanto individualmente quanto em coletivo, assim conseqüentemente, eles próprios formaram discursivamente este espaço, dando significações diferentes àquelas as quais mais tarde os europeus haveriam de apagar, silenciar ou deturpar e incorporar.

Ana Pizarro afirma que os principais conquistadores, portugueses e espanhóis, em suas expedições tiveram formas diferentes de abordagem perante o meio ambiente e povos que margeavam o grande rio. Mesmo sendo

¹ PIZARRO, Ana. **Amazônia, as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012

vizinhos na Europa, os portugueses, diferentes dos espanhóis, já navegavam pela costa do continente africano, portanto seu contato com a região e seus respectivos habitantes foi muito mais branda e dada a mestiçagem, em oposição direta às ações espanholas. Mas ambos traziam como bagagem um discurso preconcebido, um imaginário constituído a partir da Antiguidade Greco-latina. Foi então a partir de suas referências de mundo, que os exploradores começaram a nomear, ou melhor, constituir discursivamente o espaço amazônico por meio de crônicas, cartas, relatos, relatórios e informes.

Dessa maneira, com as viagens de espanhóis e portugueses pelos rios Amazônicos, transplantando seus imaginários, é que são construídas as primeiras imagens sobre a Amazônia, que não seriam jamais esquecidas, mas remodeladas, reconstituídas, recontadas e analisadas posteriormente pelos naturalistas que viriam a ser os novos exploradores deste espaço, já filhos do movimento Renascentista na Europa, que procuravam agora enxergar o Outro. As viagens não poderiam ter mais sentido somente exploratório, deveriam servir para algo, em principal, para desenvolver uma geopolítica do conhecimento. Em essência, essa busca e visão positivista e discriminatória, vai sustentar a ideia da Amazônia como um espaço sem história, um vazio a ser preenchido. Discurso esse que vai se fundir e se mesclar com a formação histórica do Brasil.

A Amazônia tentava entrar em compasso com o país exatamente no momento mais delicado. E, como sua elite não estava afeita às lutas palacianas dos senhores da terra contra a burguesia industrial emergente, a região iria sofrer um abandono de meio século, em que seus problemas se tornaram crônicos, seus orgulhosos e empobrecidos chefes políticos, eternos pedintes e frequentadores das antessalas dos ministérios. A Amazônia saía da ostentação para padecer as agruras da falta de importância política e insignificância eleitoral. Um trauma que colocou a região na posição reboquista da qual nunca mais se livrou. (SOUZA, 2019, p.301)

Foi então a partir dos anos 1970, que governo brasileiro decidiu por adotar uma nova política sistemática e ativa de colonização da Amazônia, passou-se a vender o discurso da Amazônia como a terra boa e dotada de possibilidade para o desenvolvimento comercial e urbano, como afirma Otávio Ianni no livro “Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia”.

A abertura de estradas, a notícia de terra boa, farta e sem dono, a possibilidade de produzir gêneros alimentícios voltará comerciar nos centros urbanos, o extrativismo vegetal e animal, a eventualidade de

alguma mineração, vários foram os interesses que influíram no ânimo de muitos trabalhadores e seus familiares, que estavam vivendo condições mais ou menos difíceis em outras áreas da própria região amazônica, do Nordeste ou dos Estados do Centro-Sul do País. Assim, em 1964-70 pouco foi feito pelo governo em termos de política colonização dirigida. Mas em 1970 houve uma mudança razoavelmente repentina: o governo passou a empenhar-se de modo cada vez mais fundo na política de colonização da Amazônia. (IANNI, 1979, p.33)

Com o Golpe de Estado que implantou a Ditadura Militar no Brasil em 1964, o que realmente se buscava para as terras amazônicas era controlar algumas questões isoladas de pertencimento de terras e outras de segurança. Na tentativa de resolver os novos antagonismos e tensões sociais do Nordeste e na própria Amazônia foi que no dia 9 de julho de 1970, a partir do Decreto-Lei nº 1.110, o governo militar criava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como o objetivo de promover, executar e organizar as reformas agrárias e da colonização na Amazônia.

A tentativa de colonização do governo, falseada de investimento do capital tanto interno quanto externo perdurou mesmo com a Nova República, com o fim da Ditadura Militar, pois os governantes já em âmbito democrático não alteraram muitas das medidas aplicadas à região Amazônia. Mas o que se observa em todo esse passar de séculos de história são os discursos que se criaram a partir do contato com este local. A Amazônia continua no discurso e imaginário social como o espaço do Outro, o espaço a ser descoberto e explorado. Desde o final do século XX, vozes amazônicas ganharam força, mas não o suficiente para combater os discursos homogeneizantes que ainda são propagados também pelas grandes redes de mídias. Assim, vale ressaltar uma análise sobre o que os veículos da grande mídia dizem da Amazônia em contrapartida do que a Amazônia diz de si mesma.

3. Critérios de noticiabilidade

Os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, são enquadramentos que dão direcionamento aos jornalistas na perspectiva de distinguir qual acontecimento é passível de virar notícia ou não, segundo o jornalista Nelson Traquina².

² TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional.

Os órgãos de informação são como a própria sociedade e seus fenômenos, de aparência simples, mas complexos em seus desdobramentos. Segundo a socióloga estadunidense Gaye Tuchman (*apud* TRAQUINA, 2005, pág. 13), os órgãos de informação têm por objetivo fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes, segundo a ideologia jornalística dominante nos países democráticos; mas não há como compreender o objetivo dessa complexidade, sem buscar compreender primeiro os sujeitos por trás das notícias, que o jornalista Nelson Traquina cunhou de “tribo jornalística”, ou seja, os grupos formados por jornalistas que compartilham modos de ver, dialogam metodologias e trocam saberes sobre o fazer jornalístico, tanto dentro quanto fora de seus países.

Buscar compreender as notícias implica em conhecer a cultura jornalística, a “comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005), as interpretações compartilhadas pelos jornalistas. Esses enquadramentos fornecem definições da realidade social, ao contar histórias, pois, segundo Traquina, uma notícia não é um caso isolado socialmente, mas uma linha do tecido social. E mesmo que haja o paradigma da notícia como narrativa, ela não constitui uma ficção, pois há no campo jornalístico elementos constitutivos de uma produção que lança um determinado modo de ver sobre a realidade, e ao ser partilhado pela tribo jornalística, em escala global.

O modo de falar, antecessor aos modos de ver, componente dos enquadramentos comuns a tribo jornalística, tem por característica tornar compreensível falas que atravessam todas as fronteiras de classes, etnias e políticas. O teor das histórias deve ser compreendido por quem quer leia ou ouça. Nesse sentido, Traquina cita Barbara Philips (1976^a/1993:327) afirmando,

Enquanto o artista literário tenta fornecer um quadro real, tentando resolver as contradições entre as aparências e a realidade, entre o particular e o universal, o repórter tem um objetivo diferente: apreender o momento, captar a história no seu momento presente. Para atingir este objetivo, o repórter interpreta a ação humana através da seleção de detalhes tirados dela, em vez de tecer comentários acerca da mesma. (TRAQUINA, p.47, 2005)

Nesse sentido, enquadrado por critérios de noticiabilidade, o modo de ver jornalisticamente é maniqueísta, o mundo se estrutura em polos. Isso acontece em decorrência das “regras” de se buscar sempre uma objetividade simplificada,

estruturada de uma forma dramática. Portanto, há o acontecimento, privilegiado principalmente se for algo imediato, tendo um tempo de duração limitado, que valorize o primeiro plano da notícia e sua estruturação em torno de um sujeitos e espaços.

Traquina compartilha com o acadêmico italiano Mauro Wolf o que seriam os “óculos particulares”, ou seja, os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade que operam em selecionar os acontecimentos e construir as narrativas:

Para Wolf, os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento. (TRAQUINA, p.78, 2005)

É dentro dessa perspectiva de valor-notícia ou critério de noticiabilidade que as jornalistas Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes em artigo publicado no livro *Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero*³, alertam para os valores ou critérios, que elas tratam como “ética”, como esses repercutem ideologicamente valores que não são mais condizentes com a realidade de maneira geral e específica:

Essa “ética”, [...] sustenta uma maneira de fazer jornalismo calcada a partir de uma perspectiva epistêmica que preza a objetividade, a neutralidade e a universalidade. Esse cenário nos remete a compreensão do quanto a epistemologia na qual o jornalismo se fundamenta está assentada na “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2000), que constitui os modos pelos quais seus saberes, métodos e práticas seguem construindo noções de realidade e delimitando as condições de pensamento tanto no campo quanto de suas inter-relações com a sociedade. (Da Silva; Moraes, p.95, 2021)

4. Análise de um dia nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e agência de notícias *Amazônia Real*

Com o objetivo de identificar os critérios de noticiabilidade, o modo como os jornais e agências compõem suas notícias, buscaremos observar três veículos noticiosos: A *Folha de São Paulo*, jornal diário editado na cidade de São Paulo, Brasil, fundado em 1921, o jornal *O Globo*, um jornal diário editado no Rio de Janeiro, fundado em 1925 e pertencente ao Grupo Globo, de propriedade da família Marinho; além da agência: *Amazônia Real*, agência de jornalismo

³ MENDES, Francielle Maria Modesto, QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo, SILVA, Wagner da Costa organização. **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**. Rio Branco: Nepan, 2021.

independente e investigativo, sem fins lucrativos, fundada em 2013, editado em Manaus, no Amazonas.

Metodologicamente, acompanhamos as notícias publicadas pelos veículos durante sete meses, de setembro de 2020 a março de 2021. O método utilizado foi o recolhimento diário de todo o material veiculado nas páginas de abertura dos jornais e do portal online. Contudo, para esse artigo em específico e do espaço que possuímos, tomamos toda segunda semana do mês de março de 2021; de modo a garantir uma a discussão, mas também uma amostragem diversificada.

Nesse sentido, a escolha foi de recolher as notícias divulgadas pelos jornais e pela agência durante a segunda semana completa do mês de março de 2021. Como resultado, as matérias colhidas no mês de março têm como janela o período de dia 7 a 13.

Considerando somente a amostragem do mês de **março**, somam-se no total **24 notícias**, conforme demonstra a tabela abaixo:

Segunda Semana de Março de 2021 – Folha de São Paulo

Data	Título	Editoria
07/03	x	x
08/03	Bolsonaro atrai ação estrangeira ao transformar coronavírus na nova Amazônia	Poder
	Relembra derrotas em série da Lava Jato e os principais alvos da operação	Poder
09/03	Áustria se opõe a tentativas de fazer avançar acordo UE-Mercosul	Mercado
10/03	Lula usa dados falsos sobre voto de Fachin e erra sobre variante de Manaus	Poder
	Satélite brasileiro Amazônia-1 revela suas primeiras imagens	Ciência
	'O povo é soberano, se quiser a volta de Lula, paciência. Acho difícil', diz Mourão	Poder
11/03	x	x
12/03	Pró-governo e sem mencionar desmate ou queimada recorde, Carla Zambelli assume Comissão do Meio Ambiente	Ambiente
	Governo prepara liberação de crédito para produtores rurais e empresários do Norte	Mercado
	ICMBio estabelece censura prévia para a produção acadêmica de servidores	Ambiente
13/03	EUA avaliam leis ambientais que limitam compras do Brasil	Mercado

Segunda Semana de Março de 2021 – O Globo

Data	Título	Editoria
07/03	x	x
08/03	x	x
09/03	x	x
10/03	Inpe divulga primeiras imagens feitas pelo satélite Amazônia 1; veja fotos	Sociedade
11/03	x	x
12/03	Carla Zambelli assume Comissão de Meio Ambiente e promete trabalhar 'em consonância' com Agricultura	Brasil
13/03	Anvisa determina que empresas forneçam informações semanais sobre oxigênio	Sociedade

Segunda Semana de Março de 2021 – Amazônia Real

Data	Título	Editoria
07/03	x	x
08/03	Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídios por dia	Meio Ambiente
	Mulheres na mira dos homens de farda em Belém	Meio Ambiente
	Mortes a facadas marcam os feminicídios no Amazonas	Meio Ambiente
	Roraima tem aumento de 150% nos feminicídios	Meio Ambiente
	Ele mudou a cena do crime”, diz mãe de Tatila Portugal, vítima de feminicídio em Rondônia	Meio Ambiente
	Acre tem uma denúncia de violência doméstica a cada quatro horas	Meio Ambiente
	Tocantins registra brutal feminicídio de indígena Karajá	Meio Ambiente
	Bolsonaro não adere declaração da ONU pelo direito das mulheres	Política
09/03	Um mundo de gigantes	Meio Ambiente
	Imigrantes deixam ponte que liga Brasil e Peru	Política
	Reviravolta no Congresso Nacional ameaça a Amazônia	Meio Ambiente
10/03	x	x
11/03	Um ano de pandemia: Brasil, espelho de Manaus	Política
12/03	Após um ano, consequências do agravamento da pandemia	Meio Ambiente
13/03	x	x

Justificamos a escolha do dia 12/03/2021, data em que observamos as divergências de conteúdo sobre a Amazônia nos três veículos, tal divergência nos parece significativa, conforme discutiremos abaixo.

Segunda Semana de Março de 2021 – Folha de São Paulo

Data	Título	Editoria
12/03	Pró-governo e sem mencionar desmate ou queimada recorde, Carla Zambelli assume Comissão do Meio Ambiente	Ambiente

Segunda Semana de Março de 2021 – O Globo

Data	Título	Editoria
12/03	Carla Zambelli assume Comissão de Meio Ambiente e promete trabalhar 'em consonância' com Agricultura	Brasil

Segunda Semana de Março de 2021 – Amazônia Real

Data	Título	Editoria
12/03	Após um ano, consequências do agravamento da pandemia	Meio Ambiente

No dia 12/03/2021, a *Folha de São Paulo* e *O Globo* publicaram uma matéria sobre a posse da deputada Carla Zambelli na Comissão do Meio Ambiente, nas editorias de “Ambiente” e “Brasil” respectivamente. Na agência Amazônia Real foi publicado uma reportagem na editoria de Meio Ambiente, abordando o agravamento da Pandemia da COVID-19 na Amazônia, apresentando principalmente entrevistas com moradores da cidade de Manaus, Amazonas, e como eles enfrentaram os picos da Pandemia da COVID-19. Não houve nenhuma menção à posse de Carla Zambelli na Comissão do Meio Ambiente, o que já mostra em alguma medida critérios de noticiabilidade dos veículos em questão. Enquanto os jornais hegemônicos se debruçaram sobre um fator político, a *Amazônia Real* privilegiou destacar o agravamento da pandemia na Amazônia, assunto que não esteve entre as prioridades dos jornais situados fora da região.

No décimo segundo dia do mês de março, a *Folha* e *O Globo* apresentaram abordagens diferentes ao noticiar a posse da deputada, ao mesmo tempo em que a *Amazônia* foi apresentada de maneira totalmente distanciada, objetificada e heterogênea. A *Folha*, na matéria intitulada “Pró-governo e sem mencionar desmate ou queimada recorde, Carla Zambelli assume Comissão do Meio Ambiente” relata que no discurso de posse a deputada usou frases como “índices recordes de queimadas”, “desmatamento”, “destruídos pelas chamas”; depois a notícia segue usando “desmatamento ilegal”, “atividades predatórias”, “mudanças climáticas”, “desmatamento ilegal” e “sustentabilidade”.

No único momento em que são citados agentes de preservação sócio ambientais, é para relembrar uma fala da deputada que ataca as ONGs de preservação ao meio ambiente. Na matéria da *Folha*, a *Amazônia* é o espaço a

ser preservado, inóspito e que apenas se conecta ao mundo através das relações ambientais e mercadológicas. Na matéria, Amazônia é marginalizada e posta de lado. As palavras escolhidas remetem à uma Amazônia que precisa de cuidados, cuidados esses que só podem ser oferecidos por aqueles que estão fora dela.

O *Globo*, com a matéria intitulada “Carla Zambelli assume Comissão de Meio Ambiente e promete trabalhar 'em consonância' com Agricultura” reordenou os acontecimentos, mas manteve as mesmas citações no discurso da deputada Carla Zambelli, acrescentando “regularização fundiária na Amazônia” em um de seus parágrafos.

Na reportagem intitulada “Após um ano, consequências do agravamento da pandemia”, a agência de notícias *Amazônia Real*, na editoria de Meio Ambiente, faz um recorte dos impactos diretos que os moradores da cidade de Manaus, Amazonas, sofreram com a Pandemia da COVID-19.

A jornalista e servidora pública Rosângela Lopez Alanis, de 57 anos, e Maria Valterina dos Santos Albuquerque, 59 anos, foram entrevistadas por Elvira Eliza França, e através de seus relatos há uma visão panorâmica da vida social manauara em meio à pandemia. Há humanização e respeito pela fala das entrevistadas, que relatam suas dificuldades e a de familiares, o encontro com a morte e a desesperança, o ambiente domiciliar e dos hospitais. Mostrando o total descaso do governo municipal, estadual e federal para com sua população. Os “óculos particulares” são postos nos sujeitos, para tentar compreender o todo a partir do particular. Não há aqui menção à Comissão de Meio Ambiente e desmatamento. Os sujeitos são o foco e o princípio para se discutir as demais questões.

5. Conclusão

Conforme apresentado por Ana Pizarro (2012), a Amazônia é uma construção discursiva. Moldada a partir da perspectiva de quem a vê de fora. Por séculos nesse espaço foram se construindo imagens e discursos na perspectiva de nomeá-lo, de fazê-lo existir para quem o observava, mas para

quem já morava na região e para quem veio depois, esse espaço adquire características singulares.

Infelizmente ainda na atualidade, tais características singulares não são tomadas como ponto de partida para se escrever sobre a Amazônia. A direção dos discursos que são criados é sempre de fora para dentro, e não de dentro para fora. O que gera um grande número de narrativas que tendem a se repetir e perpetuar concepções defasadas sobre o que é o espaço amazônico, quem o habita o que se faz, o que se produz, como se vive.

Em jornais de circulação nacional, como Folha de São Paulo e O Globo, a objetividade simplificada e hegemônica são mais visíveis. Os discursos sobre a Amazônia são alheios ao espaço, distantes, e tornam homogêneas todas as singularidades. Diferente da agência de notícias, *Amazônia Real*, que faz um resgate das particularidades da Amazônia, e vai além, ao propor um jornalismo que dá voz aos sujeitos partindo de dentro para fora.

Portanto, na *Amazônia Real* trata-se de uma ruptura com os discursos tradicionais da *Folha de São Paulo* e *O Globo*, partindo para compreender melhor e de maneira mais integral a Amazônia, seus habitantes, modos de vida, e seus espaços compartilhados, muito mais singulares que as narrativas jornalísticas hegemônicas podem abranger.

6. Bibliografia

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, M. Onde Está Ruanda No Mapa? Decolonialidade, Subjetividade, e o Racismo Epistêmico Do Jornalismo. In: MENDES, Francielle Maria Modesto, QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo, SILVA, Wagner da Costa. (org). **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**. Nepan, 2021. p. 94-109

PIZARRO, Ana. *Amazônia, as vozes do rio: imaginário e modernização*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.



